

Resiane Silveira (Org.)

POLÍTICAS PÚBLICAS

e

CIÊNCIAS SOCIAIS

em

PERSPECTIVA CRÍTICA

VOLUME 4

DEMOCRACIA
PARTICIPAÇÃO
TRANSPARÊNCIA
DIREITOS
IGUALDADE

SONHOS
RESISTÊNCIA
TRANSFORMAÇÃO

Editora
UNIESMERO

Resiane Silveira (Org.)

POLÍTICAS PÚBLICAS *e* CIÊNCIAS SOCIAIS

em

PERSPECTIVA CRÍTICA

VOLUME 4

DEMOCRACIA
PARTICIPAÇÃO
TRANSPARÊNCIA
DIREITOS
IGUALDADE

Editora
UNIESMERO

2026 – Editora Uniesmero

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Organizadora

Resiane Paula da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Imagens, Arte e Capa: Freepik/Uniesmero

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Me. Elaine Freitas Fernandes, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Me. Laurinaldo Félix Nascimento, Universidade Estácio de Sá, UNESA

Ma. Jaciara Pinheiro de Souza, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Ma. Emile Ivana Fernandes Santos Costa, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Me. Heder Junior dos Santos, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP

Ma. Dayane Cristina Guarnieri, Universidade Estadual de Londrina, UEL

Me. Dirceu Manoel de Almeida Junior, Universidade de Brasília, UnB

Ma. Cinara Rejane Viana Oliveira, Universidade do Estado da Bahia, UNEB

Esp. Jader Luís da Silveira, Grupo MultiAtual Educacional

Esp. Resiane Paula da Silveira, Secretaria Municipal de Educação de Formiga, SMEF

Sr. Victor Matheus Marinho Dutra, Universidade do Estado do Pará, UEPA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Políticas Públicas e Ciências Sociais em Perspectiva Crítica -
Volume 4

S587c / Resiane Paula da Silveira (organizadora). – Formiga (MG):
Editora Uniesmero, 2026. 136 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-6009-267-9

DOI: 10.5281/zenodo.21864759

1. Ciências Sociais. 2. Políticas Públicas. 3. Estudo e ensino. I.
Silveira, Resiane Paula da. II. Título.

CDD: 300.7

CDU: 301

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Uniesmero

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.uniesmero.com.br

uniesmero@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

[https://www.uniesmero.com.br/2026/08/politicas-
publicas-volume-4.html](https://www.uniesmero.com.br/2026/08/politicas-publicas-volume-4.html)



***Políticas Públicas e Ciências Sociais
em Perspectiva Crítica***

Volume 4

AUTORES

**Ádria Jordania Costa Ibiapina
Ana Cristina Brito Arcoverde
André Sousa Silva Moreno
Ane Danielle da Silva Costa
Crysllaine Pinheiro da Silva
Dayse Andrade Pestana Maciel
Deysianne Myrelle dos Santos Baier
Diana Costa Diniz
Erica dos Santos Barros
Igor Ferreira Fóscolo
Kalil Drayton Bahury Moraes
Maria Luísa Lopes Santos Silva
Segislane Moésia Pereira da Silva
Sophia Beatriz Matos Salomão
Thalissa Cristina Mendes Silva
Thalles Henrique Coutinho Alves
Vanessa Karla Souza Pessoa
Vitória Camila da Silva Araújo Fonseca
Zulene Muniz Barbosa**

APRESENTAÇÃO

As profundas transformações que marcam a sociedade contemporânea impõem às Ciências Sociais o permanente desafio de compreender, interpretar e problematizar as múltiplas dinâmicas que estruturam a vida coletiva. Em um cenário caracterizado pela intensificação das desigualdades sociais, pelas rápidas mudanças tecnológicas, pelas reconfigurações do Estado e pelas constantes disputas em torno da garantia de direitos, as políticas públicas assumem papel estratégico na construção de respostas institucionais capazes de promover justiça social, desenvolvimento humano e fortalecimento da cidadania.

É nesse contexto que se insere a presente obra, ***Políticas Públicas e Ciências Sociais em Perspectiva Crítica***, concebida como um espaço de reflexão científica, diálogo interdisciplinar e produção de conhecimento comprometido com a análise rigorosa dos fenômenos sociais. Ao reunir pesquisadores, docentes e estudiosos de diferentes áreas do saber, este livro oferece ao leitor uma visão plural e aprofundada sobre questões que atravessam a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, sempre orientadas por uma abordagem crítica e fundamentada em referenciais teóricos consistentes.

A perspectiva crítica que orienta esta coletânea ultrapassa a mera descrição dos processos institucionais. Trata-se de uma postura epistemológica que busca compreender as relações entre Estado, sociedade, economia, cultura e poder, reconhecendo que toda política pública é produzida em contextos históricos específicos, permeados por disputas de interesses, tensões ideológicas e diferentes projetos de sociedade. Sob essa ótica, os capítulos que compõem esta obra convidam o leitor a refletir sobre os limites, as potencialidades e as contradições inerentes às ações estatais voltadas à promoção do bem-estar social.

Os estudos aqui apresentados evidenciam que a complexidade dos desafios contemporâneos exige abordagens interdisciplinares, capazes de integrar diferentes campos do conhecimento, metodologias diversas e múltiplas perspectivas analíticas. Assim, a obra dialoga com áreas como Sociologia, Ciência Política, Administração Pública, Economia, Educação, Saúde Coletiva, Serviço Social, Direito, Planejamento Urbano e

demais campos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, reforçando a importância da produção científica colaborativa para a compreensão dos problemas públicos.

Ao longo desta coletânea, o leitor encontrará reflexões que abordam diferentes dimensões das políticas públicas, contemplando questões relacionadas à governança, à gestão pública, aos direitos sociais, à inclusão, à equidade, à participação cidadã, à sustentabilidade, às transformações tecnológicas e aos desafios impostos pelas mudanças econômicas, políticas e culturais do século XXI. Essa diversidade temática evidencia a riqueza do campo das Ciências Sociais e reafirma seu papel essencial na produção de conhecimentos capazes de subsidiar processos decisórios mais democráticos, eficientes e socialmente responsáveis.

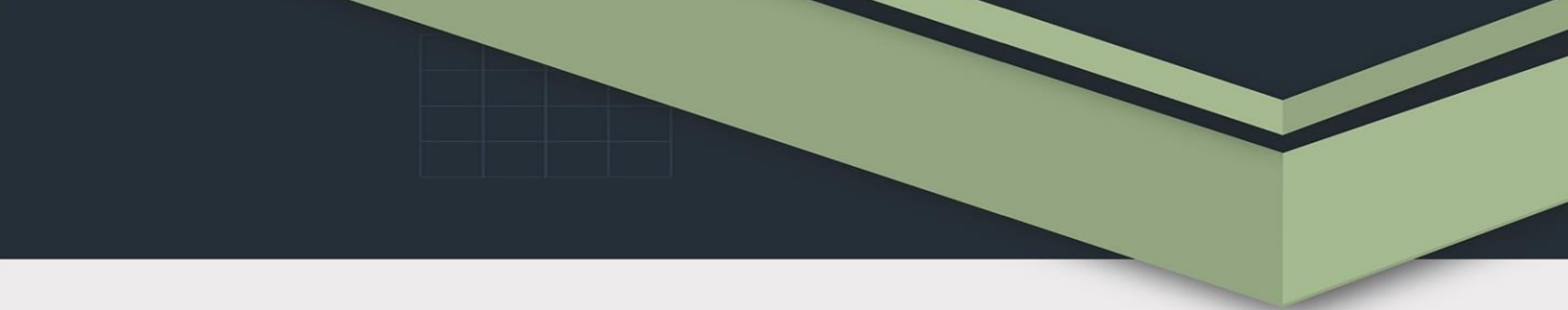
Em tempos marcados pela disseminação acelerada de informações, pela complexificação dos problemas públicos e pela necessidade crescente de decisões fundamentadas em evidências científicas, iniciativas editoriais como esta assumem especial relevância. Elas fortalecem a circulação do conhecimento, promovem o intercâmbio entre diferentes instituições e pesquisadores e contribuem para consolidar uma cultura acadêmica orientada pelo diálogo, pela inovação e pelo compromisso com a transformação social.

Espera-se que esta obra se constitua como referência para pesquisadores, professores, estudantes de graduação e pós-graduação, gestores públicos, profissionais das mais diversas áreas e todos aqueles interessados em compreender criticamente as relações entre políticas públicas e sociedade. Que suas páginas inspirem novas pesquisas, estimulem debates qualificados e fortaleçam o compromisso coletivo com a produção de conhecimentos capazes de contribuir para a construção de sociedades mais democráticas, inclusivas, sustentáveis e socialmente justas.

SUMÁRIO

Capítulo 1	
CONTRIBUIÇÃO DAS NORMAS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO E A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: ênfase nos papéis de submissão e no medo como mecanismos centrais de controle social e simbólico	10
<i>Ádria Jordania Costa Ibiapina</i>	
Capítulo 2	
ENTRE VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO: A SUGJUGAÇÃO DE CORPOS NEGROS PELA AÇÃO DE ABORDAGENS POLICIAIS NA REALIDADE BRASILEIRA À LUZ DA NECROPOLÍTICA	22
<i>Dayse Andrade Pestana Maciel; Maria Luísa Lopes Santos Silva</i>	
Capítulo 3	
O ESTADO DA ARTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO MARANHÃO	33
<i>Diana Costa Diniz; Erica dos Santos Barros; Ane Danielle da Silva Costa; Thalissa Cristina Mendes Silva</i>	
Capítulo 4	
TRABALHO DOMÉSTICO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E CLASSE	45
<i>Vitória Camila da Silva Araújo Fonseca</i>	
Capítulo 5	
O ESPAÇO COMO FRONTEIRA DO SUL GLOBAL: reflexões sobre o papel da China no avanço espacial brasileiro	57
<i>Sophia Beatriz Matos Salomão; Kalil Drayton Bahury Moraes; Igor Ferreira Fóscolo</i>	
Capítulo 6	
QUANDO O MAL HABITA O OUTRO: INTOLERÂNCIA RELIGIOSA, PROJEÇÃO DA SOMBRA E MORAL CRISTÃ NA PERSPECTIVA JUNGUIANA	69
<i>Thalles Henrique Coutinho Alves</i>	
Capítulo 7	
TRABALHO DOMÉSTICO E ESCRAVIDÃO: CONTINUIDADES SEM RUPTURA	98
<i>André Sousa Silva Moreno</i>	
Capítulo 8	
CHINA: ABERTURA ECONÔMICA E INTERAÇÕES GLOBAIS-LOCAIS. O fluxo de commodities do Porto do Itaqui - MA	109
<i>Igor Ferreira Fóscolo; Zulene Muniz Barbosa</i>	
Capítulo 9	
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE CRÍTICA: para além da técnica, um compromisso com a transformação social	120
<i>Deysianne Myrelle dos Santos Baier; Crysllaine Pinheiro da Silva; Ana Cristina Brito Arcoverde; Segislane Moésia Pereira da Silva; Vanessa Karla Souza Pessoa</i>	
AUTORES	133

Capítulo 1
CONTRIBUIÇÃO DAS NORMAS SOCIAIS PARA A
MANUTENÇÃO E A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA
MULHERES: ênfase nos papéis de submissão e no medo
como mecanismos centrais de controle social e simbólico
Ádria Jordania Costa Ibiapina



CONTRIBUIÇÃO DAS NORMAS SOCIAIS PARA A MANUTENÇÃO E A REPRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: ênfase nos papéis de submissão e no medo como mecanismos centrais de controle social e simbólico

Ádria Jordania Costa Ibiapina

Mestranda do curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - (PPGS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: <adriacostaibiapina@gmail.com>. ID Lattes: <0022408065625770>.

RESUMO

A violência contra mulheres configura-se como uma grave violação dos direitos humanos, enraizada em uma cultura patriarcal que perpetua desigualdades de gênero e se agrava quando analisado sob a ótica interseccional. Este estudo objetiva analisar como as normas sociais contribuem para a manutenção e a reprodução da violência contra mulheres, com foco nos papéis de submissão feminina e no medo como mecanismos centrais de controle social e simbólico. O problema centra-se na naturalização desses papéis de gênero que, internalizados desde a infância, moldam comportamentos e justificam práticas violentas, muitas vezes invisibilizadas ou deslegitimadas pela sociedade e pelas instituições. A metodologia consiste numa abordagem qualitativa e teórica. Os resultados apontam que a submissão é culturalmente imposta às mulheres como uma norma social esperada, reforçada por práticas midiáticas, familiares e institucionais. Conclui-se que o enfrentamento à violência contra mulheres exige não apenas ações de proteção individual, mas uma transformação estrutural e cultural.

Palavras-chave: Violência contra mulheres 1; Normas sociais 2; Submissão feminina 3; Medo e desigualdade de gênero 4; Patriarcado 5.

ABSTRACT

Violence against women is a serious violation of human rights, rooted in a patriarchal culture that perpetuates gender inequalities and worsens when analyzed from an intersectional perspective. This study aims to analyze how social norms contribute to the maintenance and reproduction of violence against women, focusing on the roles of female submission and fear as central mechanisms of social and symbolic control. The problem centers on the naturalization of these gender roles that, internalized since childhood, shape behaviors and justify violent practices, often made invisible or delegitimized by society and institutions. The methodology consists of a qualitative and theoretical approach. The results indicate that submission is culturally imposed on women as an expected social norm, reinforced by media, family and institutional practices. It is concluded that confronting violence against women requires not only individual protection actions, but also a structural and cultural transformation.

Keywords: Violence against women 1; Social norms 2; Female submission 3; Fear and gender inequality 4; Patriarchy 5.

1 INTRODUÇÃO

A violência contra mulheres no Brasil configura-se como uma grave violação dos direitos humanos, com índices alarmantes de feminicídio, agressões físicas, psicológicas e simbólicas. Esse fenômeno está enraizado em uma cultura patriarcal que perpetua desigualdades de gênero e se agrava quando analisado sob a ótica interseccional, considerando que mulheres negras, indígenas, periféricas, LGBTQIA+ e com deficiência são ainda mais vulnerabilizadas pelas sobreposições de opressões.

As normas sociais são regras não escritas, naturalizadas pela cultura, que definem o que é considerado aceitável em termos de comportamentos, papéis e identidades. No campo do gênero, essas normas determinam, por exemplo, o que se espera de um “homem” ou de uma “mulher”, reforçando desigualdades e violências quando essas expectativas são desafiadas ou transgredidas. Para Butler (1990), o gênero não é uma essência ou algo fixo, mas sim uma performance repetida ao longo do tempo. Em sua obra *Problemas de Gênero* ela argumenta que os sujeitos são produzidos pelas normas, e não o contrário. Ou seja, a identidade de gênero é construída socialmente por meio da repetição de atos e discursos, aquilo que parece natural é, na verdade, uma construção cultural sustentada por práticas reiteradas. O gênero é sempre uma construção, e o feminino ou masculino é o efeito de normas sociais que moldam os corpos e os

comportamentos desde antes do nascimento. Butler (1998) apud Silva Maynara (2021), diz que: “a repetição permite a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas, mas, também são as repetições deslocadas do contexto natural dos sexos que possibilitam a emergência de práticas que interrompam a reprodução das normas de gênero e ao fazê-lo explicitam o caráter excludente da categoria “humano” das pessoas que reconstroem suas posições identitárias transitando e, portanto, negando, a precedência explicativa do biológico” (p.113).

A violência doméstica e feminicídio permanecem em níveis alarmantes, mesmo após a promulgação de marcos legais importantes, como a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, de 7 de agosto de 2006, que criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher; a Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015, de 9 de março de 2015, que alterou o Código Penal para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o inclui no rol dos crimes hediondos; e em 9 de outubro de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.994/2024, que tornou o feminicídio um crime autônomo, agora tipificado no art. 121-A do Código Penal. Antes, era apenas uma qualificadora do homicídio. Em 2024, o CNJ registrou: 827.990 movimentações relacionadas a medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha, 578.849 decisões favoráveis à concessão de medidas protetivas, 51.285 decisões negativas, 959.228 novos casos de violência doméstica registrados, com 926.000 processos baixados e 1.000.000 de ações pendentes até o final do ano, e 10.991 casos de feminicídio julgados, representando um aumento de 225% em relação a 2020.

Butler (1990), argumenta que o gênero não é uma identidade fixa, mas sim um ato repetido, performativo, construído a partir de normas sociais que se naturalizam ao longo do tempo. Ou seja, ser homem ou mulher é uma repetição de gestos, comportamentos e discursos impostos culturalmente. No contexto da violência doméstica, essa teoria é especialmente útil para entender como determinadas normas sociais reforçam a autoridade masculina e a subordinação feminina. A repetição cotidiana de comportamentos como a exigência de submissão da mulher, a valorização da masculinidade agressiva ou a culpabilização da vítima são expressões performativas que mantêm e reforçam a hierarquia de gênero. Segundo Butler (1990), o gênero é uma performance social e política, não uma essência biológica. Assim, quando a sociedade espera que “homens sejam dominantes” e “mulheres sejam obedientes”, ela está

reproduzindo uma estrutura violenta de poder, que pode legitimar práticas abusivas no ambiente doméstico.

A violência de gênero não se manifesta apenas através do corpo, mas também pelo poder das normas que regulam os comportamentos, produzindo sujeitos subordinados que internalizam e reproduzem o medo e a submissão Judith Butler (1990). "O medo, para as mulheres, é uma experiência central que atravessa o cotidiano e condiciona suas decisões e formas de resistência. Ele não é simplesmente um sentimento individual, mas uma categoria que evidencia a relação de poder e a estrutura patriarcal que controla e limita a vida feminina" (Gregori, 1998, p. 142).

Fatores como raça, classe, orientação sexual e território não apenas atravessam, mas estruturam de forma diferenciada as vivências das mulheres em relação à violência e à opressão. A mulher negra, situada na base da pirâmide social brasileira, é afetada de maneira singular pelas formas interligadas de racismo, sexismo e exploração econômica. Sua condição é marcada por uma tripla opressão: "vítima do racismo, do sexismo e da exploração de classe, ela é quem mais sofre com a violência naturalizada pelo mito da democracia racial" (Gonzalez, 1988, p. 58). Ao evidenciar essa intersecção, a autora antecipa debates que hoje são centrais no feminismo interseccional, ao mostrar que a opressão não se distribui igualmente entre todas as mulheres, mas é intensificada por marcadores sociais historicamente negligenciados pelas políticas públicas e pelos discursos feministas hegemônicos. Butler (1998) apud Silva Maynara (2021), diz que: "existe uma colcha de retalho que alinha, o corpo ao sexo, de modo que o gênero só pode ser entendido, só adquire vida, quando referido nessa relação. As performatividades de gênero que se articulam fora dessa amarração são postas às margens, analisadas como identidades transtornadas, anormais, psicóticas, aberrações da natureza, coisas esquisitas" (p.113).

Diante disso, este estudo objetiva analisar como as normas sociais contribuem para a manutenção e a reprodução da violência contra mulheres, com foco nos papéis de submissão feminina e no medo como mecanismos centrais de controle social e simbólico. O problema centra-se na naturalização desses papéis de gênero que, internalizados desde a infância, moldam comportamentos e justificam práticas violentas, muitas vezes invisibilizadas ou deslegitimadas pela sociedade e pelas instituições. A metodologia consiste numa abordagem qualitativa e teórica. Compreende-se que os papéis de gênero são construídos por meio da repetição de práticas normativas que produzem e reforçam

identidades femininas marcadas pela passividade, pelo medo e pela dependência. Esses padrões não apenas moldam o comportamento das mulheres, como também legitimam práticas violentas ao apresentá-las como expressões "naturais" de masculinidade ou disciplina doméstica. O estudo contribui para desvelar a forma como tais normas operam silenciosamente nos discursos, nas políticas públicas e no cotidiano das relações sociais, perpetuando desigualdades e silenciamentos.

2 NORMAS SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NAS SOCIEDADES PATRIARCAIS

Para Butler (1990), o gênero não é uma identidade essencial ou natural, mas sim o efeito de práticas reiteradas reguladas por normas sociais, propõe o conceito de performatividade para explicar que o gênero é produzido por atos repetidos no tempo, como gestos, modos de falar, vestir, mover-se, que criam a ilusão de uma identidade estável. Destaca-se que "performatividade" não significa que o gênero é uma "performance voluntária" ou "encenação teatral", mas sim que é produzido por normas que regulam os corpos e os sujeitos. O sujeito de gênero, portanto, não preexiste à repetição dessas normas, mas é constituído por elas. "A performatividade não é um ato único, mas uma prática reiterada e regulada, uma estilização do corpo através do tempo, que produz o efeito de um gênero essencial" (Butler, 1990, p. 191).

A submissão das mulheres não é um traço biológico, mas uma prática ensinada e reforçada por meio da educação familiar, da religião, da escola, da mídia e até mesmo do direito. Desde a infância, meninas são socializadas para serem obedientes, cuidadoras e silenciosas, enquanto os meninos são incentivados à autonomia e à liderança. Gilligan (1982) argumenta que a subjetividade feminina se forma de maneira relacional, aprendendo a valorizar o cuidado e a empatia, o que muitas vezes é interpretado como fraqueza ou submissão. Segato (2003) contribui ao afirmar que a cultura da violência se apoia em uma pedagogia da submissão e do medo, que ensina as mulheres a tolerar o abuso como parte do papel feminino esperado.

O medo, longe de ser uma resposta emocional isolada, é um produto social que atravessa a experiência cotidiana das mulheres. Segato (2003) entende o medo como linguagem da dominação: não apenas silencia, mas molda comportamentos. O medo de sair à noite, de se vestir de determinada forma ou de denunciar abusos, mostra que a

violência está presente mesmo na sua ausência física. Butler (2003) reforça que a violência de gênero funciona como punição para aquelas que desafiam as normas. O medo, nesse sentido, torna-se um mecanismo eficaz de controle social, pois antecipa a violência e condiciona a ação feminina. O silêncio e a autocensura são expressões diretas desse processo. Essa pedagogia do medo legitima a submissão e inibe a autonomia das mulheres, funcionando como um sistema de vigilância permanente que se atualiza em contextos familiares, institucionais e comunitários.

Segundo Crenshaw (1991), o sistema legal muitas vezes falha em reconhecer as múltiplas dimensões da violência, especialmente quando interseccionadas por raça, classe e orientação sexual. A formalidade da lei pode ignorar os contextos culturais que naturalizam a violência doméstica ou a culpabilização da vítima. Collins (2019) afirma que o pensamento feminista negro é uma das bases para essa transformação, pois oferece epistemologias baseadas na resistência, no cuidado e na comunidade. Santos (2006) propõe a ideia de emergências sociais como forma de visibilizar alternativas que já existem nos territórios e movimentos sociais. Tais práticas como redes de cuidado entre mulheres, coletivos feministas e espaços de escuta popular, devem ser valorizadas como instrumentos de transformação social.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Observou-se que a aplicação da Lei Maria da Penha enfrenta diversos entraves, como a falta de estrutura dos serviços de acolhimento, a revitimização de mulheres nos atendimentos policiais e judiciais, e a ausência de campanhas de conscientização permanentes. A Lei do Feminicídio, embora represente um avanço ao reconhecer o assassinato de mulheres por razões de gênero, ainda é pouco compreendida por grande parte dos operadores do direito, o que compromete sua efetividade.

Pesquisas realizadas pelo DataSenado revelam que mais de 30% das mulheres brasileiras afirmam já ter sofrido violência doméstica ou familiar, e que muitas não denunciam por medo de represálias, vergonha ou desconfiança nas instituições. Esse medo, é um dos principais mecanismos de controle nas relações abusivas. Está intrinsecamente relacionado à estrutura patriarcal, que oprime e silencia as mulheres em diversas esferas da privada à pública. Outro ponto relevante diz respeito à forma como a submissão feminina é naturalizada em diferentes contextos sociais. Os estudos analisados

indicam que, desde a infância, meninas são educadas para obedecer, cuidar e se sacrificar, enquanto meninos são incentivados à liderança e à autonomia. Essa desigualdade simbólica prepara o terreno para relações desiguais, onde o poder masculino é constantemente reafirmado. A tabela 1 evidencia o contexto atual da violência contra mulheres no Brasil.

Tabela 1 - Violência contra mulheres no Brasil – Contexto atual

Indicador	Quantidade / Percentual	Ano / Fonte
Casos de violência doméstica	258.941 registros (aumento de 9,8% em relação a 2022)	Anuário Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) 2023
Ameaças	778.921 casos (+16,5%)	IBSP 2023
Tentativas de feminicídio	2.797 (+7,1%)	IBSP 2023
Feminicídios consumados	1.457 (média de 4,0 mortes por dia) (+0,8%)	BSP 2023
Percentual de vítimas negras	63,6% dos casos de feminicídio	Câmara dos Deputados (2024)
Denúncias via Disque 180	1,5 milhão de ligações (70% por violência física, psicológica ou sexual)	Ministério da Mulher (2023)
Medidas protetivas concedidas	400 mil (2023); +152% em 4 anos (2020→2024 com 851.958 medidas)	Ministério da Mulher; CNJ
Desconhecimento da Lei Maria da Penha	Apenas 20–24% das mulheres dizem conhecer bem a lei	Agência Brasil (2024)
Processos judiciais (Lei da Penha)	640.867 processos em 2022 pelo CNJ	Conselho Nacional de Justiça

Autoria própria (2025)

A violência não é apenas imposta por meio da força física, mas ensinada e reforçada desde a infância, por meio de discursos sociais que associam a feminilidade à passividade, à obediência e à tolerância. A tabela 2, apresenta dados assinalando que mulheres em situações de maior vulnerabilidade como negras, indígenas, transexuais, com deficiência ou em situação de pobreza abarbam níveis ainda mais elevados de violência e têm menos acesso a mecanismos de proteção. Isso robustece a importância de uma abordagem interseccional, que reconheça como diferentes formas de opressão se sobrepõem e potencializam o risco de violência.

Tabela 2 – Quadro comparativo – Violência contra mulheres em contextos de vulnerabilidade

Grupo de mulheres	Indicadores de violência	Fontes
Mulheres negras	- 61,1% dos feminicídios em 2022 - 85% convivem com o agressor - 70% não denunciam por medo ou dependência	Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023); DataSenado
Mulheres indígenas	- Alta subnotificação - Violência majoritariamente doméstica - Barreiras geográficas, linguísticas e culturais	SESAI; Funai; Instituto Socioambiental
Mulheres trans/travestis	- 76% das vítimas trans assassinadas são negras - Brasil concentra 38% dos assassinatos trans no mundo - 90% recorrem à prostituição por exclusão social	ANTRA (2024); Transgender Europe; A Pública
Mulheres com deficiência	- Sofrem violência 2 a 3 vezes mais do que mulheres sem deficiência - Dependência de cuidadores amplia o risco	IBGE; ONU Mulheres; APAE Brasil
Mulheres em situação de pobreza	- 32% das mulheres negras sem renda sofrem violência - Apenas 27% solicitam medidas protetivas - Acesso precário a serviços de proteção	DataSenado; IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Fonte: Autoria própria (2025)

A sobreposição de marcadores sociais, como raça, identidade de gênero, deficiência e classe, aumenta significativamente o risco de violência e a exclusão do acesso à justiça. A abordagem interseccional é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes e inclusivas. Esses dados evidenciam que a violência é manifestada de formas diversas e cumulativas, reforçada por estereótipos e exclusões raciais, econômicas, culturais e identitárias. A combinação de fatores como racismo, sexismo, pobreza, transfobia, distância geográfica e barreiras institucionais expõe essas mulheres a riscos maiores e menor acesso a mecanismos de proteção. Portanto, uma abordagem interseccional, que reconhece que diferentes opressões se sobrepõem, é fundamental para entender essa realidade e formular respostas robustas e equitativas.

Os resultados apontam que a submissão é culturalmente imposta às mulheres como uma norma social esperada, sustentada e reproduzida por meio de discursos midiáticos, práticas familiares e estruturas institucionais. A mídia, por exemplo, frequentemente representa mulheres em papéis de dependência emocional, fragilidade e passividade, enquanto reforça estereótipos que culpabilizam a vítima e romantizam

relações abusivas. Em âmbito doméstico, muitas meninas ainda são educadas para "servir", "obedecer" e "evitar conflitos", o que contribui para a normalização da desigualdade de poder nas relações afetivas e familiares.

O medo, por sua vez, atua como um mecanismo central de controle. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, mais de 70% das vítimas de violência doméstica não registram boletim de ocorrência, seja por medo de retaliação do agressor, descrença no sistema de justiça ou dependência econômica. Esse dado revela o impacto simbólico do medo: silencia, isola e impede a denúncia, garantindo a continuidade do domínio masculino. A abordagem interseccional revelou que essas formas de controle operam de maneira ainda mais intensa sobre mulheres negras, indígenas, trans, periféricas e com deficiência, que enfrentam barreiras adicionais ao acesso à justiça, proteção e serviços de apoio. Por exemplo, mulheres negras representaram 67% das vítimas de feminicídio no Brasil em 2022, segundo o mesmo anuário, evidenciando como o racismo e o sexismo se entrelaçam para produzir níveis mais agudos de vulnerabilidade.

4 CONCLUSÃO

Esta investigação revelou que as normas sociais, construídas historicamente sob a lógica patriarcal, contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero e da violência contra as mulheres, e não apenas definem papéis sociais rígidos para homens e mulheres, mas também naturalizam a submissão feminina como traço esperado e desejável, sendo socialmente ensinada e reforçada em múltiplos contextos, especialmente nos ambientes familiar, educacional e cultural.

Verificou-se que o medo é um elemento estruturante da vivência de muitas mulheres, funcionando como mecanismo de controle, coerção e silenciamento em relações atravessadas pela violência. Ainda que existam marcos legais importantes, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, os dados demonstram que a violência de gênero continua sendo uma realidade alarmante, sobretudo entre mulheres negras, periféricas e em situação de vulnerabilidade, o que reforça a importância de uma abordagem interseccional para compreender e enfrentar o problema.

Conclui-se que o enfrentamento à violência contra mulheres demanda muito mais do que respostas individuais de proteção. É necessária uma transformação estrutural e cultural, que passa pela desconstrução das normas sociais que naturalizam a

desigualdade de gênero, pela promoção de políticas públicas efetivas com recorte interseccional e por estratégias educacionais que fomentem a equidade, o respeito às diversidades e a justiça social.

REFERÊNCIAS

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. ISSN 1983-7364.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. (Original publicado em 1990).

BUTLER, Judith. Gênero, Trajetórias e perspectivas. In: **Cadernos Pagu. Trajetórias do gênero, masculinidades.** No.11. Campinas: Pagu, 1998.

BRASIL. Lei 11.340/2006. **Lei Maria da Penha.** Brasília, 2006

BRASIL. Lei 13.104/2015. **Lei do Feminicídio.** Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório de atendimento 180 – Disque-denúncia contra a violência à mulher, 2023.**

BRASIL. Agência Brasil. Somente 20 % das mulheres brasileiras conhecem bem a Lei Maria da Penha. São Paulo: **Agência Brasil, 28 fev. 2024.**

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Exposição “21 Dias de Ativismo” – Painel sobre violência doméstica.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Painel da Violência Doméstica – Dados 2024: processos judiciais relacionados à Lei Maria da Penha.** Brasília: CNJ, 2025.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Painel de monitoramento da violência contra a mulher – Dados 2024: medidas protetivas de urgência.** Brasília: CNJ, 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: saberes, consciências e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color.** Stanford Law Review, 1991.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.**

GILLIGAN, Carol. **In a Different Voice.** Harvard University Press, 1982.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: uma seleção de textos de Lélia Gonzalez**. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 57-69. (Texto original de 1988).

GREGORI, Maria Filomena. A violência doméstica e o silêncio das mulheres. In: **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998. p. 130-160.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementares de la violencia**. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

SILVA, Maynara Costa de Oliveira. Gênero categoria útil para análise política de enfrentamento à violência contra mulher. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 229, jul/ago de 2021, bimestral. Ano XXI. ISSN: 15196186.

Capítulo 2
ENTRE VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO: A SUGJUGAÇÃO DE
CORPOS NEGROS PELA AÇÃO DE ABORDAGENS POLICIAIS
NA REALIDADE BRASILEIRA À LUZ DA NECROPOLÍTICA

Dayse Andrade Pestana Maciel
Maria Luísa Lopes Santos Silva



**ENTRE VIOLÊNCIA E O EXTERMÍNIO: A SUGJUGAÇÃO DE CORPOS
NEGROS PELA AÇÃO DE ABORDAGENS POLICIAIS NA REALIDADE
BRASILEIRA À LUZ DA NECROPOLÍTICA**

Dayse Andrade Pestana Maciel

*Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão e monitora da Disciplina
de Direito Constitucional III; sophyamaciel123@gmail.com*

Maria Luísa Lopes Santos Silva

*Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão e bolsista PIBIC/UEMA;
maluisa.mlss01@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo investiga a conjuntura em torno da realidade vigente na sociedade brasileira à luz da teoria da necropolítica, desenvolvida por Achille Mbembe, com foco central na compreensão de como o poder soberano do Estado se manifesta de forma explícita nas práticas racistas que estruturam as abordagens policiais no contexto hodierno. Para desvelar esse entrave social e jurídico, a pesquisa é guiada por objetivos específicos que buscam apresentar as características fundamentais do fenômeno necropolítico, demonstrando como a soberania estatal se pulveriza no cotidiano institucional. Em seguida, o estudo se debruça sobre os alicerces históricos e ideológicos que estruturam a atuação das forças de segurança, interligando a filtragem racial e o perfilamento com as práticas sistemáticas de discriminação nas abordagens. Por fim, investiga-se a brutalidade policial e a letalidade estatal a partir do cruzamento interseccional de marcadores sociais de opressão, especificamente raça, classe social, gênero e território, materializados através da análise profunda do emblemático caso de Luana Barbosa dos Reis, mulher negra, lésbica e periférica, cuja morte ilustra o ápice dessa

engrenagem violenta. No que tange aos aspectos metodológicos, destaca-se que a pesquisa é de natureza mista, valendo-se de uma análise qualitativa voltada à revisão bibliográfica e documental sobre o tema. Percebe-se, por meio dos resultados obtidos, que a necropolítica opera como um vetor fundamental para a manutenção de um poder estatal fortemente assentado no preconceito fenotípico e geográfico, onde seus agentes perpetuam uma violência institucional que possui um alvo historicamente predefinido e vulnerabilizado: a população negra e periférica.

Palavras-chave: Necropolítica; Abordagens policiais; Racismo.

ABSTRACT

This article investigates the current situation in Brazilian society in light of Achille Mbembe's theory of necropolitics, focusing on understanding how the sovereign power of the State is explicitly manifested in the racist practices that structure police approaches in the present context. To unveil this social and legal obstacle, the research is guided by specific objectives that seek to present the fundamental characteristics of the necropolitical phenomenon, demonstrating how state sovereignty is pulverized in daily institutional life. Subsequently, the study examines the historical and ideological foundations that structure the actions of security forces, linking racial profiling and targeting with systematic discriminatory practices in police encounters. Finally, police brutality and state lethality are investigated from the intersectional perspective of social markers of oppression, specifically race, social class, gender, and territory, materialized through an in-depth analysis of the emblematic case of Luana Barbosa dos Reis, a Black, lesbian woman from the periphery, whose death illustrates the apex of this violent mechanism. Regarding methodological aspects, it is noteworthy that the research is of a mixed nature, employing a qualitative analysis focused on bibliographic and documentary review on the subject. The results show that necropolitics operates as a fundamental vector for maintaining state power strongly based on phenotypic and geographic prejudice, where its agents perpetuate institutional violence that has a historically predefined and vulnerable target: the Black and peripheral population.

Keywords: Necropolitics; Police approaches; Racism.

1 INTRODUÇÃO

As múltiplas maneiras de manifestação da violência no cotidiano brasileiro - sejam físicas, psíquicas, morais ou simbólicas - são revestidas por lógicas associadas ao caráter segregativo e marginalizador em vigor na sistematização de variados sistemas políticos contemporâneos, com frequência marcados por tendências excludentes e punitivas nas

dinâmicas interpessoais humanas direcionadas aos segmentos sociais mais vulnerabilizados e desfavorecidos socialmente.

Diante disso, percebe-se que, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988, em um contexto de redemocratização e amparo teórico a grupos historicamente subalternizados, ainda perduram tensões e conflitos, com frequência, negligenciados pelo Estado, nos quais práticas de discriminação contra a população afrobrasileira, enraizadas nos variados âmbitos institucionais, políticos e econômicos, comprometem a vitalidade da figura do negro por toda a extensão de sua vivência (Mbembe, 2016). Nesse contexto, com base na análise de uma coletividade na qual quase 90% dos mortos por ação policial no ano de 2023 eram negros (Agência Brasil, 2024), essa pesquisa norteou-se na análise, á luz da teoria proposta pelo escritor anti-colonialista Achille Mbembe, do funcionamento desse cenário banalizado por políticas de violência e de extermínio, pautado na subjugação de corpos negros na realidade brasileira.

2 METODOLOGIA

O trabalho possui por objetivo principal investigar o fenômeno da subjugação, da marginalização e da desumanização de corpos afro-brasileiros no país, com base nos interesses do Necropoder e das gestões de extermínio vigentes. Em específico, propõe-se a: investigar as bases teóricas do fundamento teórico proposto por Achille Mbembe; compreender os alicerces das múltiplas abordagens policiais abusivas direcionadas à população negra ocorrentes no território brasileiro - em tese, democrático -; e, por fim, associar as manifestações dos dispositivos necropolíticos com o caso de violência cometido contra Luana Barbosa dos Reis.

Para assegurar os objetivos desta presente pesquisa, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa e quantitativa, empregando uma lógica dedutiva, as quais contam com o estudo descritivo exploratório de técnicas de pesquisa bibliográfica e documental. A bibliografia designada para a formação deste trabalho completo perpassa desde autores clássicos como Michel Foucault, até noções base sobre direitos humanos, fundamentadas por teóricos como Achille Mbembe e Kimberlé Crenshaw, visando a melhor compreensão da real situação em relação à discriminação racial e dos dispositivos de poder associados à Necropolítica. Para a coleta e inclusão de dados estatísticos no

trabalho completo, considerou-se principalmente produções em território brasileiro de organizações como a Agência Brasil e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O termo "necropolítica" tem sua gênese na obra do filósofo camaronês Achille Mbembe, responsável por estudos sobre os efeitos da escravidão e da descolonização europeia para o povo africano. Nesse sentido, para o embasamento teórico de suas ideias o filósofo foi um ávido estudante das teorias de Michel Foucault, sendo este uma de suas principais inspirações.

Enquanto Foucault busca entender a gestão da vida pelo Estado, Achille Mbembe focaliza seus estudos visando compreender como ocorre a gestão da morte, desenvolvendo sua análise sob a expressão "quem pode viver e quem deve morrer" (Mbembe, 2016). Desse modo, afirma que a política de soberania permite que alguns indivíduos vivam, enquanto cria a necessidade de que organizações estatais eliminem outros, concluindo que o agir político empenha-se na constante fabricação de guerras de acordo com as noções de segregação do biopoder, e que fazer política é a busca pelo poder legítimo sobre a morte. Portanto, ele apresenta como proposta explicitar o discurso racial e descolonizador existente quando se faz referência às estruturas sociais que se organizam passivamente para a aniquilação de determinados grupos e, com tal intuito, defende que a biopolítica desenvolvida por Foucault não teve início com o industrialismo, mas sim com o processo de escravidão.

O filósofo define que o racismo regula a morte, tornando possíveis as funções de promoção da morte pelo Estado e ditando quais mecanismos serão aplicados aos indivíduos para fazê-los morrer. O racismo cumpre o papel de delimitar o que é o outro, tendo seu conceito distorcido até que este se torne o inimigo. Nesse sentido, demonstra-se imprescindível compreender os elementos racistas que atuam sobre esses corpos considerados matáveis e descartáveis pelo Estado.

As estruturas da necropolítica se sustentam quando o Estado, tendo o dever de estabelecer limites entre o direito, a violência e a morte, utiliza-se de um inimigo fabricado para culpabilizar a violência. Dessa forma, o discurso estatal cria zonas de morte, onde os grupos que as compõem são selecionados com base em fatores racistas, com suas mortes e decadência, tornando-se assim, um mecanismo de segurança. Sendo assim, quando o

Estado desvia-se de seu papel primordial, que se sustenta em promover o desenvolvimento da vida para a diminuição da violência, e passa a determinar medidas segregacionistas que atentam, mesmo que indiretamente, contra a vida de parcela de seus cidadãos, compromete-se a harmonia social. Para a eficácia de legitimação dessas mortes, pontua-se a necessidade de uma tecnicização e burocratização ritualística do sistema, o que Mbembe vai denominar como “tecnologias de morte”, que precisam acontecer de modo impessoal, técnico, rápido e silencioso. O cientista político destaca o terror como uma das principais tecnologias, visto que ele minimiza o erro, elimina o inimigo e reforça a verdade.

No contexto hodierno, políticas que impulsionam e consolidam o sistema capitalista neoliberal acarretam a saturação do mercado, trazendo a necessidade de maior especialização para obtenção de cargos que garantam uma vida digna e, portanto, aumentando as taxas de assimetrias socioeconômicas, o processo de periferização e descarte da vida. Nesse ínterim, visando o controle populacional desse grande contingente marginalizado e a manutenção do poder das massas imperantes com suas relações dominantes, o Estado passa a realizar um juízo de valor entre os indivíduos, julgando quais vidas devem ser dignas e quais serão condenadas à subsistência, com condições de vida que as configuram como “mortos-vivos”.

As abordagens policiais configuram-se, em teoria, como procedimentos indispensáveis para a ordem pública. O papel da polícia, desta maneira, alicerça-se objetivamente em prevenir o crime e utiliza-se do instrumento supracitado para tanto. Como define Tânia Pinc, Doutora e Mestre em Ciência Política, tais ferramentas seriam uma espécie de “convergência” entre o indivíduo e o oficial: “É um encontro entre a polícia e o público cujos procedimentos adotados variam de acordo com as circunstâncias e com a avaliação feita pelo policial sobre a pessoa com que interage, podendo estar relacionada ao crime ou não.” (Pinc, 2006). Destaca-se, concomitantemente, que os responsáveis por sua aplicação possuem um pontual aval para o exercício da referida prática.

Embora a lei seja acrisolada com sentenças elegantes sobre uma aplicabilidade dos atributos policiais, entre estes, as abordagens, estas distanciam-se de seu real objetivo quando a anuência para fiscalizar, prender, ferir e matar já tem cor, lugar e perfil. Assim, a prática inclina-se, com fundamento, a ser percebida apenas como uma larga violação dos direitos humanos para os indivíduos constituintes do corpo social.

O racismo enraizado na sociedade brasileira, desde seus primórdios, serve como modelagem para as ações policiais, e diante dessa ambulação, a intersecção entre raça, poder monetário e habitação territorial conduzem estas aos seus fins, um aniquilamento social. Com isso, é registrado diariamente no país níveis exorbitantes mortes ocasionadas por violência policial, como mostra o estudo “Pele Alvo: a Bala não Erra o Negro”, efetuado pela Rede de Observatórios da Segurança, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec), onde nove em cada dez vítimas da polícia, em oito estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão e Pará), têm pele negra.

Nesse liame, as abordagens policiais organizam-se sobre bases abusivas e pré direcionadas, fruto de um racismo estrutural que perpassa por todas as entidades estatais. Isto posto, percebe-se que os oficiais responsáveis por assegurar a segurança dos cidadãos já possuem a ideia internalizada de um “suspeito padrão”, baseada unicamente em estereótipos estruturalmente preconceituosos, como por exemplo, as abordagens que tomam por iniciativa, especialmente, as vestimentas e o comportamento do sujeito, e estas, por conseguinte, estão ligadas historicamente e socialmente, a certos grupos sociais, os pobres e negros (Poderoso, 2018). Diante desse cenário, o critério avaliativo para por em prática as ações representantes do Estado, por meio da força policial, encontram-se subjugadas a ideais discriminatórios, a partir não de fundamentos embasados, mas sim, como diz Almeida, a um elemento intrínseco ao corpo social.

Um processo histórico e político através do qual são constituídas as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, forjando as condições sociais para que grupos racialmente identificados sejam discriminados, direta ou indiretamente, de forma sistemática (Almeida, 2018).

Dessa forma, aqueles que deveriam, por lei, resguardar os direitos dos cidadãos sem qualquer tipo de distinção, perdem-se em preceitos estigmatizantes. A polícia passa a ser um artefato propulsor do racismo estrutural, haja vista que propicia a violência racial, o controle social e o esfacelamento da comunidade negra. À luz dessa ótica, o abordado obrigado a por a mão na cabeça, o intimidado com uma arma apontada para o rosto e o revistado em busca de drogas e contrabandos possuem sempre o mesmo perfil, raça e endereço.

Ações difusas no cotidiano de determinadas organizações do Estado terminam por reforçar o preconceito de cor. Um caso particular de racismo institucional envolve o funcionamento das polícias em muitas localidades do país. Essas organizações constituem

a ponta do sistema de justiça criminal mais perto do cidadão e, portanto, são elas que primeiro deveriam resguardar os direitos civis, a isonomia de tratamento ao cidadão e a sua incolumidade física (Daniel CERQUEIRA; Rodrigo MOURA, 2014 p. 05)

Com isso, em abril de 2024, o Supremo Tribunal Federal (STF), por votação unânime, bloqueou abordagens violentas baseadas na seletividade racial e alicerçadas em pensamentos preconceituosos, com o intuito de torná-la neutra. Dessa maneira, a força policial só poderia executá-la se houver indícios precisos. Infelizmente, esta se configura como mais uma medida carente de vigência.

Conjuntamente a esses fatores, o fenômeno necropolítico, como fora supracitado, teria como motor primordial, a noção ficcional do inimigo, criada e embasada pelos estereótipos racistas e perpetuada ao longo dos anos pela sociedade e, conseqüentemente, pelas forças policiais. É o racismo, desse modo, o motor guia das agências de segurança pública.

Em grande medida, o racismo é o motor do princípio necropolítico, na medida em que esse é o nome dado à destruição organizada, é o nome de uma economia sacrificial cujo funcionamento exige, de um lado, redução generalizada do preço da vida e, de outro, a familiarização com a perda (Mbembe, 2021, p. 69).

O Brasil forma-se, assim, como um “Estado racial”, tristemente segregado entre a santificação dos brancos e a banalização daqueles que distanciam-se de tal estereótipo, que são deixados não somente à margem da sociedade, mas também do sistema de justiça e principalmente, da humanização. Em um tecido social magoritariamente liderado por brancos, a bala nunca erra o corpo negro.

4 ANÁLISE DE DADOS

A análise do caso em questão permite compreender o funcionamento das abordagens policiais percebidas como extremadas e demasiadamente violentas - com frequência, também enquadradas como dispositivos responsáveis pela regulação do extermínio de núcleos populacionais marginalizados - no Brasil, a partir da rotulação de certas existências como fundamentais, simultaneamente a um cenário em que outras narrativas não amparadas por uma efetiva proteção estatal são consideradas como dispensáveis para a convivência social.

Luana Barbosa dos Reis, moradora da cidade de Ribeirão Preto, localizada no estado de São Paulo, retornava da residência de sua mãe com o seu filho de 14 anos e, após estacionar a sua moto em uma esquina próxima à sua própria moradia, tornou-se vítima de um episódio brutal o qual culminaria em sua morte. De acordo com relatos de testemunhas protegidas judicialmente, ela e seu filho foram abordados por uma intervenção policial militar, na qual Luana se negou a ser revistada por agentes policiais homens, declarando ser uma mulher enquanto retirava as suas roupas na tentativa de praticar uma comprovação do fato. Após a sua resistência à abordagem, Luana acaba sofrendo com o espancamento por parte dos policiais na frente de seu filho, enquanto quaisquer sujeitos próximos da ocorrência do crime foram impedidos tanto de interferir na situação abusiva quanto de realizarem os registros de denúncia das condutas agressivas.

Após ser atacada com chutes, socos e ter seu rosto friccionado contra o chão, Luana ainda foi levada a uma delegacia sob o controle policial, com a intenção das autoridades realizarem uma subversão da dinâmica ocorrida na conjuntura: dois dos policiais envolvidos alegaram uma participação da vítima como agressora, sob a suposta justificativa de desacato às autoridades e de ferimentos corporais cometidos contra eles - acusação passível de verificação no registro do Boletim de Ocorrência. Sendo assim, Luana encontrava-se em uma circunstância em que a manifestação de sua vontade e a participação de sua voz não foi possibilitada, em decorrência de seu estado de saúde crítico após a debilidade e a precarização de seu estado físico. Nesse sentido, a desumanização acometida contra ela é intensificada após o impedimento do envolvimento de seu núcleo familiar para a sua defesa contra o processo de uso tendencioso do poder policial e para auxiliá-la a colocar suas vestimentas novamente, caracterizando-se uma relação de poder desequilibrada, na qual a culpabilização da cidadã foi, de imediato, aceita e não passível de ser questionada.

No acontecimento, a interseção entre critérios raciais com as questões de gênero e de sexualidade impulsionou a ocorrência dessa violação aos direitos intrínsecos de uma cidadã exercida contraditoriamente por forças legitimadas pelo Estado que são, em tese, capacitadas para a garantia da segurança e do bem-estar público. Afinal de contas, Luana, em sua condição de mulher, negra e lésbica, no contexto de uma sociedade sistematizada com base na priorização dos interesses do Necropoder e na banalização da violência institucional, encontrava-se em uma série de situações sociais, ao longo de suas vivências,

profundamente impactadas pela vulnerabilidade, nas quais camadas adicionais de discriminação culminam para a ocorrência de múltiplas manifestações de violência no cotidiano de grupos desfavorecidos historicamente.

O aviltamento de tais agrupamentos humanos é notório na transmutação de seus corpos em meros sujeitos destituídos de integridade física, moral e/ou psíquica em suas experiências cotidianas - pautadas, em especial, na displicência estatal -. Nesse raciocínio, se torna inegável que a sobreposição de heterogêneas identidades sociais nos indivíduos se relaciona com a complexificação das manifestações de discriminação e da violência no cotidiano, com a presença de barreiras sociais interseccionais¹ e singulares (Crenshaw, 2015).

Ademais, a interceptação da vítima durante um simples trajeto em sua motocicleta com o seu filho já reforça a tese de permeia no tecido social uma “noção ficcional do inimigo” (Mbembe, 2016), com a rotulação da figura do negro ao papel de criminalidade e de desviante das condutas estabelecidas pela legislação e, além do mais, com a consequente ampliação de políticas punitivas de aniquilamento social associadas à subjugação da camada afro-brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, conclui-se que os aspectos atuais que delimitam a expansão Estado capitalista neoliberal, geram um cenário de crescimento exponencial das desigualdades sociais. Consequentemente, aumentando taxas de marginalização e segregação de parcelas da sociedade que não dispõem de oportunidades igualitárias para o ingresso no mercado de trabalho e dignidade de vida. Nesse contexto, torna-se explícito uma política perversa onde direcionam-se esforços e organizações estatais voltadas para o controle social, através da morte de indivíduos considerados incômodos e não úteis político e economicamente. Tal política foi primeiramente descrita pelo filósofo Achille Mbembe, descrevendo como tal política é influenciada pelo racismo ao tomar como base estudos sobre a vida e a política pelo sociólogo Michel Foucault.

Em concordância com tal análise, as abordagens policiais estruturam-se basilarmente como reprodutoras da necropolítica na sociedade brasileira. Como fora supracitado, os agentes públicos atuam com ideais discriminatórios e racistas já concretizados desde a incoação do que hoje se conhece como Estado Civil, buscando

sempre o mesmo inimigo ficcional, possuidor de um específico perfil identitário, onde raça, território, gênero e comportamento definem o “cidadão de bem” e o “delinquente sem salvação”.

Assim, o negro pobre e periférico, infaustamente, torna-se o principal alvo das ações policiais violentas que dilaceram o solo brasileiro, ficando estas largamente distantes de seu real objetivo: garantir a ordem pública. O Brasil, que em seu hino garante a todos os seus filhos um berço esplêndido, gentil e seguro, retribui com ignorância, sangue e morte todos aqueles que encontram-se à margem da personalidade branca e elitizada, caso observável a partir de Luana Barbosa dos Reis, brutalmente morta por oficiais.

REFERÊNCIAS

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. **Verona: Ombre Corte**, 2016. pppp

ANUNCIAÇÃO, D.; TRAD, L. A. B.; FERREIRA, T. “Mão na cabeça!”: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste. **Saúde e Sociedade**, v. 29, n. 1, 2020.

CRENSHAW, K. **On Intersectionality: Essential Writings**. São Paulo: New Presa, 2015.

FERNANDES, N. C.; MAIO, E. R.; TERUYA, T. K. NECROPOLÍTICA, RACISMO INSTITUCIONAL E ABORDAGEM POLICIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO FILME “O ÓDIO QUE VOCÊ SEMEIA”. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 6, n. 2, p. 147–155, 2023.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2011. NOGUEIRA FURTADO, R.; APARECIDA DE OLIVEIRA CAMILO, J. O Conceito de Biopoder no Pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 3, p. 34, 22 ago. 2017.

SANTOS, A. A necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. **Humanidades & Inovação**, v. 9, n. 7, p. 281–286, 2022.

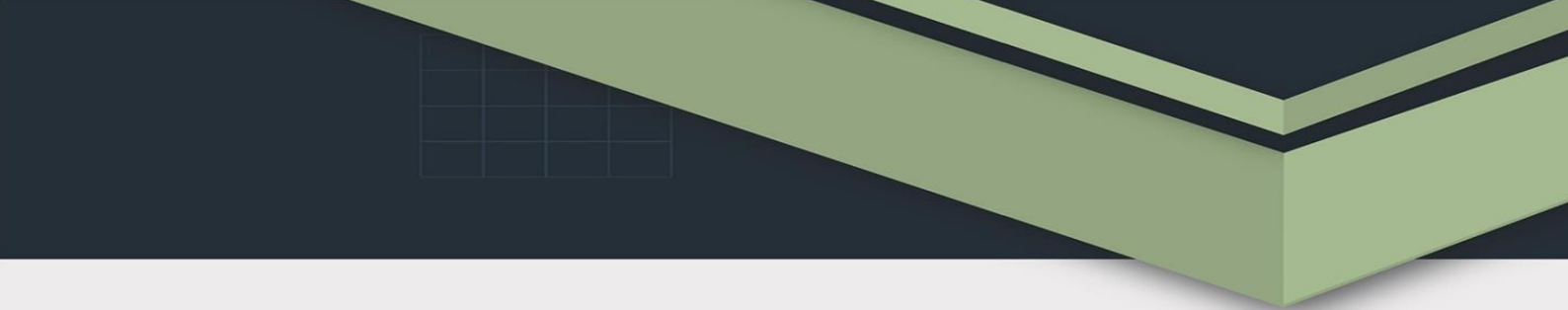
SILVIO ALMEIDA. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte: **Letramento ; Justificando**, 2018.

SPOSATO, K. B.; MOITINHO, V. C. A bala não erra o alvo: racismo e letalidade policial no Brasil. **Boletim IBCCRIM**, v. 30, n. 360, p. 13–15, 2022.

Capítulo 3
O ESTADO DA ARTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO
DO CAMPO NO ESTADO DO MARANHÃO

Diana Costa Diniz
Erica dos Santos Barros
Ane Danielle da Silva Costa
Thalissa Cristina Mendes Silva





O ESTADO DA ARTE: UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO MARANHÃO

Diana Costa Diniz

Doutora em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - CCBa/UFMA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: dc.diniz@ufma.br .

Erica dos Santos Barros

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, bolsista do Programa de Educação tutorial (PET)- Universidade Federal do Maranhão/UFMA campus Bacabal-MA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: profa.ERICA.barros@gmail.com

Ane Danielle da Silva Costa

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Universidade Federal do Maranhão/UFMA, campus Bacabal-MA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: ane.daniele@discente.ufma.br

Thalissa Cristina Mendes Silva

Professora de Educação Infantil na rede municipal de São Luís, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)- Campus de São Luís. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: r2017thalissasilva@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho integra a pesquisa “Panorama da Educação do Campo no Maranhão”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), e executada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação (GEPPE). O texto objetiva discutir as produções acadêmicas em torno da temática Educação do Campo no estado do Maranhão entre os anos de 1998 e 2022, tendo como recorte espacial os programas de pós-graduação. Foram utilizados aportes teóricos bibliográficos em torno da temática do estado da arte e da Educação do Campo, para mapear e detalhar os trabalhos encontrados, e então fazer a análise dos dados. Por fim, obteve-se a organização dos trabalhos produzidos desde a origem do termo da Educação do Campo em 1998 até o ano de 2022, podendo se ter um panorama das produções de Educação do Campo no Maranhão.

Palavras-chave: Educação do Campo. Estado da Arte. Maranhão

ABSTRACT

This work is part of the research “Panorama of Rural Education in Maranhão”, funded by the Foundation for Research and Scientific and Technological Development of Maranhão (FAPEMA), and carried out by the Study and Research Group on Public Education Policies (GEPPE). The text aims to discuss the academic productions around the theme of Rural Education in the state of Maranhão between the years 1998 and 2022, having as a spatial cut the postgraduate programs. Bibliographic theoretical contributions around the theme of the state of the art and Rural Education were used to map and detail the works found, and then to analyze the data. Finally, the organization of the works produced since the origin of the term Rural Education in 1998 until the year 2022 was obtained, allowing for an overview of the productions of Rural Education in Maranhão.

Keywords: Rural Education. State of the Art. Maranhão.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho discute questões relativas à realidade da Educação do Campo no Maranhão, com o qual a pesquisa pretende contribuir, consolidando uma base de

conhecimentos que possam subsidiar pesquisas futuras de continuidade ou de iniciativa de outros pesquisadores.

Vale destacar que estudos e pesquisas nessa direção vêm sendo desenvolvidas no meio acadêmico e publicadas em artigos, dissertações e teses. No entanto, trata-se de uma produção ainda incipiente e fragmentada, carecendo de um esforço investigativo sistemático sobre a realidade da educação do campo no Maranhão, com o qual a pesquisa pretende contribuir, consolidando uma base de conhecimentos que possam subsidiar pesquisas futuras de continuidade ou de iniciativa de outros pesquisadores.

Assim, busca-se suprir parte dessas lacunas com esta pesquisa, desenvolvida a partir de um levantamento documental, gerando a seguinte questão norteadora: qual a produção científica sobre Educação do Campo no Estado? Dessa forma, o objetivo deste artigo é a produção do estado da arte sobre a Educação do Campo no Maranhão, baseada em dissertações e teses disponibilizadas no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), concluídas entre 1998 e 2022.

O período indicado deve-se ao fato de que em 1998 foi realizada a I Conferência Nacional, intitulada “Por uma Educação Básica do campo”, em Luziânia (GO) e a implementação de políticas de educação do campo, iniciando com diversas ações a partir do Pronera, em 1998; com o curso de Licenciatura em Educação do Campo; e com a organização de um Comitê Estadual de Educação do Campo, articulando a Secretaria de Educação, Instituições de Ensino Superior, movimentos e organizações sociais com atuação na defesa e construção da Educação do Campo no Maranhão, sendo o primeiro estado brasileiro com essa iniciativa. Já 2022, corresponde aos vinte anos de aprovação da Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do Campo.

Para alcançar o objetivo proposto, o artigo foi organizado em três seções: Na primeira apresentamos o processo metodológico de busca das teses e dissertações; Na segunda discutimos brevemente a Educação do Campo no estado do Maranhão; Por fim, apresentamos os dados, os quais elucidam o estado da arte sobre as pesquisas em Educação do Campo, no Maranhão.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO MARANHÃO

A Educação do Campo é uma novidade na política educacional brasileira que se institucionaliza a partir do final dos anos 1990, em decorrência da luta dos movimentos sociais camponeses em defesa do direito à educação para as populações dos diversos contextos rurais, historicamente alijadas do acesso às políticas educacionais nos territórios rurais.

No que diz respeito ao estado do Maranhão, é uma realidade marcada por diversos problemas sociais, econômicos, políticos e ambientais. Encontra-se em um estado que integra a Amazônia Legal e que tem como base uma economia marcada, de um lado, pela presença dos grandes projetos minero-metalúrgicos e agropecuários e, de outro, a agricultura camponesa de base familiar. Os denominados grandes projetos, além de não produzirem riquezas para o Estado são responsáveis diretos pela desarticulação da agricultura camponesa de base familiar, conforme cita Mesquita (2011). Sobre este aspecto é necessário fomentar as ações que têm como substrato o fortalecimento da agricultura camponesa de base familiar, pois, o estado tem sido marcado por situações de insegurança alimentar e nutricional.

Dessa forma, a Educação do Campo no Maranhão é marcada por desafios e avanços, refletindo assim, as complexidades sociais e ausência de políticas que considerem a expressiva população rural maranhense, ou por outro lado, a implementação de políticas que não estão em conformidade com os seus reais interesses. Percebe-se que, para esses sujeitos, tem se naturalizado um lugar de marginalidade, pobreza, de extinção de seus espaços de vida e trabalho. Mas também é nesse contexto que são fortalecidas as resistências e a organização que culminam em diversas iniciativas que vão de encontro à Educação do Campo.

Nesse sentido, a Educação do Campo é fator fundamental na disputa entre projetos de campo e para o fortalecimento dos territórios rurais, considerando-se a sua diversidade, e a urgência da afirmação de projetos de futuro que apontem para modos de vida e de trabalho com sustentabilidade socioambiental, que promovam a produção de alimentos saudáveis; mediados por relações equilibradas com a natureza; e por relações justas e solidárias entre os seres humanos, contribuindo para a redução das desigualdades sociais (Caldart, 2004; 2019). Considera-se que a Educação do Campo tem papel relevante no enfrentamento aos desafios de universalização e elevação da qualidade

da educação brasileira, cujos indicadores mais críticos encontram-se nos estados da Região Nordeste, sobretudo entre as populações rurais, onde o estado maranhense destaca-se negativamente.

O ESTADO DA ARTE E AS REFLEXÕES ACADÊMICAS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO MARANHÃO

Este trabalho se embasa no *Estado da Arte*, que diz respeito à necessidade de um balanço sobre a temática visando contribuir com a organização e análise do campo de pesquisa em Educação do campo, ou seja:

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. (FERREIRA, 2002, p. 257).

Trata-se de inventariar sobre a Educação do Campo no Maranhão, caracterizada como pesquisa qualitativa, na perspectiva da investigação do estado da arte de natureza documental bibliográfica. Dessa forma, a produção do conhecimento na Educação do Campo, objeto deste artigo, adotou como aporte metodológico o materialismo histórico-dialético, pois,

[...] o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. A questão da postura, neste sentido, antecede ao método. Este constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e transformação dos fenômenos sociais. (FRIGOTTO, 2001, p.77)

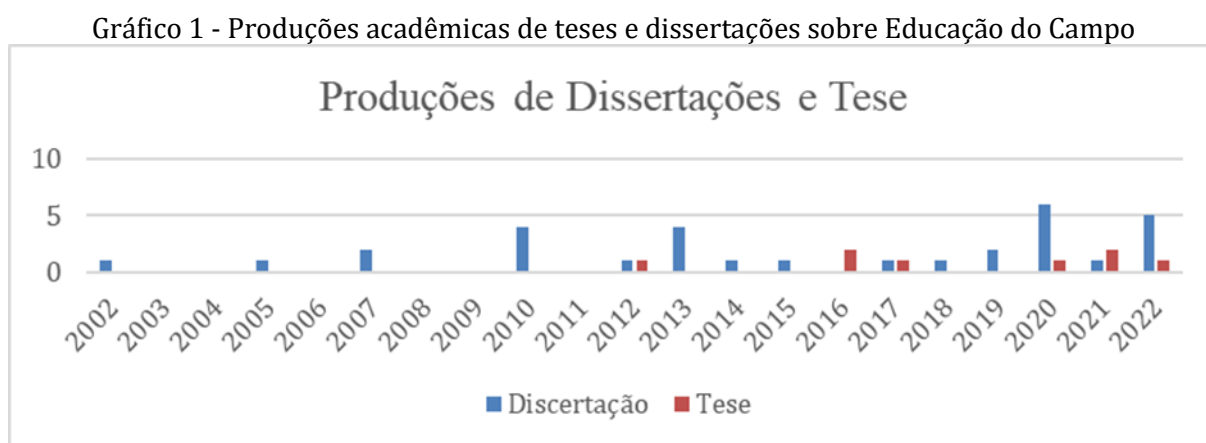
Assim, nosso esforço se dá no sentido de apresentar reflexões teóricas mediante o uso dos seguintes descritores: Educação do Campo, Educação Rural, Pronera, Escola da Terra, Escola Ativa, Pedagogia da Alternância, Política de Educação do Campo, Licenciatura em Educação do Campo, PROCAMPO, PRONACAMPO, Turmas Multisseriadas, Educação Popular. A pesquisa desenvolvida no período 1998-2022 levantou uma amostra de 32 dissertações e 08 teses, totalizando 40 trabalhos, oriundos de 26 programas de pós-graduação. É possível perceber a presença de trabalhos sobre

Educação do Campo no Maranhão nas cinco regiões brasileiras: Na região Norte (02), Nordeste (26), Centro-Oeste (02), Sudeste (7) e Sul (03).

O Desenvolvimento como linha temática de discussão

Ao analisar os dados obtidos no Estado da Arte acerca da Educação do Campo no estado do Maranhão, pôde-se identificar diversos aspectos relevantes como ano de publicação, autores, objetos de estudo, espaço temporal dentre outros. Assim, constatou-se que desde o início do termo Educação do Campo em 1998, o processo de produção acadêmica passou a ser visto como meio de disputa pela publicização da Educação do Campo como objeto de estudo e análise. Na pesquisa observou-se que no campo das produções de pós-graduação a discussão começa a ser visualizada a partir dos anos de 2002, quatro anos após a origem do termo Educação do Campo.

Desta forma, nota-se que movimento de Educação do Campo ganha ainda mais força na área da pesquisa acadêmica, tendo impulso nas produções acadêmicas de pós-graduação como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Elaborado por pesquisadores do GEPPE a partir do Levantamento na BDTD em 2023

Matte e Araújo (2012) afirma que a produção bibliográfica é o principal fator de produção acadêmica na atualidade, portanto compreende-se esta ferramenta como um dos principais meios de publicização da Educação do Campo. Tendo em vista o gráfico apresentado, observa-se que as produções de pós-graduação sobre Educação do Campo se tornam consecutivas somente a partir do ano de 2012, tendo intervalos de tempo nas produções antes disso, e que as produções de teses sobre a temática se estendem somente em 2012. Na pesquisa constatou-se também os principais objetos de estudo, e foi

identificado as principais temáticas: Pedagogia da alternância, Educação rural, Casa familiar rural, Formação de professores, Formação de jovens e adultos, Prática pedagógica, Currículo, Estudo de políticas/programas educacionais de Educação do Campo, Agronegócio e Educação do Campo, Agroecologia e Educação do Campo, Educação escolar quilombola e Educação e a questão agrária, conforme pode-se ver na tabela abaixo:

Quadro 1 - Principais objetos de Estudo

Eixo	Trabalhos	Ano
Pedagogia da alternância	3	2010; 2013; 2020
Educação rural	3	2002; 2010; 2020
Casa familiar rural	3	2005; 2021; 2022
Formação de professores	6	2007; 2012; 2013; 2015; 2021; 2022
Formação de jovens e adultos	2	2007; 2021
Prática pedagógica	8	2010; 2012; 2013; 2016; 2017; 2020; 2020; 2022
Currículo	4	2013; 2020; 2020; 2022
Políticas/programas educacionais de educação do campo	6	2022
Agronegócio e educação do campo	1	2017
Agroecologia e educação do campo	1	2018
Educação escolar quilombola	1	2016
Educação e a questão agrária	1	2022

Fonte: Elaborado por pesquisadores do GEPPE a partir do Levantamento na BDTD em 2023

Observa-se que as produções permeiam por diversas temáticas que estão atreladas a Educação do Campo, uma vez que:

(...) se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. (Kolling, Nery e Molina, 1999, p. 26)

As produções apresentam a realidade da educação praticadas nos territórios camponeses, bem como a *pedagogia da alternância* definida por Gimonet (1998;2007) como um construto pedagógico completo, compreendendo a alternância para além do *tempo escola e tempo comunidade*, parte dos trabalhos encontrados na pesquisa, trabalham a pedagogia da alternância como objeto de estudo, desde a experiência na modalidade da alternância até seu processo pedagógico.

Um dos eixos interessantes é de Políticas/programas educacionais de educação do campo, onde encontrou-se 6 trabalhos, nestes são colocados análises críticas sobre as políticas educacionais de Educação do campo, descrevendo os desafios e contribuições dessas políticas. São colocados experiência sobre as Licenciaturas em Educação do Campo, as contribuições do MST para as políticas de educação e na grande parte dos trabalhos é pesquisado sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)- tendo 4/6 dos trabalhos encontrados- política pública que tem como objetivo geral promover a educação nos assentamentos de Reforma Agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais utilizando metodologias específicas para o campo (Molina e Rocha, 2014). Assim nota-se que as pesquisas deste eixo têm sido desenvolvidas com maior frequência ficando atrás somente do eixo de práticas pedagógicas.

Os menos explorados foram: Agronegócio e Educação do Campo, Agroecologia e Educação do Campo, Educação escolar quilombola e Educação e a questão agrária, porém não menos importantes. Assim, se espera que os pesquisadores percebam a necessidade e importâncias de se pesquisar diversos eixos da Educação do campo, afinal como já foi dito, esta educação está interligada a uma diversidade de temáticas que estão presentes no cotidiano da vida no Campo.

Principais metodologias

As principais metodologias identificadas na revisão do estado da arte foram as pesquisas bibliográficas, documental e de campo, marcando o uso de abordagens qualitativas, a qual “parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” (Piana, 2009). A Pesquisa Bibliográfica é desenvolvida a partir de referências teóricas que aparecem em livros, artigos, etc (Michaliszyn e Tomasini, 2008) e fundamentam conceitos e embasam análises. Identificamos também análise documental feita a partir de relatórios, legislações, currículos escolares e outros, dando foco a documentos locais e que são parte da realidade das escolas participantes.

A Pesquisa de Campo teve papel fundamental, aparecendo na maioria das teses e dissertações, esse tipo de pesquisa, nas teses analisadas, se deu por meio de observação participante, técnica etnográfica, pesquisa-ação, entrevistas, etc. Dessa forma

entendemos que as pesquisas qualitativas são maioria no campo da Educação do Campo, mas não descartamos a necessidade de pesquisas quantitativas também.

Recorte temporal e espacial

Ao analisar os dados de recorte temporal, observa-se que parte dos trabalhos não conseguiu-se identificar, pois alguns trabalhos não deixaram explícitos. Observou-se também que os trabalhos de campo desenvolvidos ao longo das pesquisas seguem um padrão de duração entre um e dois anos, ao passo que as pesquisas bibliográficas tem um recorte temporal muito maior, tendo em vista que as análises são feitas em um maior intervalo de tempo entre as pesquisas.

No recorte espacial está fortemente concentrado no Estado do Maranhão, destacando diversos locais urbanos e rurais que compõem uma aglomeração significativa de experiências e práticas relacionadas à Educação do Campo, à reforma agrária, aos assentamentos rurais, às comunidades quilombolas e indígenas, e às instituições de ensino superior e técnico com atuação regional. A importância do Maranhão nesse levantamento mostra a riqueza e diversidade das experiências na educação do campo, revelando tanto os desafios quanto às conquistas e as ações que acontecem para promover uma educação que leva em consideração a realidade das pessoas do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado da Arte feito em torno da Educação do Campo no Maranhão ressalta a importância da forma qualitativa do fazer científico, uma vez que durante anos a trajetória da Educação do Campo no Brasil e no mundo vem sendo inviabilizada, a disputa nas produções científicas se tornou essencial para a publicização desta política pública, que no Maranhão vem conquistando seu espaço.

As produções acadêmicas no campo da pós-graduação no Estado do Maranhão tiveram um impacto significativo na Educação do Campo enquanto Política pública, pois têm contribuído na compreensão do desenvolvimento da concretização da Educação do Campo em diversos territórios Maranhenses, compartilhando práticas e saberes que permeia os territórios desde da pedagogia da alternância até às lutas pela democratização da Educação do Campo.

Na pesquisa pode-se observar que as produções têm alcançado grandes discussões que permitiram o entendimento sobre os saberes e práticas do Campo, porém notou-se a necessidade de incluir algumas temáticas, como discussões sobre a questão racial, os meios de inclusão digital nas escolas do campo, o fazer científico dentre outras temáticas.

Por fim, é importante acompanhar as produções e sua vinculação com os princípios que estruturam a educação do campo — articulação entre educação, campo, sociedade e políticas públicas. Trata-se, portanto, de reafirmar como fortalecimento do Movimento por uma Educação do Campo pública, gratuita e de qualidade socialmente referenciada, nos territórios para se pensar possibilidades que atendam de fato a realidade camponesa.

REFERÊNCIAS

- CALDART, Roseli Salete. **"Educação do campo."** *Dicionário da educação do campo 2* (2012): 257-265. Disponível em: <
[https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/01_B - Roseli S Caldart - Educa%C3%A7%C3%A3o do Campo.pdf](https://www5.unioeste.br/portalunioeste/images/files/GEFHEMP/Textos_Bloco_I/01_B_-_Roseli_S_Caldart_-_Educa%C3%A7%C3%A3o_do_Campo.pdf)>. Acesso em: 17 de abril de 2025
- FERREIRA, N. S. de A. **As pesquisas denominadas "estado da arte"**. Revista Educação & Sociedade, ano 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.
- FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: FAZENDA, I. (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p.71-90.
- GIMONET, J.C. (1998). **A alternância na formação: método pedagógico ou novo sistema educativo?** A experiência das Casas Familiares Rurais. Indemol, J., & Pilon, J.(Orgs.).Alternance, developpement personnelet local(pp.51-66) Paris: L'Harmattan.
- GIMONET, J.C. (2007). **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, rj: vozes.
- KOLLING, E. J.; Nery, I.; Molina, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.
- MATTE, Ana Cristina Fricke; ARAÚJO, Adelma Lucia de Oliveira Silva. **A importância da escrita acadêmica na formação do jovem pesquisador. Educação científica e cidadania: abordagem teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, p. 97-110, 2012.
- MEDEIROS, Evandro Costa de; MORENO, Glaucia de Sousa; BATISTA, Maria do Socorro Xavier. **Territorialização nacional da Educação do Campo: marcos históricos no**

Sudeste paraense. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 46, e224676, 2020. Disponível em: <[1517-9702-ep-46-e224676.pdf](#)> Acesso em 14/04/2025.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa:** Orientações e Normas para Elaboração de Projetos, Monografias e Artigos Científicos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MOLINA, Mônica C. e ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronex e o Procampo.** *Rev. Reflex* [online]. 2014, vol.22, n.2, pp.220-253. ISSN 1982-9949. <https://doi.org/10.17058/rea.v22i2.0220>.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online].** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available from SciELO Books .

ROSA, Erick Angelo Reis; BARROS, Erica dos Santos. Quando abril chegar: a Educação do Campo e as estratégias de publicização. In: **I JORNADA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE POLÍTICAS EDUCACIONAIS** - São Luís/MA, 2023. Disponível em: <<https://doity.com.br/anais/ijesppe/trabalho/280549>> . Acesso em: 07/04/2025 às 15:56.

Capítulo 4
TRABALHO DOMÉSTICO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO,
RAÇA/ETNIA E CLASSE
Vitória Camila da Silva Araújo Fonseca

TRABALHO DOMÉSTICO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E CLASSE

Vitória Camila da Silva Araújo Fonseca

Assistente Social, bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduada em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Faculdade Líbano. E-mail: vitoriacfsc@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar o trabalho doméstico no Brasil a partir das imbricações entre os eixos de gênero, raça/etnia e classe, visando compreender sua influência, bem como problematizar a naturalização dessa atividade às mulheres, especialmente as mulheres negras e pobres, ao longo da história. Para isso foi realizada pesquisa de caráter qualitativo e documental, tendo como método norteador o materialismo-histórico-dialético. Foi utilizado como aporte bibliográfico autoras como Gonzalez (1979 e 1980); Saffioti (2004); Federici (2019); Ávila e Ferreira (2020). Em síntese, observou-se que o trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, é atravessado substancialmente pelas relações patriarcais de gênero, raça/etnia e classe, que se manifestam a serviço do patriarcado e colaboram na perpetuação de inúmeras desigualdades. Este artigo é fruto do trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; Divisão sexual racializada do trabalho; Mulheres.

ABSTRACT

This research aims to analyze domestic work in Brazil based on the interconnections between the axes of gender, race/ethnicity, and class, aiming to understand its influence, as well as problematize the naturalization of this activity for women, especially black and poor

women, throughout history. For this purpose, qualitative and documentary research was carried out, using historical-dialectical materialism as a guiding method. The bibliographical support used was authors such as Gonzalez (1979 and 1980); Saffioti (2004); Federici (2019); Ávila and Ferreira (2020). In summary, it was observed that domestic work, whether paid or not, is substantially permeated by patriarchal relations of gender, race/ethnicity, and class, which manifest themselves in the service of patriarchy and collaborate in the perpetuation of numerous inequalities. This article is the result of the final course work presented to the Faculty of Social Work of the State University of Rio Grande do Norte.

Keywords: Domestic work; Racialized sexual division of labor; Women.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história humana foi disseminado no imaginário social a ideia de que tarefas domésticas são exclusivamente um “trabalho de mulher”. Por muito tempo essa foi a justificativa encontrada para barrar mulheres de ingressarem em espaços públicos e representativos. No entanto, com o avanço dos movimentos feministas e de mulheres, os espaços representativos foram sendo ampliados ao mesmo tempo em que se alargaram as discussões e produções acadêmicas acerca desse assunto.

Dessa forma, a discussão sobre o trabalho doméstico, considerando a imposição social que implica na destinação do trabalho de cuidado (limpar, cozinhar, passar, lavar, cuidar dos filhos) de forma geral às mulheres, passou a ser central para compreendermos a jornada extensiva de trabalho enfrentada por esse público ao redor do mundo.

Tendo estes aspectos em vista, foi objetivado ao longo dessa pesquisa analisar as repercussões, a partir de uma abordagem consubstancial entre gênero, raça/etnia e classe do trabalho doméstico na vida das mulheres, além de compreender a influência dos papéis de gênero na divisão sexual racializada do trabalho.

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, visto que esta permite a análise de questões subjetivas que necessitam de aprofundamento e adequações para compreender determinadas particularidades e permitir uma interação mais humana e completa com o objeto de investigação, como aponta Chizzotti (2003).

Nessa esteira, consideramos que o objeto estudado é atravessado por processos históricos, culturais, políticos e ideológicos complexos que são incapazes de se

desvelarem completamente em dados numéricos ou estimativas estatísticas (MINAYO, 2006).

Como método, utilizamos o materialismo-histórico-dialético por considerá-lo imprescindível na apreensão da realidade de forma crítica, ultrapassando os limites da imediatividade, sendo dessa forma, um pilar metodológico central para a análise imbricada das relações de gênero, raça/etnia e classe, considerando as contradições e historicidade que permeiam nosso objeto de estudo.

2 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A DIVISÃO SEXUAL RACIALIZADA DO TRABALHO

O avanço do modo de produção capitalista e a ascensão do modelo de sociedade patriarcal impulsionaram nas relações sociais a divisão do espaço público e privado entre homens e mulheres. Essa separação é responsável por destinar a participação e representação dos homens nas esferas públicas, ao passo que impõe o espaço doméstico às mulheres. Na sociedade patriarcal-racista-capitalista, essa divisão apresenta além do gênero, raça/etnia e classe como elementos preponderantes em sua determinação.

Conforme afirma Kergoat (2003), a divisão sexual do trabalho é a materialização, no mundo do trabalho, da separação socialmente pré-determinada pelas relações sociais de sexo do que deve ser atribuição de homem e o que deve ser atribuição de mulher. Tal construção social acarreta, dentre outras coisas, na invisibilização dos serviços que são desenvolvidos pelas mulheres, ao passo que dá notoriedade e grande reconhecimento às atividades que possuem em sua maioria um público masculino.

Podemos percebê-la a partir do expressivo número de mulheres inseridas no trabalho doméstico (que é popularmente subestimado e invalidado) e, em contrapartida, na representação massiva de homens em trabalhos na esfera produtiva, espaço socialmente reconhecido e economicamente valorizado.

Ao tratarmos sobre essa temática na particularidade brasileira, evidencia-se que gênero e raça/etnia são elementos indissociáveis a esta análise, visto a inegável predominância nos indicadores sociais brasileiros de mulheres negras imersas no trabalho de reprodução, compondo maioria na realização do trabalho doméstico, por exemplo. Assim, a divisão sexual do trabalho é na verdade uma divisão sexual racializada do trabalho.

O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada, etc.. Ora, tudo isto implica em baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc.. (Gonzalez, 1979, p. 2).

De acordo com Do Nascimento e Gonçalves (2021), a divisão sexual racializada do trabalho é uma dimensão fundamental para a reprodução do capitalismo contemporâneo e, ao passo que se reproduz, precariza a vida das trabalhadoras, sobretudo as trabalhadoras negras, expostas a condições de trabalho precarizadas e vínculos trabalhistas fragilizados.

Gonzalez (1980) afirma que a divisão racial no mundo do trabalho repercute para além dessa esfera, abrangendo as demais relações sociais. Dessa forma, é possível afirmar que a sobrecarga e inferiorização do sujeito feminino, bem como sua massiva presença no espaço doméstico é de total interesse do sistema capitalista, visto que essa divisão sexual e racial é necessária para manter as mulheres, em sua maioria negras, responsáveis pela realização do trabalho de cuidado.

2.1 A romantização do trabalho doméstico: uma linha tênue entre amor e sobrecarga

Conhecido também como o “trabalho interminável”, o trabalho doméstico não remunerado assume uma face amorosa que na realidade implica em prejuízos reais na vida de quem o realiza, ao passo que colabora, direta ou indiretamente, na reprodução do sistema capitalista. O que tentam vender como expressão do amor pela família é na verdade uma prática que propicia a desigualdade de gênero e desemboca no adoecimento de mulheres.

Para Federici (2019), o trabalho doméstico não remunerado é o retrato da violência mais sutil desenvolvida pelo sistema capitalista. A justificativa que mulheres nasceram para tarefas no âmbito doméstico foi a forma encontrada pelo patriarcado de conseguir comida pronta, roupa lavada e casa limpa sem precisar pagar ou se ocupar propriamente com isso. A romantização que se sustenta nessa “destinação divina” de ocupações domésticas para nós, invisibiliza o tempo e a força de trabalho que são depositadas no cumprimento dessas atividades.

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. (Federici, 2019, p. 42 e 43).

Como frisado por Federici (2019) este trabalho rebate em diversos âmbitos (saúde, lazer, autocuidado) e custa tanto assim às mulheres porque ele não se resume apenas a limpar a casa. É servir aos assalariados de forma integral, é dar tudo de si, fisicamente, emocionalmente e sexualmente. É o trabalho doméstico não remunerado que prepara o proletário, que desempenha o trabalho considerado produtivo, para o trabalho dia após dia.

Portanto, a naturalização do trabalho doméstico não remunerado é para as mulheres, uma construção social que oferece aos homens conforto e ao capital lucro. Em paralelo, o que sobra para essas sujeitas são jornadas de trabalho extenuantes, invisibilizadas e intermináveis.

Haja vista nossa imersão em um sistema que preza pela desigualdade de gênero e só nos veja como servas, é patente mencionar que é somente a partir da tomada de consciência coletiva e da luta por condições materiais que garantam uma vida digna a todas as mulheres, que será possível romper com a construção social e com os estigmas racistas e patriarcais que atribuem o trabalho doméstico ao sujeito feminino, sobretudo, as mulheres negras.

3 O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL: SURGIMENTO E PARTICULARIDADES

Quando tratamos sobre o trabalho doméstico, este configura-se como toda atividade desenvolvida por uma pessoa no âmbito doméstico, que inclui: limpeza, arrumação, cuidados com crianças, idosos, pessoas com deficiência e/ou sofrimento psíquico, entre outros. A existência desses afazeres está presente ao longo de nossa história enquanto sociedade, dando suporte para a própria reprodução e sociabilidade humana.

Ainda que esse trabalho seja essencial para todos, sua realização é historicamente destinada às classes sociais pauperizadas e, com a ascensão das relações patriarcais, as mulheres como público principal.

De acordo com Ávila e Ferreira (2020),

(...) o trabalho doméstico compreende duas formas de relações de trabalho: o trabalho doméstico gratuito, feito na própria residência dos sujeitos que o realizam, majoritariamente mulheres, e o trabalho doméstico remunerado, realizado na residência alheia de patroas e patrões, e da mesma forma, majoritariamente realizado por mulheres e, no caso brasileiro, por mulheres negras. (Ávila; Ferreira, 2020, p. 2).

No Brasil, o trabalho doméstico este assume novas particularidades advindas do período escravocrata. Somado ao gênero e a classe, na realidade brasileira a raça/etnia aparece como eixo determinante, sendo este trabalho inicialmente direcionado às mulheres negras e indígenas ainda no período colonial, período em que esse trabalho ainda não tinha possibilidade de ser remunerado.

Neste momento histórico, as mulheres negras desenvolviam não somente atividades de manutenção do lar, como também tinham seus corpos inteiramente apropriados, como é o exemplo das amas de leite, mulheres escravizadas que tinham o dever de alimentar com o próprio leite materno os filhos das senhoras de engenho que não estivessem em condições de alimentá-los. É resultante de toda essa herança histórica racista e patriarcal que o trabalho doméstico assume um caráter servil presente mesmo após o seu fim nos moldes do escravismo.

Devido à aversão ao trabalho manual - típica das sociedades escravistas - e às exigências feitas pela própria economia colonial - ainda muito dependente da força de trabalho humana, grande quantidade de mulheres escravizadas foi alocada nos domicílios. O trabalho feito por essas cativas, muitas vezes, não se limitava à realização de tarefas como limpeza ou cuidado das residências. Suas atribuições incluíam também afazeres que integravam a própria produção econômica domiciliar. (De Souza, 2012, p. 244 e 245).

Como também nos sinaliza Da Costa e Vieira (2021), o trabalho doméstico no Brasil possui forte ligação com o processo de escravização da população negra. Tal correlação desencadeou uma representação massiva de pessoas negras nesse ofício ao longo dos séculos, passando a ser o público com maior predominância na realização desse trabalho até os dias atuais.

Em consonância, Ávila e Ferreira (2020) afirmam que é a partir das relações sociais de sexo, de raça e de classe que o trabalho doméstico se impõe como um espaço de trabalho assalariado no Brasil.

Parafraseando Ferreira (2020), esse trabalho figura parte imprescindível do desenvolvimento molecular do capitalismo. Atualmente, o trabalho doméstico seja remunerado ou não, aparece como uma das principais bases de sustentação que dá condições materiais de reprodução desse sistema, pois é através da sua realização que outros indivíduos têm a possibilidade de serem explorados de forma distinta pelo capitalismo, ao ocuparem seu tempo em trabalhos remunerados.

Em meio aos tensionamentos do regime neoliberais, surge como fruto da resistência e mobilização coletiva das trabalhadoras junto aos movimentos feministas a Lei 15.069/2024, que versa sobre a Política Nacional de Cuidado. A aprovação deste Projeto de lei representa um grande avanço para as mulheres, visto que esta tem como enfoque garantir a igualdade na corresponsabilização social entre homens e mulheres, viabilizando uma redistribuição das tarefas de cuidado que são hegemonicamente realizadas pelo público feminino.

De acordo com matéria publicada pelo CFEMEA (2025), a política foge da lógica familista e compartilha a responsabilidade do cuidado não somente com a família e inclui o Estado, o setor privado e a sociedade civil, além de reconhecer que todas as pessoas possuem direito de receberem cuidado.

3.1 Trabalho doméstico remunerado na atual conjuntura brasileira

No que tange ao trabalho doméstico remunerado, este implica no recebimento de determinado valor em troca da realização de tarefas domésticas. Em países de capitalismo tardio como o Brasil, este trabalho se apresenta especialmente para mulheres em situação de extrema desproteção social como uma oportunidade (muitas vezes, a única possível) de renda para si e seus dependentes.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (PNAD) realizada pelo IBGE em 2022, o Brasil conta com mais de 6 milhões de pessoas que exercem trabalho doméstico remunerado. Dentre esse número, mais de 91% são mulheres. Sobre a raça/etnia das trabalhadoras domésticas, o perfil é também bastante homogêneo: 65% são mulheres negras.

Isso nos sinaliza que na particularidade brasileira a ligação entre racismo e patriarcado é determinante no trabalho doméstico, destinando esses serviços de forma significativa às mulheres negras. Eis a importância de considerar o nó outrora trabalhado

por Saffioti (2004) ao discutirmos sobre trabalho doméstico, pois este, como bem sinalizado pelos dados acima, possui gênero, raça e classe.

Embora os ganhos na legislação, introduzidos a partir da PEC das domésticas tenham significado um grande avanço no que se refere a esses direitos, a precarização do trabalho doméstico continua se estendendo nos vínculos de trabalho dessa categoria.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), no ano de 2023 trabalhadoras domésticas recebiam R\$ 1.112 enquanto trabalhadoras de ocupações distintas tinham rendimento médio de R\$ 2.510. Ou seja, mesmo após a conquista dos direitos trabalhistas enquanto classe, as trabalhadoras domésticas ainda são alvo de disparidades econômicas.

É válido destacar que muitas destas trabalhadoras ainda continuam na informalidade, seja por pressão dos empregadores ou pelas próprias condições de trabalho, que devido a sua baixa remuneração, induz essas trabalhadoras a exercerem seus serviços em inúmeros domicílios, na modalidade de diaristas, para conseguir sobreviver.

As dimensões étnico-raciais, sociais e de gênero revelam que a proximidade entre a desigualdade social e as pessoas que exercem o trabalho doméstico no país não é mera coincidência. Tais determinantes se inter cruzam, resultando em um ciclo de desigualdades que aprisiona e limita meninas e mulheres negras e pobres ao trabalho doméstico.

4. CONCLUSÃO

É sabido que o trabalho doméstico engloba um conjunto de atividades essenciais para a manutenção da vida. Essas atividades, que são em sua grande maioria realizadas por mulheres, são, dentre outras coisas, inferiorizadas dentro das relações patriarcais de gênero e, quando pagas, recebem uma remuneração muito abaixo do ideal para própria sobrevivência das trabalhadoras.

O grande número de mulheres, em especial as negras, inseridas nessas atividades se justifica pela existência de uma divisão sexual racializada do trabalho, a qual destina às mulheres para tarefas que possuem uma perspectiva doméstica e de cuidado, enquanto destina aos homens tarefas relacionadas ao espaço público, ocasionando também em uma separação do espaço público e privado.

Embora a separação entre essas atividades esteja presente ao longo dos séculos, é na sociabilidade capitalista, através da figura do patriarcado, que essa divisão apresenta novas repercussões. É sob esse regime que o trabalho doméstico passa a ser uma atribuição unânime entre o público feminino.

O patriarcado, através da figura do marido, pai, avô, tio, ou até mesmo filho, apresenta esse trabalho às mulheres como uma atribuição naturalmente feminina, associando a prática dessas atividades como uma expressão de amor e afeto das mulheres para com sua família.

Considerando os aspectos mencionados ao longo deste trabalho e compreendendo a indissociabilidade entre a produção científica e a sociedade, elucida-se a importância do aprofundamento e produção de pesquisas relacionadas ao tema em questão, tendo em vista a necessidade de se traçar estratégias que resultem na elaboração de políticas públicas (à exemplo da Política Nacional de cuidados) que contribuam com a equidade entre homens e mulheres e colaborem no rompimento de determinações de gênero socialmente construídas.

REFERÊNCIAS

As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia do domicílio. **DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS**. São Paulo, 30 abr 2024. Disponível em: www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.pdf. Acesso em: 03 jun. 2025.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

BRASIL. **Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024**. Institui a Política Nacional de Cuidados. Brasília, DF, 24 dez. 2024. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L15069.htm. Acesso em: 7 jun. 2025.

BRITTO, Vinícius; NERY, Carmen. Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. **Agência IBGE Notícias**, 24 ago. 2023. Disponível em: agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas. Acesso em: 03 jun. 2025.

Souza, Bárbara Aparecida Nunes. Política Nacional de Cuidados: passo para a visibilidade desse tipo de trabalho. **Centro Feminista de Estudos e Assessoria**. Brasília, DF, 2025. Disponível em: www.cfemea.org.br/index.php/pt/?view=article&id=10360:politica-nacional-de-cuidados-passo-para-visibilidade-desse-tipo-de-trabalho&catid=629. Acesso em: 7 jun. 2025.

Chizzotti, Antonio A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, núm. 2, 2003, pp. 221-236 Universidade do Minho Braga, Portugal.

DE SOUZA, FLAVIA FERNANDES. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**, 2012.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019.

Ferreira, Verônica, 1980. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. Recife: Ed. UFPE, 2020.

GOMES DA COSTA, R.; SOARES VIEIRA, M. As contribuições de Heleieth Saffioti para a análise do emprego doméstico no Brasil. **Lutas Sociais**, [S. l.], v. 23, n. 43, p. 271-284, 2021. DOI: 10.23925/ls.v23i43.52171. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/52171. Acesso em: 05 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Conferência Anual do African Heritage Studies Association**. 1979. Disponível em: marxists.architexturez.net/portugues/gonzalez/1979/04/28.pdf. Acesso em: 04 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. In: IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1980.

GUIMARÃES DO NASCIMENTO, T.; GONÇALVES, R. Entre a divisão sexual e a divisão racial do trabalho: a precarização das relações de trabalho das mulheres negras. **O Público e o Privado, Fortaleza**, v. 19, n. 40 set/dez, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/7461>. Acesso em: 04 jun. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho: 2022; PNAD contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102020. Acesso em: 5 jun. 2025.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo:

Coordenadoria Especial da Mulher. 2003. Disponível em: library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05634.pdf#page=55. Acesso em: 07 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. Ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

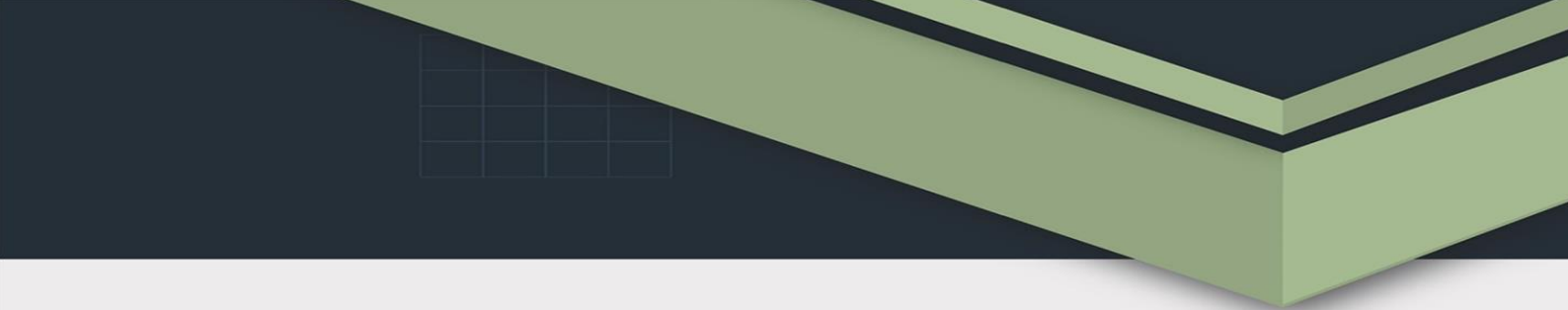
Capítulo 5
O ESPAÇO COMO FRONTEIRA DO SUL GLOBAL: reflexões
sobre o papel da China no avanço espacial brasileiro

Sophia Beatriz Matos Salomão

Kalil Drayton Bahury Moraes

Igor Ferreira Fóscolo





O ESPAÇO COMO FRONTEIRA DO SUL GLOBAL: reflexões sobre o papel da China no avanço espacial brasileiro

Sophia Beatriz Matos Salomão

Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Maranhão.

Kalil Drayton Bahury Moraes

Graduando de Direito pela Universidade Federal do Maranhão.

Igor Ferreira Fóscolo

*Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Maranhão;
mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.*

RESUMO

Esta pesquisa analisa criticamente a cooperação espacial Brasil-China, situando-a no contexto da nova fronteira geopolítica representada pelo espaço e propondo uma reflexão sobre sua natureza: instrumento de emancipação ou reconfiguração da dependência. Inicialmente, apresenta-se a conceituação da astropolítica, abordando o espaço como arena estratégica emergente e vetor de poder normativo. Em seguida, investiga-se o histórico e os desdobramentos técnicos do programa CBERS, destacando os avanços brasileiros em cargas úteis ópticas e formação de especialistas, mas também a persistência de assimetrias em lançadores, radares SAR e propulsão. A análise revela que a estratégia chinesa associa diplomacia tecnológica à consolidação de corredores orbitais de influência no Sul Global. Conclui-se que o Brasil possui base industrial e capital humano para desenvolver plena autonomia e que sua política espacial deve evitar a subalternização como centro de testes ou fornecedor de mão de obra qualificada.

Palavras-chave: Astropolítica. Cooperação Sul-Sul. Soberania tecnológica.

ABSTRACT

This research critically analyzes the Brazil-China space cooperation, situating it within the context of the new geopolitical frontier represented by outer space and proposing a reflection on its nature: an instrument of emancipation or a reconfiguration of dependency. It begins by presenting the concept of astropolitics, addressing space as an emerging strategic arena and a vector of normative power. Next, it investigates the history and technical developments of the CBERS program, highlighting Brazil's advances in optical payloads and the training of specialists, while also noting the persistence of asymmetries in launchers, SAR radars, and propulsion. The analysis reveals that the Chinese strategy combines technological diplomacy with the consolidation of orbital corridors of influence in the Global South. It concludes that Brazil possesses the industrial base and human capital necessary to achieve full autonomy, and that its space policy should avoid subordination as a testing center or supplier of qualified labor.

Keywords: Astropolitics. South-South cooperation. Technological sovereignty.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a astropolítica consolidou-se como um campo emergente de estudos que busca compreender o espaço exterior não apenas como um ambiente de exploração científica, mas como um território estratégico inserido nas dinâmicas de poder global. Derivada da tradição da geopolítica clássica, a astropolítica se debruça sobre as implicações políticas, militares, econômicas e jurídicas da presença humana e estatal no espaço. Nesse contexto, o espaço exterior passa a ser concebido como uma "nova fronteira", ao lado de outras como o ciberespaço, as regiões polares, os fundos oceânicos e a Antártida, todas caracterizadas pela indeterminação jurídica e pela disputa estratégica entre potências consolidadas e emergentes. Assim, compreender a astropolítica é essencial para analisar como diferentes atores internacionais, inclusive do Sul Global, reposicionam-se frente à crescente espacialização do poder.

É nesse escopo que se insere a crescente cooperação espacial entre China e Brasil, especialmente por meio do programa CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), que marca uma das mais duradouras iniciativas de colaboração tecnológica entre dois países do Sul Global. Enquanto a China se projeta como uma potência espacial com objetivos

estratégicos próprios — incluindo missões lunares, sua estação espacial Tiangong e um sistema global de navegação (Beidou) — o Brasil busca consolidar sua soberania tecnológica, reduzir sua dependência de países do Norte Global e ampliar sua presença autônoma no domínio orbital. A partir dessa simbiose, o presente artigo problematiza o papel da China como catalisador do avanço espacial brasileiro, refletindo sobre as implicações dessa parceria no redesenho das hierarquias geopolíticas espaciais, em especial no contexto da chamada "astropolítica do Sul Global".

Metodologicamente, este estudo adota uma abordagem qualitativa, com base em revisão bibliográfica e análise documental de fontes primárias e secundárias. São examinados documentos oficiais (acordos bilaterais, declarações diplomáticas, marcos legais), relatórios institucionais de órgãos como a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Administração Espacial Nacional da China (CNSA), além de literatura acadêmica especializada nos campos do Direito Espacial, Relações Internacionais e Geopolítica. A análise é guiada por categorias analíticas como “cooperação Sul-Sul”, “autonomia estratégica” e “multilateralismo periférico”, buscando identificar em que medida a cooperação sino-brasileira no espaço exterior desafia ou reproduz os padrões hegemônicos estabelecidos pela lógica tradicional do poder espacial global.

2 A NOVA FRONTEIRA GEOPOLÍTICA – O ESPAÇO EXTERIOR

O que seria essa “nova fronteira” e por que devemos refletir criticamente sobre sua emergência? Desde os primórdios da civilização, o ser humano manifestou fascínio pelo cosmos, seja pela observação dos corpos celestes, pela criação de mitologias centradas em divindades astronômicas ou pela tentativa de atribuir sentido ao que transcende o mundo terreno. No entanto, o que outrora se limitava à contemplação simbólica, passou, nos séculos XX e XXI, à fase da exploração prática e, agora, à disputa estratégica. Quem poderia imaginar que, em pleno século XXI, estaríamos debatendo não apenas a chegada à Lua, mas também a mineração de asteroides, o posicionamento orbital estratégico e a construção de estações espaciais permanentes?

Ao longo da história, as fronteiras representaram os limites da presença humana e, simultaneamente, os marcos de sua expansão civilizacional, das rotas migratórias pré-históricas à navegação oceânica dos séculos XV e XVI, da conquista continental à digitalização do planeta no século XXI. O espaço exterior representa, nesse sentido, a mais

recente e incerta fronteira, um território sem coordenadas absolutas de norte, sul, leste ou oeste, mas que desperta os mesmos impulsos: conquista, poder e permanência. Como argumenta Bowen (2022, p. 3), “o espaço não é neutro; ele está politicamente carregado, tecnicamente estruturado e estrategicamente contestado”.

Mas por que chamá-lo de fronteira? O conceito de “fronteira”, no sentido utilizado neste trabalho, transcende sua definição jurídico-territorial. Trata-se de um espaço em aberto, ainda sem soberanias formalizadas, mas não isento de disputa: um vazio jurídico, técnico e político que convida à competição entre atores estatais e privados. É nesse ponto que emerge o campo da astropolítica, termo que designa a aplicação da lógica geopolítica ao espaço sideral, incorporando conceitos estratégicos de poder, controle e dissuasão.

Este capítulo se propõe a investigar essa nova realidade por meio do pensamento de autores fundamentais à constituição do campo astropolítico, como Bledwyn E. Bowen (2022) e Everett C. Dolman (2002), ambos herdeiros intelectuais dos clássicos da geopolítica, como Alfred T. Mahan e Halford J. Mackinder. A base teórica da astropolítica parte da premissa de que o espaço orbital funciona como uma extensão das disputas territoriais terrestres, ainda que dotado de especificidades físicas e técnicas.

Para Mahan (1890), o poder marítimo era determinante para o controle global, pois os mares conectavam impérios e definiam rotas de comércio e guerra. Essa lógica é transportada ao espaço exterior por Dolman (2002), que formula o conceito de *Command of the Heavens*, uma analogia direta ao *Command of the Sea*, para afirmar que o domínio das órbitas terrestres representa uma nova forma de superioridade estratégica. Nas palavras do autor, “aquele que dominar o espaço, dominará o mundo” (Dolman, 2002, p. 92). Essa posição é reiterada por Bowen (2022), que define o poder espacial como “a capacidade de projetar influência através das infraestruturas orbitais” (Bowen, 2022, p. 11).

Do mesmo modo, a teoria do “Heartland” de Mackinder (1904), que situava a Eurásia como o centro geoestratégico da Terra, é reinterpretada por Bowen (2020) sob o prisma orbital: a lógica de posicionamento relativo, centralidade e acessibilidade também se aplica à distribuição de ativos espaciais, como satélites de navegação, sensoriamento remoto e comunicação. Em síntese, a astropolítica propõe que o espaço, embora regido por tratados internacionais que vedam a soberania nacional (como o Tratado do Espaço Exterior de 1967), está longe de ser um vácuo de poder. Ao contrário, é um campo de dissuasão e influência em ascensão.

Portanto, entender o espaço como “nova fronteira” implica reconhecer seu papel como um ambiente híbrido (jurídico, técnico, econômico e estratégico) onde se entrelaçam o Direito Espacial, a engenharia orbital, os interesses corporativos e as dinâmicas de poder interestatal. É justamente nessa complexidade que se insere a reflexão proposta neste trabalho, com ênfase na inserção do Sul Global e, particularmente, nas articulações geoespaciais entre Brasil e China, enquanto atores periféricos que buscam reconfigurar as hierarquias do poder orbital estabelecido.

3 GEOPOLÍTICA ESPACIAL – A NOVA FRONTEIRA DO PODER GLOBAL

Desse modo, para Bowen (2020), a Geopolítica Espacial relaciona-se à projeção do poder terrestre para o espaço, configurando-se como mais uma dimensão de disputas pela soberania global. O território, antes considerado neutro, configura-se como um instrumento de afirmação da influência geopolítica (Stuart, 2013), evidenciando a perpetuação das assimetrias de poder entre as nações a partir da disputa por recursos terrestres (Bowen, 2020).

As disputas, então, passam a operar sob um viés mais difuso, caracterizado pela diversidade de interesses e níveis de influência intrínsecos ao atual sistema internacional multipolar (Waltz, 1979, p. 127). Dessa maneira, a fluidez de alianças e ações entre os Estados tornam as estratégias espaciais mais dinâmicas e sujeitas a conflitos recorrentes, que culminam em ações de diferentes níveis de impacto (Waltz, 1979, p. 128).

Assim, nações que antes exerciam um papel de espectadoras das disputas tecnológicas entre os Estados Unidos e a URSS durante a Guerra Fria (1946-1991), adquiriram maior inserção no cenário espacial, especialmente o Sul Global (Almeida et al., 2020), contribuindo para a desconcentração do poder antes restrito aos EUA, Europa e URSS. A nova configuração do poder aeroespacial, por sua vez, não apenas a ascensão de novos protagonistas, mas a instabilidade de seus interesses estratégicos, concentrados em torno de um novo recurso vital: o espaço sideral.

Ademais, as manifestações que ampliam e fortalecem a cooperação entre os membros do Sul Global, em especial América Latina e China, demonstram que desenvolver seus próprios satélites e possuir suas próprias bases não somente retira o controle do setor do monopólio do Norte (Frenkel, 2020; Blinder, 2020), mas qualifica a independência comercial dos países, projetando seu poder para além do meio interno. O

controle e a autonomia sobre a própria região configuram, assim, um fator de reorganização da ordem de poder global, redefinindo a posição de cada ator na administração dos recursos e estabelecendo limites de ocupação e acesso às dimensões espaciais alvo das disputas por hegemonia internacional (Bowen, 2020).

4 O PROGRAMA ESPACIAL CHINÊS: DIRETRIZES DE EXPANSÃO E COOPERAÇÃO COM O SUL GLOBAL

O avanço do programa espacial da República Popular da China nas últimas décadas representa não apenas um feito técnico-científico, mas uma reconfiguração estratégica da arquitetura de poder global. Segundo o Livro Branco *China's Space Program: A 2021 Perspective* (State Council, 2022), essa política se estrutura em torno de três eixos centrais: soberania tecnológica, segurança estratégica e diplomacia cooperativa. Essa tríade sustenta um modelo de espacialização que reposiciona a China como ator autônomo e estruturante de novas geopolíticas orbitais.

Inspirada em conceitos como o domínio marítimo de Alfred Mahan (1890), a atuação chinesa no espaço reflete a busca por um “comando dos céus” (Dolman, 2002), expresso na construção da estação Tiangong, no sistema de navegação Beidou e nas missões lunares Chang’e. Entre 2016 e 2021, a China lançou 207 veículos espaciais, com 55 lançamentos só em 2021 e taxa de sucesso superior a 98%. Sua constelação já ultrapassa 600 satélites, majoritariamente civis, e o orçamento espacial anual gira em torno de US\$12 bilhões, consolidando o país como a terceira maior potência no setor (Space Foundation, 2023).

A estação Tiangong, operacional desde 2022, materializa essa estratégia de autonomia: com capacidade de habitação contínua e missões rotativas, posiciona-se como alternativa à Estação Espacial Internacional, em fase de desativação. Paralelamente, a China tem priorizado parcerias com países em desenvolvimento, da América Latina à África, em uma lógica de inserção periférica ativa (Almeida et al., 2020). Acordos com Etiópia, Nigéria, Venezuela e Argentina envolvem desde compartilhamento de dados até a instalação de infraestrutura local.

Essa política externa espacial está ancorada no discurso do “uso pacífico” e dos “benefícios compartilhados” do espaço sideral, como reiterado por Xi Jinping em 2016. No entanto, como argumenta Bowen (2022), tais iniciativas operam dentro de uma lógica de

poder: a infraestrutura orbital, assim como redes submarinas e bases militares, é uma tecnologia de autoridade. Sua importância está tanto na funcionalidade quanto na projeção geoespacial estratégica.

5 COOPERAÇÃO ESPACIAL BRASIL-CHINA: INVESTIMENTOS, ACORDOS E INTERDEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

O programa CBERS (China–Brazil Earth Resources Satellite), iniciado em 1988 e cujo primeiro satélite foi colocado em órbita em 1999, é a espinha dorsal da cooperação espacial sino-brasileira (Medeiros; Barbosa, 2020)¹. No segmento terrestre, as estações receptoras de Cuiabá e Santa Maria foram modernizadas com recursos de Pequim, criando um *backbone* de dados regional que vincula a distribuição sul-americana à infraestrutura chinesa; no segmento orbital, a inexistência de lançadores brasileiros mantém o país dependente da agenda de lançamentos da CNSA. O Livro Branco *China's Space Program: A 2021 Perspective* explicita que tais investimentos servem simultaneamente à soberania tecnológica chinesa e à construção de um “hub normativo” no Hemisfério Sul (State Council, 2022).

A capacitação humana avançou com mais de 150 intercâmbios de engenheiros; brasileiros passaram meses no CAST, enquanto chineses integraram bancas de revisão no LIT/INPE. Apesar disso, tecnologias sensíveis—controle de atitude por giroscópio a fibra óptica, propulsão elétrica, radar SAR—continuam sob sigilo chinês, revelando um padrão de “transferência parcial” típico de acordos Sul-Sul (Medeiros; Barbosa, 2020). O fracasso do CBERS-3 em 2013, decorrente de falha no lançador, expôs a vulnerabilidade dessa dependência e gerou um hiato de dados de sensoriamento por mais de um ano.

Enquanto isso, a China realizou 55 lançamentos em 2021, ultrapassando 600 satélites ativos e consolidando-se como terceira força orçamentária do setor, atrás apenas de Estados Unidos e União Europeia (Space Foundation, 2023). Nesse contexto, propostas recentes—como a oferta de acesso privilegiado à Base de Alcântara em troca de pacotes militares—ilustram o peso geopolítico dessa interdependência. Por um lado, o discurso

¹ Os satélites CBERS-1 (1999), CBERS-2 (2003) e CBERS-2B (2007) foram desenvolvidos sob modelo assimétrico, com o Brasil arcando com cerca de 30 % dos custos e concentrando-se em sensores ópticos e estações de recepção. A partir do CBERS-3 (2008–2013), adotou-se um modelo paritário (50 %/50 %), mantido no CBERS-4 (2014), embora a China tenha seguido responsável pelo barramento, integração final e lançadores Longa Marcha, evidenciando a persistência de assimetrias estruturais (Bowen, 2022; Medeiros; Barbosa, 2020).

de Xi Jinping sobre uma “comunidade de futuro compartilhado no espaço” sustenta a narrativa de benefícios mútuos; por outro, a lógica de poder da infraestrutura orbital sugere que o Brasil pode estar apenas substituindo a dependência tradicional do Norte por uma nova centralidade em Pequim. Nesse sentido, Vadell (2019) chama de *network power* a capacidade chinesa de estruturar redes técnico-financeiras que atraem e condicionam os países latino-americanos, reforçando a ideia de que a cooperação pode reproduzir, sob novas bases, hierarquias de dependência. A reflexão que abrirá o próximo capítulo é, portanto, inevitável: o Brasil consolida a liberdade tecnológica ou perpetua uma dependência reconfigurada? E a China, afinal, reduz ou reconstrói as assimetrias tecnológicas do Sul Global?

6 PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS E DESAFIOS À AUTONOMIA TECNOLÓGICA BRASILEIRA, DEPENDÊNCIA OU LIBERDADE?

Neste contexto, imagina-se a posição brasileira de maneira equivocada, posto que é teoricamente esperado um equilíbrio de atuação do país como membro em emergente protagonismo no Sul Global, podendo agir de tal forma, se não pelas assimetrias no que tange ao desenvolvimento do setor, se comparado com nações como a China. É nesse cenário, por sua vez, que floresce a parceria estratégica das duas nações, não somente por uma motivação simbiótica, mas também porque o Brasil possui capacidade geográfica para investir no setor e assim ascender nele.

Destaca-se o programa China-Brazil Earth Resources Satellite (CBERS), que desenvolve satélites utilizados para o monitoramento ambiental e o desenvolvimento humano (Medeiros; Barbosa, 2020), o qual representa positivamente a cooperação prática entre China e Brasil no ramo aeroespacial, tendo capacitado abundantemente a indústria nacional para os investimentos do setor desde o lançamento de seu primeiro satélite, CBERS-1, em 1999 (conforme dados extraídos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE). Todavia, o ponto de inflexão do programa se dá pelo fato de que seu último lançamento foi em 2014, tendo sido lentamente aprimorado pela ausência de investimentos conjuntos, em especial do lado brasileiro. Isso interrompe, portanto, as possíveis contribuições esperadas pelo acordo bilateral sino-brasileiro, que visa garantir maior protagonismo do Sul Global nos setores espacial e além (Medeiros; Barbosa, 2020).

Baseado nisso, é esperado refletir se acordos como o CBERS e outras parcerias sino-brasileiras, por exemplo, configuram um possível “apogeu” no protagonismo do eixo Sul-Sul na Geopolítica Espacial, ou se apenas potencializa a dependência das demais nações na China em ascensão (Vadell, 2019). É compreensível o estrategismo chinês, na tentativa exitosa de desconcentrar o monopólio do Norte (Frenkel; Blinder, 2020), perpetuar a dependência das demais nações do grupo, a exemplo do Brasil, posto que a China também possui seus interesses geopolíticos próprios, e os vem intensificando constantemente (State Council, 2022). As diferenças perceptivas dos investimentos aeroespaciais não como um elemento nacional, mas de poder global, para a China, influenciam diretamente nessa concepção, o que inviabiliza a elaboração de um plano maior de desenvolvimento do setor na indústria. É notório que o investimento desigual em ciência e tecnologia projeta desigualdades entre as nações do Sul Global (Frenkel; Blinder, 2020), as posicionando de forma inferior e, portanto, dependentes. Isso caracteriza, portanto, o surgimento de uma nova “colonização” (Almeida et. al, 2020) comercial e ideológica, caso as outras nações do grupo não aprimorem a autonomia de capacitação e produção.

É perceptível, por esta razão, a necessidade de fortalecimento das alianças internacionais no setor, que tem por produto o direcionamento do olhar global para a questão aeroespacial (Vadell, 2019). O propósito que se busca, no entanto, configura a hierarquia de poder dessa vertente, e parcerias podem ser colocadas em uma nova posição prioritária tendo em vista a possibilidade de reprodução e exibição das tecnologias desenvolvidas (Bowen, 2022), evidenciando a presença não de uma simples reconstituição do equilíbrio tecnológico por meio da ascensão do eixo sul-sul, mas o surgimento de um novo parâmetro de disputas de poder e desenvolvimento aeroespacial através da China como ator global (State Council, 2022), a qual busca auxiliar e, ao mesmo tempo, disputar a sua posição de protagonista internacional.

7 CONCLUSÃO

Em síntese, a trajetória da cooperação sino-brasileira demonstra que o Brasil já domina etapas críticas do ciclo espacial (do desenvolvimento de cargas úteis ópticas à operação de estações de rastreamento) e dispõe de uma base industrial dual, ancorada em polos como São José dos Campos e Gavião Peixoto, capaz de absorver tecnologias avançadas; a

limitação, portanto, não reside em carência de competências, mas em uma estratégia nacional que, até aqui, tolerou a externalização de subsistemas sensíveis a parceiros externos (Medeiros; Barbosa, 2020).

Ao depender da Longa Marcha para colocar satélites em órbita e aceitar a assimetria na transferência de know-how de propulsão, o país arrisca cristalizar-se como plataforma de lançamento, banco de testes e reservatório de mão de obra qualificada a baixo custo, reproduzindo o papel periférico que historicamente ocupou na divisão internacional do trabalho (Bowen, 2022). Essa trajetória é particularmente preocupante quando se observa a intenção declarada da China de projetar um “hub normativo” no Hemisfério Sul, inscrevendo a infraestrutura brasileira em sua órbita regulatória (State Council, 2022).

Diante desse quadro, torna-se imperativo reconectar a política espacial a um projeto de soberania tecnológica: isso implica retomar o desenvolvimento de lançadores nacionais, verticalizar a produção de componentes rad-hard e consolidar um ecossistema de inovação que converta a vocação científico-industrial do país em autonomia estratégica de fato. Sem tal inflexão, o Brasil corre o risco de trocar uma dependência histórica do Norte por uma nova dependência ancorada no Leste, desperdiçando a oportunidade de ocupar posição protagonista na astropolítica do Sul Global.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paula et al. O Sul Global e a Governança do Espaço Exterior: Perspectivas e Propostas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, 2020.

BOWEN, Bledwyn E. Outer Space and Geopolitics: The Evolving Strategic Landscape. *Geopolitics*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 1–25, 2022. DOI: 10.1080/14650045.2022.2044120.

DOLMAN, Everett C. *Astropolitik: Classical Geopolitics in the Space Age*. London: Routledge, 2002.

FRENKEL, Alejandro; BLINDER, Daniel. Geopolítica y cooperación espacial: China y América del Sur. *Desafíos*, Bogotá, v. 32, n. 1, p. 1–30, jan./jun. 2020. DOI: 10.12804/revistas.urosario.edu.co/desafios/a.7669.

MAHAN, Alfred T. *The Influence of Sea Power upon History, 1660–1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*, v. 23, n. 4, p. 421–437, 1904.

MEDEIROS, Eduardo; BARBOSA, Deyse. A Cooperação Sino-Brasileira no Setor Espacial: O Programa CBERS como Exemplo de Cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 63, n. 2, 2020.

SPACE FOUNDATION. The Space Report 2023 Q1. Colorado Springs: The Space Foundation, 2023.

STATE COUNCIL OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. China's Space Program: A 2021 Perspective. Beijing: SCIO, 2022.

VADELL, Javier. China y América Latina: poder de red y estrategia de inserción periférica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 62, n. 2, 2019.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. New York: McGraw-Hill, 1979.

XINHUA NEWS AGENCY. Xi calls for building community of shared future in outer space, 2016.

Capítulo 6
QUANDO O MAL HABITA O OUTRO: INTOLERÂNCIA
RELIGIOSA, PROJEÇÃO DA SOMBRA E MORAL CRISTÃ NA
PERSPECTIVA JUNGUIANA
Thalles Henrique Coutinho Alves

**QUANDO O MAL HABITA O OUTRO: INTOLERÂNCIA RELIGIOSA,
PROJEÇÃO DA SOMBRA E MORAL CRISTÃ NA PERSPECTIVA
JUNGUIANA**

Thalles Henrique Coutinho Alves

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1839-9868>

Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa -IJEP

Email: thalles.alvespsi@gmail.com

RESUMO

A intolerância religiosa configura-se como um fenômeno social relevante na contemporaneidade brasileira, evidenciado pelo aumento expressivo das violações à liberdade religiosa. Neste contexto, o presente estudo investiga de que modo a ausência de conhecimento acerca do arquétipo da sombra, conforme proposto pela Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, interfere na relação do indivíduo com religiões distintas da tradição cristã. Parte-se da hipótese de que conteúdos psíquicos reprimidos relacionados à moral cristã dualista, especialmente sustentada pelas concepções de *summum bonum* e *privatio boni*, favorecem mecanismos de projeção da sombra sobre grupos religiosos percebidos como diferentes, contribuindo para práticas de intolerância religiosa. O objetivo geral consiste em analisar como a inconsciência desses conteúdos arquetípicos contribui para a construção de atitudes intolerantes no contexto religioso contemporâneo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórico-bibliográfica, com abordagem analítico-interpretativa, fundamentada na obra de Jung e em referenciais históricos, filosóficos e jurídicos sobre religião e tolerância religiosa. O estudo encontra-se organizado em três eixos analíticos: inicialmente, discute os fundamentos da Psicologia Analítica, com ênfase nos conceitos de inconsciente, arquétipos, sombra e projeção; em seguida, examina os aspectos históricos e sociais da intolerância religiosa no Brasil, incluindo

os marcos legais de proteção à liberdade de crença; por fim, articula a problemática moral cristã e a unilateralização da consciência ocidental com a expressão da intolerância como manifestação projetiva da sombra. Conclui-se que a falta de integração dos conteúdos sombrios da psique pode favorecer a hostilidade em relação ao diferente religioso, reforçando dinâmicas simbólicas de exclusão e intolerância na sociedade contemporânea.

Palavra-chave: Psicologia Analítica; Intolerância Religiosa; Sombra; Cristianismo

INTRODUÇÃO

A escolha do tema surgiu da necessidade pessoal de compreender a contradição moral presente no processo de intolerância religiosa, tendo em vista que esse fenômeno se opõe às propostas morais apresentadas pelas instituições do cristianismo ocidental, especialmente no que se refere aos dois mandamentos, os quais, enunciados por Jesus no livro de Mateus 22:37–39 no Novo Testamento, a saber: “Ame o Senhor, o seu Deus, de todo o seu coração, de toda a sua alma e de todo o seu entendimento” e “Ame o seu próximo como a si mesmo”.

Para além da motivação pessoal, o tema apresenta relevância social e caráter de urgência diante do crescimento expressivo dos casos de intolerância religiosa nos últimos anos. Especificamente, no Brasil, foram registradas nos últimos três anos, 3.853 violações em 2024, representando um aumento de 80% em relação a 2023, segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) (BRASIL, 2026).

Um dos episódios de maior repercussão ocorreu em 2025, envolvendo o padre Danilo César, de Campina Grande, que, durante uma missa transmitida pelo YouTube, referiu-se às religiões de matriz afro-indígena como “coisas ocultas”, afirmando desejar “que o diabo levasse”, conforme noticiado (G1 PARAÍBA, 2025).

Conceitualmente, a intolerância deriva do latim *intolerantia ae*, significando ausência de compreensão, bem como uma atitude odiosa e agressiva direcionada a pessoas que possuem opiniões diferentes ou comportamentos que se diferem daqueles considerados aceitáveis pela maioria. A temática da intransigência já é abordada na Europa por meio de cartas de pensadores e de obras que discutem a tolerância e a intolerância, com ênfase na teologia, na ética e na política, como na obra *Carta sobre a tolerância*, de John Locke (LOCKE, 1689, apud ROCHA, 2011); reflexões estas que

convergem para a possibilidade de que, neste contexto, contemple uma análise sobre o preconceito.

Nesse sentido, o tema do preconceito — seja ele religioso, político, étnico, gênero, etc. - é abordado nas obras de Carl Gustav Jung, não de forma direta, sendo possível identificar conceitos centrais para sua compreensão psicológica deste fenômeno. Entre eles, destaca-se o arquétipo da sombra, entendido como o conjunto de conteúdos psíquicos mais acessíveis à consciência, que constantemente desafiam, influenciam e perturbam a personalidade do eu, por estarem relacionados a uma problemática de ordem moral e aos aspectos obscuros da personalidade (JUNG, 2013).

É justamente na problemática do reconhecimento desses aspectos obscuros da personalidade que Jung, na obra *Sobre sentimentos e a sombra*, estabelece um diálogo com a figura de Jesus Cristo, especialmente ao abordar a concepção cristã do *Summum Bonum*, expressão esta que o filósofo e teólogo Santo Agostinho, denomina como o Supremo Bem, que para ele nada há de mais superior, do que Deus. Já o mal é entendido como diminuição do bem, portanto, nenhuma natureza enquanto natureza, é má (CORRÊA, 2016).

Jung discute também, como a ênfase em um Deus exclusivamente bom conduz à unilateralização da consciência voltada ao bem maior, resultando na repressão do aspecto sombrio ou maligno e, conseqüentemente, em sua projeção, em vez de um reconhecimento e confronto consciente com tais conteúdos (JUNG, 2015).

Nesse contexto, o processo de autoconhecimento assume papel fundamental no rompimento da condição gregária e de massa imposta pela sociedade e pela cultura nas quais o indivíduo está inserido, incluindo as comunidades religiosas das quais faz parte. Tal processo possibilita a conscientização de comportamentos preconceituosos direcionados a outras religiões, ao favorecer o reconhecimento e a integração dos conteúdos sombrios da psique.

Considerando que a temática religiosa ocupa importância ímpar na obra de C. G. Jung e no campo da Psicologia Analítica, entende-se que este trabalho pode contribuir ao oferecer subsídios teóricos para a compreensão da intolerância religiosa a partir de um viés psicológico. Neste sentido, o presente capítulo, tem como objetivo geral analisar de que modo a falta de consciência do arquétipo da sombra no simbolismo cristão contribui para a intolerância religiosa na contemporaneidade, compreendendo-a, à luz da Psicologia Analítica de C. G. Jung, como um processo de projeção decorrente da unilateralização da consciência cristã.

Além disso, propor a existência da participação do *Summum Bonum* e *Privatio Boni* na unilateralização do fenômeno religioso cristão. Bem como, discutir a intolerância religiosa sobre um viés psicológico. Dessa forma, considera-se que o fenômeno da intolerância religiosa ocorre em decorrência da projeção de aspectos sombrios não elaborados, favorecida pela concepção unilateral do divino, compreendido como um Deus exclusivamente bom (*Summum Bonum*). Essa sombra seria direcionada às religiões que divergem dessa matriz simbólica e moral, profundamente enraizada na cultura ocidental.

Fundamentos básicos da psicologia analítica: Contexto histórico e conceitual

Para compreender de que forma a sombra, conceito fundamental na Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung, opera nas manifestações de intolerância religiosa, faz-se necessário, antes de tudo, percorrer os fundamentos teóricos que sustentam essa discussão. Assim, este capítulo se dedica a apresentar os principais conceitos da estrutura da psique segundo a perspectiva junguiana, para construir o alicerce conceitual sobre o qual a análise subsequente irá se fundamentar.

Carl Gustav Jung formou-se na Universidade de Basileia, na Suíça, em 1902, especializando-se em Psiquiatria, tendo como tutor Eugen Bleuler no Hospital Psiquiátrico Burghölzli, em Zurique, local onde desenvolveu os testes de associação de palavras, resultando na descoberta da existência de processos inconscientes que afetam a consciência.

Para Jung (2014b, p. 32), esse método indica a presença dos conflitos inconscientes na forma de complexos ideo-afetivos, ou seja, imagens de uma determinada situação psíquica de forte carga emocional, incompatíveis com a atitude da consciência (JUNG, 2013b, p. 43).

O complexo possui autonomia no inconsciente e controle das disposições da consciência até um certo limite e, por isso, "comporta-se, na esfera do consciente, como um *corpus alienum* (corpo estranho), animado de vida própria" (JUNG, 2013b, p. 43). Para o autor, um complexo ativado ou constelado, "quando uma situação exterior desencadeia um processo psíquico, aglutinado e atualizado de determinados conteúdos" (JUNG, 2013b, p. 41), influencia ou toma "posse" do complexo do eu, colocando o indivíduo em um estado de não-liberdade, podendo gerar pensamentos obsessivos e ações compulsivas, pois sua origem está em um choque emocional, um trauma ou um conflito

moral que "retirou um pedaço" da psique e a tornou uma "personalidade fragmentada" (JUNG, 2013b, p. 45).

Segundo Jung (2013b, p. 49), não são os sonhos a via régia do inconsciente, como afirmava Freud, mas os complexos, pois são responsáveis pelos sonhos e também pelos sintomas, sendo compostos por representações esmaecidas e "obscuras", localizadas no inconsciente pessoal do indivíduo.

Para fundamentar sua visão sobre o inconsciente, Jung (2014c, p. 44) recorre também a autores como Eduard von Hartmann e Arthur Schopenhauer que, apesar de terem visões diferentes sobre o fenômeno, já contavam com estudos filosóficos relevantes sobre o tema. O primeiro o via como entidade com eficácia criativa; o segundo o concebia enquanto vontade como impulso cego, porém com atitude teleológica, a qual Jung incorpora à sua psicologia.

Ao integrar essas perspectivas, Jung consolida a compreensão do inconsciente como uma instância psíquica ativa, dotada de dinâmica própria e capaz de interferir diretamente na vida consciente do indivíduo. Jung (2014) caracteriza o inconsciente em duas camadas: o inconsciente pessoal e o inconsciente suprapessoal ou coletivo. A primeira contém lembranças perdidas, reprimidas, evocações dolorosas e percepções que não ultrapassaram o limiar da consciência, correspondendo à figura da sombra (Cf. JUNG, 2014b, p. 77).

O processo de autoconhecimento inicia-se pelo contato com essa primeira camada, pois os materiais nela contidos são de natureza pessoal, adquiridos ao longo da vida do indivíduo (JUNG, 2015a, p. 24). É possível reconhecer se os conteúdos inconscientes são de caráter pessoal quando se identificam, no passado do indivíduo, seus efeitos, manifestação parcial e origem específica, sendo eles partes integrantes da personalidade.

Dessa forma, para Jung (2015a, p. 24), quem progredir no processo de ampliação da consciência reconhecerá primeiramente os conteúdos do inconsciente pessoal que, em geral, são de natureza desagradável — desejos, lembranças, tendências, planos, entre outros —, o que justifica sua repressão.

Sendo assim, essa figura mais acessível à consciência é denominada por Jung (2013a, p. 19) de sombra, sendo possível ter um conhecimento aprofundado de sua natureza. *A priori*, o problema central da sombra constitui-se de ordem moral, tratando-se dos aspectos obscuros da personalidade que foram reprimidos para o inconsciente pessoal.

Jung define essa figura como a parte "negativa" da personalidade, resultando na "soma das propriedades ocultas e desfavoráveis, das funções mal resolvidas [...]" (JUNG, 2014b, p. 77). Dessa forma, o autor afirma que o reconhecimento da sombra é condição *sine qua non* no processo de autoconhecimento, porém defronta-se com considerável resistência consciente, pois implica um trabalho árduo, demorado e que dispende energias morais (JUNG, 2013a, p. 19).

Neste sentido, a natureza sombria possui traços emocionais e autônomos que, de acordo com Jung (2013a, p. 20), são do tipo possessivo. Nesse âmbito do inconsciente, o indivíduo comporta-se de forma incapaz de julgar moralmente, tendo suas emoções inteiramente descontroladas e identificadas com os instintos, o que evidencia a dificuldade de conhecer um fenômeno que interfere tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Nesse sentido, para Jung (2013c, p. 76), o mundo externo é aquilo que imaginamos, ou seja, uma projeção de conteúdos inconscientes. A projeção consiste em um "mecanismo psicológico que carrega conteúdos subjetivos de toda espécie sobre o objeto" (JUNG, 2013c, p. 154) e não pode ser realizada de forma consciente e intencional, constituindo, portanto, um ato involuntário. Jung (2013c, p. 155) acrescenta que esse fenômeno psíquico é automático e espontâneo, de natureza emocional e compulsória, e que a emoção, ao contrário das ideias e dos pensamentos, não é manejável, sendo ainda contagiosa por estar enraizada no corpo. Ao tomar consciência, o indivíduo passa a reconhecer que os conteúdos antes projetados nos objetos pertencem a ele próprio, o que ocasiona a abolição da ilusão e a integração desses elementos à sua própria psique.

Essa dinâmica, contudo, não se restringe ao inconsciente pessoal. Para além dessa primeira camada, Jung identifica uma dimensão mais profunda e universal da psique — o inconsciente coletivo e seus arquétipos —, cujo entendimento é fundamental para compreender como os conteúdos psíquicos se manifestam não apenas no indivíduo, mas na experiência humana como um todo

Ao aprofundar-se no estudo da psique humana, Jung — diferentemente de Freud, que afirmava que o inconsciente "nada mais é do que o espaço de concentração desses conteúdos esquecidos e recalcados" (JUNG, 2014a, p. 11) — investigou uma camada mais profunda, que não tem origem em experiências ou aquisições individuais. Denominou o inconsciente freudiano de inconsciente pessoal, demonstrando que este repousa sobre uma camada mais profunda, à qual chamou de inconsciente suprapessoal ou coletivo

(JUNG, 2014a, p. 11).

Por conseguinte, ele demonstra que os conteúdos e os modos de comportamento do inconsciente coletivo são idênticos em todos os seres humanos, sendo este "um substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal, que existe em cada indivíduo" (JUNG, 2014a, p. 11). Dessa forma, seus conteúdos podem ser encontrados em toda a parte, refletidos na cultura — nos contos de fadas, na mitologia, na religião, no cinema, entre outros.

Jung (2014b, p. 76) observa que, além das recordações pessoais, há a existência de imagens "primordiais", termo designado por Jakob Burckhardt para descrever "uma aptidão hereditária da imaginação humana de ser como era nos primórdios". O autor (2014b, p. 76) demonstra que é possível explicar a existência de temas e lendas repetidos ou de mesmo significado em culturas distintas, ressaltando, porém, que não são essas imaginações que são hereditárias, mas a capacidade de produzi-las.

Além disso, com o seu conceito de arquétipo em referências filosóficas e teológicas diversas, Jung (2014a, p. 3) aponta que o termo se encontra em Filo Judeu como referência à *imago dei*, em Irineu no *Corpus Hermeticum*, em Dionísio Areopagita, em Agostinho como ideias contidas na inteligência divina, em Platão com o conceito de *eidos* e em Lévy-Bruhl com as *représentations collectives*. Dessa forma, Jung (JUNG, 2014a, p. 3) explica que:

Uma existência psíquica só pode ser reconhecida pela presença de conteúdos capazes de serem conscientizados. Só podemos falar, portanto, de um inconsciente na medida em que comprovamos os seus conteúdos. Os conteúdos do inconsciente pessoal são principalmente os complexos de tonalidade emocional, que constituem a intimidade pessoal da vida anímica. Os conteúdos do inconsciente coletivo, por outro lado, são chamados de arquétipos. (JUNG, 2014a, p. 3)

Ao estudar o inconsciente coletivo e os arquétipos, Jung (2014a) enfatiza que os estudos sobre a psicologia se baseiam em certos fatores biológicos universais, como o instinto sexual e o instinto de poder — conceitos aprofundados por Freud e Adler a partir da natureza pessoal da psique. O autor, contudo, demonstra que os instintos são fatores impessoais, hereditários e mobilizadores, sendo forças motrizes orientadas a alcançar suas metas, razão pela qual conclui que são "imagens inconscientes dos próprios instintos" (p. 52), ou seja, representações do modelo básico do comportamento instintivo.

O conceito de arquétipo popularizou-se amplamente, sendo empregado em áreas como a publicidade. Contudo, como ocorre em toda popularização de um conceito

acadêmico, tende a reduzir-se ao senso comum ou a distorcer o conceito original. O próprio C. G. Jung, ainda em vida, deparou-se com o equívoco de que os arquétipos estavam sendo definidos como "ideias" inconscientes (JUNG, 2014a, p. 86).

Em *Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo*, Jung (2014a, p. 86) esclarece que os arquétipos são determinados apenas pela forma, e não pelo conteúdo. Trata-se de imagens primordiais comparáveis a um "sistema axial de um cristal, que pré-forma, de certo modo, sua estrutura no líquido-mãe, apesar de ele próprio não possuir uma experiência material" (JUNG, 2014a, p. 86).

Nesse sentido, o autor afirma que os arquétipos são elementos vazios e formais em si, nada mais que uma *facultas praeformandi* (faculdade de pré-formação), isto é, uma possibilidade dada *a priori* da forma da sua representação. Não são, portanto, as ideias que são herdadas, mas as formas correspondentes aos instintos (JUNG, 2014a, p. 87).

Por estar na camada mais profunda da psique e ser uma forma herdada correspondente ao instinto, o indivíduo não tem acesso direto ao arquétipo em si, mas apenas à imagem arquetípica, que ao ser conscientizada é preenchida com o conteúdo pessoal da vivência e experiência do indivíduo — como ocorre, por exemplo, com o arquétipo de Deus, presente em diversas culturas e religiões, embora a forma como cada indivíduo o experencia seja singular. Essa relação entre o arquétipo e a experiência individual do sagrado aponta para uma dimensão fundamental da psique humana: a sua inclinação natural ao fenômeno religioso. É precisamente essa dimensão, que modo Jung compreende a religião como expressão psíquica e o que isso implica para o entendimento do indivíduo e de sua relação com o divino.

A temática religiosa percorre a psicologia de C. G. Jung, pois o autor considera que qualquer psicologia que se dedique ao estudo do indivíduo e de seu desenvolvimento da personalidade "deve constatar que a religião, além de ser um fenômeno sociológico ou histórico, é também um assunto importante para grande número de indivíduos" (JUNG, 2012, p. 17). Importa destacar que, como ressalta Jung na mesma obra, o estudo sobre a religião não está relacionado à perspectiva filosófica, mas a fatos psicológicos sob um ponto de vista científico-natural.

Convém ressaltar que o autor trata a temática religiosa como dados concretos, dotados de experiência. Como afirma Jung (2012), a psicologia busca ocupar-se apenas da existência da ideia religiosa, sem envolver juízo ético ou moral. Dessa forma, "a ideia é psicologicamente verdadeira, na medida em que existe" (p. 18), sendo sua existência

subjetiva quando ocorre em um indivíduo; ao manifestar-se em um grupo maior, torna-se objetiva mediante um *consensus gentium*.

Além do fator científico, cabe ressaltar a compreensão do autor quanto à religião também como uma atitude do "espírito humano", isto é, uma consideração e observação cuidadosa de fatores dinâmicos concebidos como "potências", tais como espíritos, demônios, deuses, leis, ideais e ideias (JUNG, 2012, p. 18).

Jung (2012) estabelece também uma importante relação acerca do entendimento do termo religião, correlacionando-o com a palavra latina *religere*, ou seja, "uma acurada e conscienciosa observação daquilo que Rudolf Otto acertadamente chamou de 'numinoso'" (p. 19). Para o autor, o "numinoso" constitui uma condição do sujeito, uma existência ou um efeito dinâmico não causado por um ato arbitrário, isto é, independente da vontade pessoal:

[...] o numinoso constitui uma condição do sujeito, e é independente de sua vontade. [...] pode ser a propriedade de um objeto visível, ou um influxo de uma presença invisível, que produzem uma modificação especial na consciência. Tal é, pelo menos, a regra universal. (JUNG, 2012, p. 19)

É nessa busca de evocar o numinoso, essa presença invisível que modifica a consciência, que Jung (2012, p. 19) situa as práticas ritualísticas executadas pelas religiões, principalmente as mais primitivas, com a finalidade de provocar esse efeito por meio de artifícios mágicos, como invocação, sacrifício e meditação. Além dessa busca, os ritos possuem também a função de defender o ego contra tendências imprevistas e perigosas do inconsciente (JUNG, 2012, p. 31).

Nesse sentido, o psiquiatra esclarece que o termo "religião" ao qual se refere difere de qualquer profissão de fé. Seu olhar busca compreender o fator psíquico, sem adentrar na teologia nem na filosofia (JUNG, 2012). Assim, além de recorrer ao exemplo da conversão de Paulo para ilustrar seu estudo religioso, o autor afirma que toda confissão religiosa é forma codificada e dogmatizada de experiências religiosas originárias (JUNG, 2012, p. 21):

A verdade, porém, é que toda confissão religiosa se funda originalmente na experiência do numinoso, e, por outro, na *pistis*, na fidelidade (lealdade), na fé e na confiança em relação a uma determinada experiência de carácter numinoso e na mudança de consciência que daí resulta. Um dos exemplos mais frisantes, neste sentido, é a conversão de Paulo. Poderíamos, portanto, dizer que o termo "religião" designa a atitude particular de uma consciência transformada pela experiência do numinoso (JUNG, 2012, p. 20).

Cabe destacar, portanto, que o médico, o psicólogo, ou qualquer profissional que trabalhe com o ser humano precisa ter conhecimento sobre a psicologia do *homo religiosus*: o indivíduo, por natureza, tem inclinação para o senso do sagrado, e muitos complexos e neuroses possuem um condicionamento religioso (JUNG, 2012, p. 22). Compreendidos os fundamentos da psique junguiana e estabelecida a centralidade do fenômeno religioso para a psicologia analítica, o capítulo seguinte se dedica a analisar os aspectos históricos e morais da intolerância religiosa, investigando de que modo essa dinâmica psíquica se expressa na relação entre religiões ao longo do tempo e na contemporaneidade.

Aspectos Históricos e Culturais da Intolerância Religiosa

Além de compreender a base do conceito da Psicologia Analítica, de Carl Gustav Jung, se faz necessário ter um breve entendimento sobre o assunto da intolerância religiosa em seu aspecto histórico, filosófico, nas regiões da Europa e América do Norte, como também a chegada dos portugueses em terras Tupiniquins, e a aculturação entre eles, além do entendimento moral da religião cristã.

O tema religioso se faz presente desde os primórdios da humanidade, podendo ser percebido através das mitologias e culturas que têm como tema central a religião. Além de ser um tema estudado por diversas áreas, como a antropologia, a sociologia, a filosofia e a teologia, entre outras, a religião também possui grande relevância para o estudo da psique humana, na qual Jung desenvolveu profundo estudo e conhecimento (MENDONÇA, 2012; BERNARDI; CASTILHO, 2016). Para Jung (2012), a religião representa um assunto de grande importância para os indivíduos, além de ser uma das expressões mais antigas e universais da humanidade e, por extensão, da alma humana.

Ao estudar a intolerância religiosa no Brasil, faz-se necessária uma análise histórica acerca da história do comportamento religioso e também no tocante às crenças dos povos formadores da cultura brasileira, com foco nos povos indígenas que já habitavam o território sul-americano e nos colonizadores portugueses, além dos processos declaratórios e revolucionários que fizeram parte da história mundial e tiveram um importante desfecho para a temática da tolerância e da intolerância religiosa e todo o convívio social (MARINHO, 2022; JUNIOR; MENDES, 2023).

Dessa forma, de acordo com Rocha (2011), as ideologias das revoluções burguesas,

como a Revolução Gloriosa na Inglaterra (1688/9), a declaração de emancipação das 13 colônias com a consequente formação dos Estados Unidos e a Revolução Francesa (1789), influenciaram as transformações sociais e características culturais do século XXI.

Posteriormente, foi elaborada a Declaração Universal dos Direitos do Homem, inspirada pelos documentos gerados por cada revolução que norteiam a harmonia social dos dias atuais, associados à liberdade de pensamento, de crença e de expressão. São eles: a Declaração dos Direitos, a Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (ROCHA, 2011).

Todos esses documentos são fundamentais para a melhoria da relação social entre os indivíduos. Rocha (2011) destaca em seu trabalho os trechos e artigos das declarações que enfatizam o tema da tolerância religiosa, como na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que aborda:

Art. 10º. Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que a sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei. (FERREIRA, 1978 apud ROCHA, 2011, p. 40)

Esse princípio também pode ser encontrado anteriormente na Declaração dos Direitos do Estado da Virgínia, de 1776. Rocha (2011) afirma que é explicitamente identificada a prática da intolerância, inclusive por parte do Estado, que recorria à violência com o mando dos magistrados. Dessa forma, o documento declara a tolerância religiosa com influência do cristianismo:

Artigo 18º.

A religião ou o culto devido ao Criador, e a maneira de se desobrigar dele, devem ser dirigidos unicamente pela razão e pela convicção, e jamais pela força e pela violência, donde se segue que todo homem deve gozar de inteira liberdade na forma do culto ditado pôr sua consciência e também da mais completa liberdade e não deve ser embarçado nem punido pelo magistrado, a menos, que, sob pretexto de religião, ele perturbe a paz ou a segurança da sociedade. É dever recíproco de todos os cidadãos praticar a tolerância cristã, o amor à caridade uns com os outros. (VIRGÍNIA, 1776, apud ROCHA, 2011, p. 41)

Além disso, o autor supracitado, também aborda os aspectos jurídicos atuais da tolerância religiosa no Brasil. Tal garantia está expressa no artigo 5º da Constituição Federal, em consonância com os princípios da ONU, que garante:

(...) VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei; (BRASIL, 1988 apud ROCHA, 2011, p. 43)

Em suma, formalmente, o processo de liberdade e assistência religiosa é garantido pela Constituição, sem especificar crenças ou práticas religiosas. Dessa forma, é ressaltada a convivência entre brasileiros, com diretrizes para a harmonia social, além de fornecer um aparato legal contra as práticas intolerantes (ROCHA, 2011, p. 43).

No campo filosófico, um dos principais nomes da tradição liberal nos séculos XVII e XVIII é o pensador John Locke, cuja obra de maior influência no campo da liberdade religiosa é a Carta Acerca da Tolerância (LOCKE, apud ROCHA, 2011). O filósofo inglês, além de declarar-se cristão e teólogo racionalista, é considerado um dos fundadores do empirismo. Rocha, em seu trabalho, apresenta o que Locke discorre acerca da visão sobre a religião, em sua obra publicada em 1689, afirmando que:

[...] a liberdade individual de fé fortalece a ideia de que a religião não deve ser uma das atribuições do Estado. Restringe as atribuições da magistratura à vida civil, cabendo ao âmbito privado do indivíduo sua religiosidade na religião que lhe convém. Isso ocorre em um contexto de alianças entre os governos dos Estados Nacionais e as Igrejas em ruptura recente com o catolicismo, em que as Igrejas reformistas buscam apoio nas monarquias gerando, um fortalecimento mútuo. (ROCHA, 2011, p. 45)

Além do pensador inglês, não é possível tratar do tema da tolerância sem mencionar o pensador francês Voltaire, figura central do século XVIII. O pensador defende as liberdades individuais para além dos limites do catolicismo, em um contexto em que os não católicos sofriam discriminação no acesso aos direitos civis. Rocha (2011) enfatiza a importância do Tratado sobre a Tolerância (VOLTARE, apud ROCHA, 2011, p. 48) para a compreensão e o desenvolvimento do conceito de tolerância religiosa na contemporaneidade, obra que aborda a intolerância religiosa tanto no interior do próprio cristianismo quanto em relação às demais crenças.

Se o Iluminismo europeu forneceu os fundamentos filosóficos e jurídicos para pensar a tolerância religiosa, a experiência brasileira percorreu um caminho distinto, marcado desde a colonização pela imposição do catolicismo como projeto de Estado. É

esse percurso que a seção seguinte examina.

Ao abordar a intolerância religiosa no Brasil, faz-se necessário, antes de mais nada, entender de forma breve e direcionada o processo de colonização do país com a chegada dos portugueses e toda a cultura e crença que trouxeram, bem como a difusão cultural junto aos povos que já habitavam o local. Nesse sentido, Rocha (2011, p. 56) expõe o processo de formação de Portugal enquanto Estado, desde a Reconquista dominada pelos árabes que aceitaram a cultura e a religião cristãs que já estavam estabelecidas.

Sob essa ótica, o catolicismo passou a não ser mais somente uma religião à qual a população podia aderir como sua crença, mas como uma identidade do país, que possui como cultura os ritos, crenças e costumes cristãos, como afirma o autor:

Desde sua formação como estado nacional, Portugal tem o catolicismo como uma das afirmativas de identidade nacional de grande valor tanto do Estado quanto do aspecto social, tendo servido também como um aglutinador de interesses. Esse processo compreende as condições históricas que proporcionaram a formação simultânea da nacionalidade e do Estado, onde a organização política existente permitiu a duradoura luta contra os muçulmanos e contra as forças de Leão e de Castela, que também participaram da luta pela reconquista da Península Ibérica. (ROCHA, 2011, p. 57)

Dessa forma, Rocha (2011, p. 57) ainda discorre sobre o reconhecimento formal da Igreja de Roma, para o rei de Portugal da época, D. Afonso Henrique, como Estado independente, o que caracteriza a união entre a Igreja e o Estado português, confirmando o Cristianismo como base política e religiosa.

Com o intuito de fazer avançar a sociedade portuguesa, investiu-se no progresso náutico, para a ampliação do poder do rei, fortalecimento do comércio e principalmente fundir a fé católica, devido ao sentimento e crença do povo lusitano "como uma nação abençoada por Deus frente à sua fidelidade em devoção ao catolicismo" (ROCHA, 2011, p. 58).

A expansão marítima teve como um dos fatores motivadores a oportunidade da camada economicamente menos favorecida sair da miséria, além de ser uma maneira de servir a Deus e ao rei, conforme Rocha (2011, p. 59). Outrossim, o autor destaca a implementação do sistema de colonização na América, África e Ásia, por meio da expansão comercial, para enriquecer a Coroa. Associado a isso, de acordo com Rocha (2011, p. 60-1), o cristianismo se beneficiaria com a extensão nas novas terras, por meio de missionários de Ordens cristãs, como os jesuítas, os franciscanos e os capuchinhos,

levando a salvação àqueles que desconheciam as palavras de Jesus Cristo.

Portanto, o entendimento da religião vai além do conhecimento e da noção que se tem sobre o sagrado e está enraizado na identidade portuguesa. Com isso, Rocha (2011, p. 58) confirma que o instrumento utilizado para concretizar o sentimento de pertença ao Estado lusitano, na sociedade, é a catequese jesuítica, que terá influência na colonização do Brasil.

O estudo da religiosidade brasileira tem como influência a história portuguesa e sua cosmogonia cristã, e, concomitantemente, a cosmogonia indígena, que, por reflexo do passado, sofre com preconceitos, estigmas e intolerância. Ao adentrar no contexto da colonização, é possível observar que a atitude dos portugueses na colonização das terras tupiniquins perdura até os dias atuais, na tentativa de impor a visão de mundo cristã, o *orbis christianus*, analisado pelo historiador das religiões José Maria de Paiva, no que concerne a:

Crença que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta, eis o princípio e o fim do *orbis christianus* (PAIVA, 2006, p. 22 apud ROCHA, 2011, p. 61)

É com esta visão que Rocha (2011) afirma que o entendimento da fé católica como a verdade e salvação em relação a qualquer outra religião leva a que, por ordem divina, quem não estiver seguindo ou praticando esta fé, está pecando e será condenado. Com isso, o autor também relata a importante missão catequética, além da exploração marítima e comercial, de batizar povos que ainda não aderiram ao cristianismo.

Essa forma de enxergar a prática religiosa, e a não formação do Estado português e sua identidade com o cristianismo, diferenciava-se entre os séculos XII e XIV, nos quais três vertentes religiosas, a cristã, a árabe e a judaica, conseguiam conviver harmoniosamente. Assim, Rocha (2011) afirma que foi a partir da Reconquista que as últimas duas religiões começaram a ser excluídas e perseguidas, atribuindo aos jesuítas a missão de introduzir a palavra de Jesus Cristo àqueles que não o conheciam ou não aceitavam.

São as primeiras fases de um processo que iria durar séculos: um país onde grande parte da população teria de viver parecer o que não era e tentar esconder-se da morte clamando uma fé que não tinha. A viver com o credo na boca (SARAIVA, 2011, p. 88 apud ROCHA, 2011, p. 62)

Em suma, a prática missionária não se limitou apenas à região europeia, mas

estendeu-se também às terras americanas, conforme mencionado anteriormente. Rocha (2011) enfatiza a importante produção historiográfica acerca da aculturação entre os povos portugueses e indígenas, tomando como referência a obra *A Heresia dos Índios* (VAINFAS, 1995 apud ROCHA, 2011, p. 65), que relata o combate lusitano com os rituais indígenas, o que ele denomina de combate com as sombras, ou seja, com o desconhecido, com o repertório imaginário negativado que os colonizadores possuíam, na qual o autor da obra relata:

Prisioneiros da confusão entre o céu e inferno que tentavam dirimir na velha cristandade, os europeus a reproduziram no trópico. Afinal, lembra-nos Delumeau, foram eles que trouxeram para a América o seu próprio diabo nos porões de seus navios. Trouxeram o demônio e seus conflitos e dilemas religiosos, que não tardariam a projetar-se em seus discurso e imagens acerca do índio. (VAINFAS, 1995, p. 63 apud ROCHA, 2011, p. 65)

Assim sendo, o medo e a prática de demonizar as vidas indígenas como seus rituais, vestimentas, hábitos, além dos animais encontrados na região, podem ser encontrados em diferentes autores. Dessa forma, Rocha (2011, p. 69) afirma que o processo de percepção e sentimentos experienciados pelos portugueses para a prática hoje denominada intolerância tornou-se uma consequência, devido à junção desses receios com a missão cristã de banir o mal do mundo pela conversão e pela doutrinação.

Desta forma, é possível verificar a visão lusitana perante os povos autóctones, por meio das cartas enviadas a Portugal, conforme demonstra o religioso franciscano Pero Vaz de Caminha em 1500, considerado a "Certidão de Nascimento" do Brasil para o Ocidente, e que relata:

Parece-me gente de tal inocência que, se nós entendêssemos sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm, nem entendem crença alguma segundo as aparências. E, portanto, se os degredados, que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quiserem dar. E pois, Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. (CASTRO, 2010, p. 111 apud ROCHA, 2011, p. 70)

É possível também analisar a fala do cronista Pedro Magalhães, acerca do entendimento da cultura vista naquele local e o que ele expõe como ausência de fé, leis e reinado.

Não adoram coisa alguma nem têm para si que há na outra vida glória para os bons, e pena para os maus, tudo cuidam que se acaba nesta e que as almas fenecem com os corpos, e assim vivem bestialmente sem ter conta, nem peso, nem medida. (GANDAVO, 1980, p. 9 apud ROCHA, 2011, p. 70)

Perante o exposto, é possível inferir o comportamento e pensamento soteriológico dos cristãos portugueses e sua percepção de mundo em companhia dos indígenas. Como relata o autor, o catolicismo português percebia-se com superioridade social e cultural, buscando a conversão dos nativos para salvá-los, "ao animalizar o índio, discute-se a possibilidade de sua conversão, já que eram bestializados e não possuíam cultos" (ROCHA, 2011, p. 70).

Sobre a intolerância religiosa contemporânea, Marinho (2022) constata quatro elementos que dizem respeito à intolerância no Brasil. Dentre eles, a autora descreve o racismo epistêmico em relação aos povos afro-brasileiros; além disso, afirma também a existência da disputa pelo mercado religioso que justifica a sua expansão, em uma batalha espiritual contra religiões consideradas seguidoras do diabo; ademais, a característica do brasileiro religioso de buscar soluções transcendentais para suas questões mundanas; somando a isso, a violenta sociedade brasileira que busca agir e atacar quem ou o que é apontado como fonte do mal.

Compreendido o percurso histórico da intolerância religiosa no Brasil e seus desdobramentos contemporâneos, faz-se necessário examinar de que modo a atitude religiosa do Ocidente se distingue da do Oriente, distinção que Jung considerou fundamental para entender a relação unilateral que o cristão estabelece com o sagrado. Diante da colonização e predominância do cristianismo ao longo da história do país, torna-se fulcral uma análise acerca do pensamento ocidental e sua diferença em relação ao Oriente, para fins de comparação entre as religiões e ratificar que não há como diferenciar religião do estudo da psique humana, afetando a cultura e as tradições da sociedade.

Dessa forma, Jung (2013e) estabelece uma profunda relação no tocante aos tipos psicológicos predominantes em cada região. Para Jung, o Oriente "se baseia na realidade psíquica, isto é, na psique, enquanto condição única e fundamental da existência" (p. 17), ou seja, os orientais tendem a ter uma atitude introvertida, ao contrário do Ocidente, cuja atitude é extrovertida.

A introversão e a extroversão, como se sabe, são atitudes temperamentais ou mesmo constitucionais, que jamais são intencionalmente assumidas em situações normais [...]. A introversão é, se assim podemos nos exprimir, o estilo do Oriente, ou seja, uma atitude habitual e coletiva, ao passo que a extroversão, é o estilo do Ocidente. (JUNG, 2013e, p. 17)

Independentemente da religião, para a crença predominante do Ocidente, a qual, é o Cristianismo, o homem só pode ser agraciado por Deus ou pela Igreja, o que o torna dependente deste caminho externo. Já para as crenças orientais, o entendimento acerca da evolução superior está na "autorredenção", ou seja, o homem é a sua única causa eficiente (JUNG, 2013e, p. 18).

Por conseguinte, "o ponto de vista religioso representa sempre a atitude psicológica e seus preconceitos específicos", por isso, em relação à psicologia, o Ocidente é cristão em comportamento, cultura, forma de pensar e agir, o que leva o autor a ampliar a afirmação de Tertuliano a respeito da alma humana ser naturalmente cristã, para todo o Ocidente e também em sentido psicológico e não somente no sentido religioso, afirmando que a graça vem de fora, vem de outra fonte (JUNG, 2013e).

Destarte, é possível analisar que, na perspectiva cristã, essa forma de o indivíduo se perceber como pequeno pode levar a um complexo de inferioridade, devido à sua crença de que por si só ele não consegue evoluir em todos os aspectos de sua vida, tornando-o dependente da grande potência, que não provém do homem, mas de um outro total, perfeito e externo, para fortalecê-lo e guiá-lo no caminho (JUNG, 2013e).

Assim, o autor reforça a afirmação do filósofo e teólogo dinamarquês Kierkegaard, afirmando que "o homem está sempre em falta diante de Deus" (JUNG, 2013e, p. 19), isto é, busca conciliar e mediar os favores divinos ou da "grande potência", por meio do temor, da penitência, promessas, submissão, auto-humilhação, bem como louvores e boas obras. Neste sentido, Jung (2013e) reflete sobre a possibilidade de os povos ocidentais trocarem o lugar de Deus por outras grandezas que percorrem o universo do ser humano, como:

o mundo, o dinheiro, teremos o quadro completo do homem ocidental zeloso, temente a Deus, piedoso, humilde, empreendedor, cobiçoso, ávido de acumular apaixonada e rapidamente toda a espécie de bens deste mundo, tais como riqueza, saúde, conhecimentos, domínio técnico, prosperidade pública, bem-estar, poder político, conquistas etc. (JUNG, 2013e, p. 19)

Cabe ressaltar que a perspectiva junguiana tem como visão a dinâmica da psique, o consciente e o inconsciente refletidos no processo da atitude religiosa nos dois

hemisférios. Por isso, Jung reforça que a busca interna, com a qual o ocidental tem dificuldade em razão da atitude extrovertida, se dá na interação com o inconsciente, com o qual o temor e a resistência são frequentes devido ao mistério e à ignorância, o que gera dúvidas sobre se este é realmente o caminho. Em contrapartida, para os orientais, a mentalidade introvertida leva à capacidade de autolibertação dos processos inconscientes que afligem o "eu". (JUNG, 2013e, p. 21)

Desta forma, Jung (2013e) fundamenta psicologicamente os dois hemisférios, que, apesar de se contradizerem, ambos os povos ocidentais e orientais possuem uma atitude unilateralizada, ou seja, um subestima o inconsciente, o "espírito uno" e o segundo subestima a consciência reflexa, o que ocasiona uma atitude extrema e não equilibrada de ambas as partes, demandando esforços para ir contra o que é natural:

É a afirmação do espírito sobre a matéria, o opus contra naturam, indício da juventude do homem, que se delicia toda a sua vida a usar da mais poderosa das armas jamais inventadas pela natureza: o espírito consciente. (JUNG, 2013e, p. 31)

Compreendidos os fundamentos da psicologia analítica e o percurso histórico e psicológico da intolerância religiosa no Brasil, o capítulo seguinte se dedica a examinar de que modo a problemática da sombra, do *Summum Bonum* e da *privatio boni* na tradição cristã ocidental configura as condições psicológicas para a projeção e a intolerância religiosa.

O conceito cunhado por Jung de "sombra" integra a dinâmica psíquica de cada ser vivo que tem como privilégio a "mais poderosa das armas jamais inventadas pela natureza: o espírito consciente" (JUNG, 2013e, p. 31). Lilian Wurzba, no livro *Fundamentos da Psicologia Analítica*, organizado por Waldemar Magaldi Filho (2022), discorre acerca do processo dinâmico entre a sombra e a persona, atitude esta denominada por Jung (2002, p. 90 apud WURZBA, 2022, p. 78) de "aquilo com o qual queremos impressionar as pessoas, e aquilo que elas nos forçam a assumir como papel".

Dessa forma, para Wurzba (2022), o termo *personare*, que dá origem a persona, está relacionado à máscara utilizada no teatro grego, que auxiliava na ressonância da voz do ator ou da atriz. Jung vale-se desse termo para definir o processo psicológico que observara:

Uma máscara da psique coletiva, máscara que aparenta uma individualidade, procurando convencer aos outros e a si mesma que é uma individualidade, quando, na realidade, não passa de um papel, no

qual fala a psique coletiva. (JUNG apud WURZBA, 2022, p. 79, grifos do autor)

Ademais, Wurzba (2022) complementa que a persona torna-se útil e fundamental para a sobrevivência humana na sociedade, como uma "vestimenta" que serve ao indivíduo para se adaptar, seja ao se apresentar à sociedade ou ao se proteger, assumindo papéis sociais nas situações e convivências que o envolvem, como a família, a profissão, a faculdade, a igreja que frequenta e o grupo de amigos que possui. Em outros termos, cada papel assumido exige uma máscara ou persona construída na personalidade. Dessa forma, é possível definir esse termo também como arquétipo de adaptação externa. A esse respeito, a autora ressalta a importância de reconhecê-la

enquanto estrutura psíquica que tem como função a adaptação externa, possibilita-nos desempenhar vários papéis no mundo, mas, ao mesmo tempo, é necessário desenvolver um senso de responsabilidade e uma capacidade de julgamento que não necessariamente são idênticos aos padrões estabelecidos. (WURZBA, 2022, p. 82)

A problemática da persona surge quando há dificuldade do ego de se diferenciar da imagem criada pelo papel social, bem como pela expectativa coletiva ou pelo ideal do indivíduo. Ocorre, então, a formação do que a autora denomina de pseudo-ego, em que o indivíduo passa a ser o próprio papel, cuja atuação se torna idêntica em diferentes ambientes de seu convívio, isto é, a pessoa é apenas o papel que representa, como o de médico, advogado, pai ou mãe, filha ou filho, padre, pastor, crente fervoroso, o que, de acordo com Wurzba, pode chegar a se tornar patológico, como uma psicose delirante quando há uma identificação extrema, podendo se "tornar" um herói, um salvador, o dono da verdade ou do bem, etc. (cf. WURZBA, 2022, p. 79).

Assim sendo, um ego identificado com a persona ou até mesmo um ego unilateralizado, o qual, rígido, resistente e fechado em suas próprias concepções, que tem um estado de consciência focado em apenas um aspecto da vida, visão de mundo ou função psicológica (PENIDO, 2022, p. 21), vive apenas a metade exterior, coletiva, deixando reprimida a sua individualidade, como cita Wurzba sobre a vivência de Jung.

[...] quando se depara com a imagem que ele tem para o mundo e percebe seu afastamento da própria alma, nas palavras de Jacobina, Jung toma consciência de que vive apenas pela metade [...]. Mas descobrir a outra metade, isto é, a própria individualidade, é muito difícil, porque essa inclui todas aquelas potencialidades que trouxemos ao nascer, algumas das quais que ficaram para trás, justamente porque não couberam nesse mundo e, assim, foram reprimidas." (WURZBA, 2022, p. 84)

Portanto, a autora conclui que só é possível manter a imagem que o "eu" gostaria de mostrar ao mundo, logo, unilateralizado e identificado com a persona, ao reprimir uma outra parte da personalidade, a qual Jung denomina de sombra, e define como "a parte negativa da personalidade, isto é, a soma das propriedades ocultas e desfavoráveis, das funções mal desenvolvidas e dos conteúdos do inconsciente pessoal" (JUNG, 1917 apud WURZBA, 2022, p. 84).

Assim sendo, o ato de entrar em contato com a própria sombra torna-se uma tarefa difícil, pois é a sombra que se opõe ao ego e está intrinsecamente relacionada à moral do indivíduo, ou seja, quando se persegue a perfeição, em última instância, se está em busca do bem e, por conseguinte, rejeita-se a imperfeição, o mal (cf. WURZBA, 2022, p. 87).

Por isso, de acordo com a autora, a temática do mal constitui preocupação central em diversas obras de C. G. Jung, a saber, o entendimento do mal no mundo, o que está inteiramente relacionado com a temática religiosa, no tocante a algumas doutrinas e crenças como o *imitatio Christi*, o *summum bonum* e o *privatio boni* (cf. WURZBA, 2022, p. 87).

É precisamente essa articulação entre sombra, moral e tradição cristã que a seção seguinte se propõe a examinar, ao analisar de que modo a perspectiva cristã acerca do mal estrutura a relação do indivíduo com os conteúdos sombrios da psique.

O estudo sobre a problemática da antinomia bem e mal perpassa a obra de Jung, principalmente nas obras *Interpretação psicológica do dogma da Trindade*, *Aion* e *Resposta a Jó* (WURZBA, 2022, p. 88). Porém, o estudo dessa problemática permeia séculos e áreas de conhecimento da humanidade, como a teologia e a filosofia, com Santo Agostinho, Platão e Schopenhauer, tendo como enfoque o entendimento cristão de Agostinho sobre o tema.

"De onde vem o mal" e "o que seria fazer o mal" são perguntas que Santo Agostinho examinou ao longo de toda a sua obra, principalmente na obra *Confissões*, na qual o autor discute o problema do mal como um obstáculo da vida e da existência, além de elaborar a ideia de Deus como um ser soberanamente bom (MARTINS, 2012, p. 541). Assim sendo, nesta obra, o autor busca refletir por meio da seguinte interrogação:

E, uma vez que Deus, sendo bom, fez todas as coisas boas, donde vem então o mal? Será que, naquilo donde as fez boas as coisas mais pequenas, mas no entanto, tanto o Criador é bom como são boas todas as coisas criadas. Donde vem então o mal? Será que naquilo donde as fez, havia alguma matéria má, e formou-a, e ordenou-a, mas deixou nela qualquer

coisa que não teria transformado em bem? E porquê isto? Será que, embora não sendo onipotente, não tinha poder para transformá-la e mudá-la na totalidade, de modo a que nada de mal restasse? Finalmente, porque é que quis fazer dela alguma coisa e não preferiu fazer, com a mesma onipotência com que ela não existisse em absoluto? (AGOSTINHO, VII, 5, 7 apud MARTINS, 2012, p. 542)

Nesse sentido, a autora apresenta a definição do teólogo e filósofo na obra *De natura boni*, cuja reflexão é sobre a natureza do mal e sua origem, na qual ele conclui que "o mal significa, antes de tudo, a corrupção da ordem natural. Por isso, o mal significa a desordem relativamente à ordem que é, precisamente, o bem e que se identifica com toda e qualquer natureza existente" (MARTINS, 2012, p. 545).

O autor supracitado, destaca a conclusão de Agostinho quanto afirmação que a corrupção é a aniquilação do bem e que toda a natureza, mesmo a viciosa, é boa em seu princípio, mas na medida em que o pecado corrompe, também corrompe a natureza criada. Em outros termos, o mal para o teólogo é entendido como uma diminuição do bem e, caso não haja nenhum bem, a natureza deixará de existir (MARTINS, 2012, p. 545).

Por outro lado, a autora examina a visão agostiniana do caráter de bem dos seres vivos e analisa a definição de Deus, para o filósofo, como o ser imutável, incorruptível, o único na escala suprema da ascensão, por isso ele o denomina de *summum bonum* (supremo bem):

O supremo Bem, acima do qual nada há de mais superior, é Deus; por isso, é um Bem imutável e também verdadeiramente eterno e imortal. Todos os outros bens só são bons, a partir dele, mas não são propriamente ele mesmo. Aquilo que ele é por ele mesmo é o que ele é propriamente. Ao contrário, as coisas que foram criadas por ele não são o que ele é. Por conseguinte, se só ele é imutável, todas as coisas que criou, pelo fato de as criar do nada, são mutáveis. (AGOSTINHO, *De natura boni*, introd. I, 1, 37 apud MARTINS, 2012, p. 546)

Em contrapartida, C. G. Jung apresenta uma perspectiva distinta acerca das doutrinas do *summum bonum* e do *privatio boni* (privação do bem): para o autor, diferentemente de Santo Agostinho, a não existência do mal implica a não existência do bem (JUNG, 2015b). O autor discorre sobre a simbologia cristã no que se refere à posição psicológica do Cristo como o arquétipo do si-mesmo, em que "representa uma totalidade de natureza divina ou celeste, um homem transfigurado, um filho de Deus *sine macula peccati*, que não foi manchado pelo pecado" (JUNG, 2013a, p. 52).

Dessa forma, a concepção do símbolo do Cristo como totalidade evidencia uma problemática da consciência unilateralizada que se reflete nas diferentes atitudes do

indivíduo na sociedade contemporânea, ocasionada pela exclusão do "lado noturno das coisas, como um antagonista luciferino" (JUNG, 2013a, p. 56), isto é, o entendimento do mal como uma sombra vazia e uma "carência acidental de uma perfeição" (op. cit.), cuja relevância é desconsiderada pela doutrina do *privatio boni*. A partir desse princípio, o autor aponta que essa concepção sustenta a opinião, defendida por teólogos como Teófilo de Antioquia, de que todo o bem provém de Deus e todo mal provém do homem, o que leva a uma tendência de permanecer nessa afirmação sem dar a devida importância ao fenômeno (cf. JUNG, 2013a).

No cristianismo, o entendimento psicológico sobre o antagonismo do Cristo — figura tradicional da manifestação do si-mesmo — encontra correspondência simbólica no Anticristo, cuja interpretação simbólica pode ser entendida como a sombra do si-mesmo ou do Cristo, que para os gnósticos foi retirado de si:

à metade obscura da totalidade do homem, que não deve ser julgada como demasiado otimismo. Até onde nos leva a experiência, a luz e a sombra parecem estar divididas, por igual, na natureza humana, de modo que a totalidade psicológica do si-mesmo que deriva, por um lado, do conhecimento do homem total, e, por outro, apresenta-se espontaneamente nos produtos do inconsciente sob forma de uma quaternidade arquetípica ligada por antinomias internas, não pode fechar os olhos para a sombra pertencente à figura luminosa e sem a qual ela não terá corpo e nem um conteúdo humano. (JUNG, 2013a, p. 58)

Portanto, para Sanford (1988, p. 171-176), a crítica de Jung acerca do *privatio boni* articula-se em três pontos: O primeiro apresenta a perspectiva da imagem unilateralmente luminosa do Cristo, que se contradiz com o fato de o si-mesmo ser uma combinação de opostos. O segundo ponto, o mais importante para este trabalho, evidencia o perigo da divisão e do isolamento entre o mal e a divindade: essa doutrina diminui a realidade do mal, fazendo com que não se leve a sério ou não se enfrente diretamente, o que resulta na autonomia desse mal e ocasiona desastres para a humanidade, seja por indivíduos tomados por ele e cometendo atos ilícitos, seja por aqueles que se tornam suas vítimas. O terceiro ponto constitui o resultado da objeção à afirmação de que, se o bem é real, é preciso afirmar que o mal também o é, pois ambos são pares de opostos equivalentes.

Nesse sentido, as doutrinas do *summum bonum* e do *privatio boni* revelam-se, sob a perspectiva junguiana, não apenas como uma questão teológica, mas como uma problemática psicológica de profundas consequências para a vida do indivíduo e da

coletividade. A negação da realidade do mal, ao manter os conteúdos sombrios fora do alcance da consciência, não os dissolve, mas os preserva no inconsciente, onde continuam a exercer sua influência de maneira autônoma. Diante disso, cabe investigar de que forma essa dinâmica se expressa concretamente na relação do cristão ocidental com o diferente religioso.

O mecanismo da projeção, quanto processo psicológico automático e involuntário pelo qual o indivíduo atribui ao objeto conteúdos de natureza subjetiva, assume uma dimensão coletiva quando articulado ao fenômeno religioso. Nesse sentido, Jung afirma, em *Presente e Futuro*, que o indivíduo normal, assim como o neurótico que não tem consciência do outro lado de si mesmo, vê sua sombra no próximo, tendendo a localizá-la "respectivamente no homem do outro lado da trincheira" (JUNG, 2013d, p. 43).

Mais do que uma tendência individual, o autor relata tratar-se de uma disposição "quase irremovível" do indivíduo de "se livrar de tudo aquilo que não sabe e não quer saber sobre si, projetando-o no outro" (JUNG, 2013d, p. 62). Em consonância com isso, quando a consciência se encontra unilateralizada, como analisado ao longo deste capítulo, essa tendência de projetar não apenas se mantém como se intensifica, ou seja, sem o reconhecimento da sombra, o inconsciente encontra no outro o depositário necessário para os conteúdos que a consciência se recusa a integrar.

Essa dinâmica individual adquire proporções ainda mais significativas quando opera no plano coletivo. Jung aponta que se tornou uma "tarefa social e política" considerar diabólico aquilo que está do outro lado, desviando o olhar do indivíduo de seu próprio interior para o exterior (JUNG, 2013d, p. 43). Nesse sentido, quando a projeção da sombra deixa de ser um fenômeno isolado e passa a ser compartilhada por um grupo, ela se cristaliza em formas de percepção coletiva, neste caso, o outro religioso deixa de ser apenas diferente e passa a ser percebido como portador do mal, do erro e da ameaça ou do errado. Por conseguinte, quanto mais sólida a identidade coletiva construída em torno de um sistema simbólico unilateralizado, mais intensa tende a ser a projeção sobre aqueles que não compartilham desse sistema.

O autor relata que, ao projetar o mal não percebido nos outros, o indivíduo desloca "o medo e a irritação" que sente em relação ao seu próprio mal para o opositor, "aumentando ainda mais o peso da sua ameaça" (JUNG, 2013d, p. 59).

Além disso, a perda da possibilidade de compreensão também retira a capacidade de lidar com este mal (JUNG, 2013d, p. 59). Diante disso, o outro religioso, ao receber os

conteúdos sombrios projetados, torna-se progressivamente mais ameaçador aos olhos de quem projeta, o que justifica, na lógica da consciência unilateralizada, atitudes cada vez mais intolerantes em sua direção.

Esta tendência pode ter um reforço maior na tradição cristã ocidental, que apresenta nesse contexto, um obstáculo de natureza estrutural para o reconhecimento da sombra. Jung afirma, que essa tradição se assenta sobre um de seus "preconceitos básicos", o princípio segundo o qual "é preciso evitar o mal a todo custo e, se possível, jamais falar dele nem mencioná-lo" (JUNG, 2013d, p. 60).

Nesse sentido, o mal não é reconhecido como um conteúdo psíquico a ser integrado, mas tratado como uma ameaça a ser afastada, silenciada e localizada fora dos limites da consciência. Dessa forma, ao invés de promover o enfrentamento do aspecto sombrio, a doutrina o mantém sistematicamente inacessível, criando as condições para que a projeção se torne não apenas possível, mas inevitável.

Importa destacar que esse movimento não elimina o mal, ele apenas impede que seja reconhecido como próprio. Por conseguinte, o que a consciência cristã ocidental recusa integrar em si mesma aparece, com redobrada intensidade, projetado no outro. Jung ressalta que a inocência forçada pela doutrina acaba por alimentar exatamente aquilo que tenta combater, pois a origem do mal está no próprio homem, e não em um princípio metafísico externo (JUNG, 2013d, p. 59-60).

Diante disso, a tradição que mais insiste em combater o mal é, de forma paradoxal, a que menos condições oferece para que ele seja de fato reconhecido e integrado, tornando a projeção sobre o outro religioso uma consequência estrutural, não um desvio ocasional.

Esse processo encontra explicação em outro conceito central da Psicologia Analítica - a enantiodromia. Em *Psicologia do Inconsciente*, Jung retoma o filósofo Heráclito para nomear a lei psíquica, segundo a qual, toda atitude unilateral extrema tende a converter-se em seu oposto, ou seja, na medida em que o inconsciente acumula progressivamente os conteúdos excluídos pela consciência a tendência é irromper com força redobrada (JUNG, 2014b).

Dessa forma, quanto mais absoluta a identificação da consciência cristã ocidental com o bem, ou seja, com o *Summum Bonum*, com o Cristo como símbolo de perfeição moral, mais o oposto não integrado se acumula no inconsciente. A tradição que mais insiste em combater o mal e em identificar-se com o bem torna-se, paradoxalmente,

tendem a produzir expressões violentas daquilo que rejeita – tendendo a se fortalecer quando a sociedade, como a brasileira, possui características violentas como apontado previamente nos parágrafos anteriores, não por desvio ou hipocrisia, mas por uma lei psicológica inexorável. É essa energia acumulada que, sem encontrar via de integração, direciona-se ao exterior e encontra no outro religioso seu lugar de manifestação.

Dessa maneira, quando a projeção da sombra assume caráter coletivo e estrutural, como demonstrado nos movimentos anteriores, ela necessita de um objeto sobre o qual se depositar. O outro religioso — aquele que professa uma fé distinta, que opera com um sistema simbólico diferente do cristão ocidental — pode passar a ocupar esse lugar de forma privilegiada, pois o medo do mal não percebido em si mesmo, dirige o olhar para o próximo, sobre quem esse conteúdo é então projetado (JUNG, 2013d). Nesse sentido, o que não pode ser reconhecido internamente é atribuído ao diferente, o mal, o diabólico, a ameaça à ordem divina.

Essa dinâmica não é nova nem abstrata. O Capítulo 2 já evidenciou historicamente esse mecanismo: Vainfas (1995, apud ROCHA, 2011, p. 65) descreve os colonizadores portugueses projetando seus próprios demônios sobre os rituais indígenas, combatendo no outro aquilo que não reconheciam em si mesmos. Marinho (2022,) constata que, na contemporaneidade, a violência religiosa segue operando pela mesma lógica: o intolerante age contra aquilo que aponta como fonte do mal, sem perceber que é a sua própria sombra que ele enxerga com agressividade no outro individual ou coletivo.

Diante disso, Jung (2013d), aponta que o abandono das projeções, através do autoconhecimento e da dúvida da certeza incondicional, é o único caminho possível, não como exigência moral, mas como necessidade psicológica. O autor afirma que, ao retirar as projeções, o indivíduo vê a sombra do próximo com maior modéstia e reconhece que o mal também habita sua própria natureza.

Por conseguinte, onde esse reconhecimento não ocorre, as consequências são previsíveis, com a qual afirma Jung que as projeções comprometem o amor e que "onde acaba o amor, têm início o poder, a violência e o terror" (JUNG, 2013d, p. 64). Dessa forma, a intolerância religiosa, compreendida à luz da Psicologia Analítica do psiquiatra suíço, não é um fenômeno moral isolado nem uma anomalia cultural passageira, mas a expressão visível de uma psique que, impedida de integrar sua própria sombra, direciona ao outro aquilo que não consegue reconhecer em si mesma.

Conclusão

De forma geral, o que se pretendeu demonstrar neste capítulo é que a intolerância religiosa, antes de ser um desvio moral ou uma anomalia histórica, pode ser compreendida como expressão de uma lei psíquica reconhecível e descritível a partir da Psicologia Analítica de C. G. Jung.

Quanto perspectiva do aspecto histórico da intolerância religiosa, desde o começo da construção de uma sociedade mais tolerante, como também os primeiros estudiosos na área, perpassando pela intolerância religiosa na contemporaneidade e finalizando com a diferença da religiosa ocidental e oriental.

Sendo assim, dois movimentos anteriores, acrescento o processo do entendimento do mal na religião e para Jung, além disso, mostrando como essa estrutura doutrinária alimenta sistematicamente a projeção da sombra sobre o outro religioso, torna a intolerância não um fenômeno acidental, mas uma consequência previsível de uma consciência impedida de integrar o que rejeita.

Diante do percurso realizado, é possível responder ao problema proposto: de que modo a falta de conhecimento acerca do arquétipo da sombra no simbolismo cristão interfere na relação do indivíduo com outras religiões na contemporaneidade. O que não é reconhecido como próprio não desaparece, migra para o exterior e encontra no outro religioso sua manifestação.

Com isso, é possível confirmar que a sombra, associada à problemática moral do bem e do mal cristalizada no *Summum Bonum* e *Privatio Boni*, opera como fator psicológico estruturante da intolerância religiosa na contemporaneidade. Bem como, a falta de consciência do arquétipo da sombra no simbolismo cristão contribui para a intolerância religiosa, como também, foi possível propor a participação do *Summum Bonum* e *Privatio Boni* na unilateralização do fenômeno religioso cristão e discutir a intolerância religiosa sob um viés psicológico fundamentado.

A contribuição desta leitura não é substituir as análises psicológicas, sociológicas ou filosóficas do fenômeno, mas acrescentar uma dimensão de que o intolerante não combate o mal no outro, mas os conteúdos de si mesmo que não reconhece. Essa distinção tem consequências práticas.

O olhar para a intolerância religiosa, precisa ir além da explicação de um comportamento ou das consequências legislativas, é preciso olhar a raiz da psique

humana com uma psicologia complexa para entender as tendências que levam a ter esse comportamento humano.

A consciência da sombra, seja ela individual e coletiva, não é garantia de tolerância, mas é condição para que ela se torne possível de forma genuína, e não apenas imposta ou performática, levando a um convívio respeitoso entre pessoas de diferentes crenças e assim, falar a mesma língua que todos os grandes sábios da humanidade falaram, e que se os crentes de qualquer religião não se atentarem para o autoconhecimento como fator religioso importante estarão indo na contramão, de amar o seu próximo como a si mesmo. É a partir do conhecimento de si mesmo, do seu aspecto sombrio que será possível dar início a uma sociedade consciente que caminha para o amor.

Referências

BERNARDI, C. J.; CASTILHO, M. A. de. A religiosidade como elemento do desenvolvimento humano. *Interações*, Campo Grande, v. 17, n. 4, p. 745–756, 2016. Disponível em: [https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4\(15\)](https://doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.4(15)). Acesso em: 15 maio 2026.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Intolerância religiosa segue como violação recorrente em 2026, apontam dados do Disque 100. Brasília, jan. 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2026/janeiro/intolerancia-religiosa-segue-como-violacao-recorrente-em-2026-apontam-dados-do-disque-100>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CORRÊA, Ivan. *Metanoias de Sophia: um estudo sobre a amplificação simbólica das imagens arquetípicas da Eterna Sophia na Psicologia Analítica*. Mestrado em andamento em Psicologia (Psicologia Clínica) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2016.

G1 PARAÍBA. Cadê os orixás que não ressuscitaram? Preta Gil: quem é o padre denunciado por intolerância religiosa. *G1*, 1 ago. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2025/08/01/cade-os-orixas-que-nao-ressuscitaram-pret-a-gil-quem-e-o-padre-denunciado-por-intolerancia-religiosa.ghtml>. Acesso em: 4 fev. 2026.

HOPCKE, R. H. *Guia para a obra completa de C. G. Jung*. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, C. G. *A natureza da psique*. Petrópolis: Vozes, 2013b.

JUNG, C. G. *A vida simbólica: escritos diversos*. Petrópolis: Vozes, 2013c.

JUNG, C. G. *Aion: estudos sobre o simbolismo do si-mesmo*. Petrópolis: Vozes, 2013a.

JUNG, C. G. *O eu e o inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2015a.

JUNG, C. G. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis: Vozes, 2014a.

JUNG, C. G. *Presente e futuro*. Petrópolis: Vozes, 2013d.

JUNG, C. G. *Psicologia do inconsciente*. Petrópolis: Vozes, 2014b.

JUNG, C. G. *Psicologia e religião oriental e ocidental*. Petrópolis: Vozes, 2013e.

JUNG, C. G. *Psicologia e religião*. Petrópolis: Vozes, 2012.

JUNG, C. G. *Seminários sobre Psicologia Analítica (1925)*. Petrópolis: Vozes, 2014c.

JUNG, C. G. *Sobre sentimentos e a sombra*. Petrópolis: Vozes, 2015b.

MARINHO, P. M. DE C. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, p. 489–510, maio 2022.

MARINHO, P. M. de C. Intolerância religiosa, racismo epistêmico e as marcas da opressão cultural, intelectual e social. *Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, p. 489–510, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202237020005>. Acesso em: 15 maio 2026.

MARTINS, M. M. B. Unde malum: o mal em Santo Agostinho. *Theologica*, v. 47, n. 2, p. 541–560, 2012. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/theologica/article/view/2346>. Acesso em: 13 fev. 2026.

MENDONÇA, Maria Luiza Vianna Pessoa de. *A concepção eliadiana da fenomenologia da religião sob a perspectiva do método*. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Departamento de Filosofia, Belo Horizonte, 2012.

ROCHA, L. V. *Uma noção histórica de intolerância religiosa: as conceituações e o caso dos jesuítas no Brasil Colônia*. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) — Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SANFORD, J. A. *Mal: o lado sombrio da realidade*. Tradução Sílvio José Pilon, José Silvério Trevisan. São Paulo: Paulus, 1988.

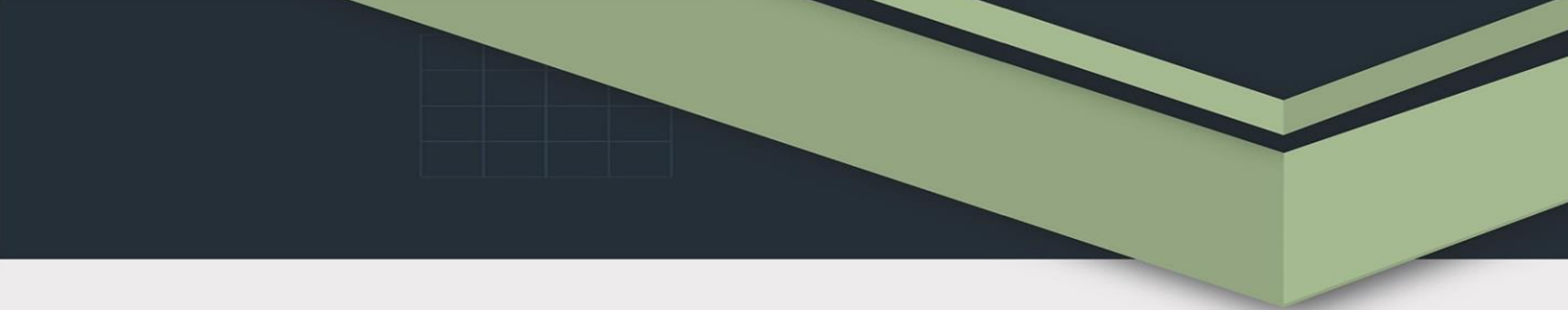
SANTOS JÚNIOR, Valdi Galvão dos; MENDES, Pedro Silva. Intolerância religiosa no Brasil: uma análise dos direitos e garantias fundamentais. *Ciências Sociais*, v. 27, ed. 127, out. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8433225. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8433225>. Acesso em: 15 maio 2026.

WURZBA, L. Persona e sombra. In: MAGALDI FILHO, Waldemar (Org.). *Fundamentos da Psicologia Analítica*. São Paulo: Eleva Cultural, 2022. p. 77–92.

Capítulo 7
TRABALHO DOMÉSTICO E ESCRAVIDÃO: CONTINUIDADES
SEM RUPTURA

André Sousa Silva Moreno





TRABALHO DOMÉSTICO E ESCRAVIDÃO: CONTINUIDADES SEM RUPTURA

André Sousa Silva Moreno

*Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail:
andre.moreno@discente.ufma.br*

RESUMO

Este artigo analisa o trabalho doméstico no Brasil como expressão da permanência da herança escravocrata nas relações de trabalho, com ênfase na opressão racial e de gênero. A partir de uma abordagem materialista histórica fundamentada em autores como Clóvis Moura, argumenta-se que a transição do escravismo ao trabalho assalariado não rompeu com os fundamentos da exploração da força de trabalho negra e feminina. A pesquisa possui caráter bibliográfico e documental, mobilizando produções acadêmicas, dados institucionais e casos emblemáticos de trabalho doméstico análogo à escravidão no Brasil contemporâneo. Mesmo com avanços legais, como a Constituição Federal de 1988 e a PEC das Domésticas, persistem a informalidade, a precarização e condições degradantes de trabalho. Sustenta-se que essa superexploração é funcional à reprodução do capital no país, ao mesmo tempo em que a invisibilização social das trabalhadoras domésticas dificulta sua organização política e o reconhecimento efetivo de seus direitos. O artigo também discute como a permanência de estruturas racistas e patriarcais contribui para a naturalização dessas relações de exploração. Conclui-se que o combate ao trabalho escravo contemporâneo exige a transformação estrutural das bases socioeconômicas nacionais, rompendo com a lógica colonial que ainda estrutura o capitalismo brasileiro.

Palavras-chave: Trabalho doméstico; escravidão contemporânea; racismo; capitalismo brasileiro.

ABSTRACT

This article analyzes domestic work in Brazil as an expression of the persistence of the slaveholding legacy in labor relations, with an emphasis on racial and gender oppression. Drawing on a historical-materialist approach based on authors such as Clóvis Moura, it argues that the transition from slavery to wage labor did not constitute a rupture with the foundations underlying the exploitation of Black and female labor. The research adopts a bibliographic and documentary approach, mobilizing academic studies, institutional data, and emblematic cases of domestic labor analogous to slavery in contemporary Brazil. Despite legal advances, such as the 1988 Federal Constitution and the Constitutional Amendment on Domestic Workers' Rights (PEC das Domésticas), informality, precarious working conditions, and degrading labor relations persist. It is argued that this superexploitation is functional to the reproduction of capital in the country, while the social invisibilization of domestic workers hinders their political organization and the effective recognition of their rights. The article also discusses how the permanence of racist and patriarchal structures contributes to the naturalization of these exploitative relations. It concludes that combating contemporary slave labor requires a structural transformation of the country's socioeconomic foundations, breaking with the colonial logic that continues to shape Brazilian capitalism.

Keywords: Domestic work; contemporary slavery; racism; Brazilian capitalism.

Introdução

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), o Brasil é o país com o maior número de trabalhadores e trabalhadoras domésticas no mundo (BBC News Brasil, 2018). De acordo com a mesma organização, se todas as trabalhadoras domésticas do país se reunissem, esse grupo superaria a população da Dinamarca (GONÇALVES, 2022).

A realidade do trabalho doméstico no Brasil reflete a formação socioeconômica marcada pela desindustrialização, dependência do capital estrangeiro e manutenção da economia primário-exportadora. Nessas condições, não há demanda estrutural por qualificação da força de trabalho, o que favorece a persistência do trabalho análogo ao escravo. O trabalho doméstico, historicamente ligado à lógica escravista, passou por mudanças formais, mas mantém sua essência de dominação, sendo resultado da transição do escravismo para formas assalariadas dentro das dinâmicas do capitalismo brasileiro.

Há, portanto, um vínculo histórico-processual. Nas configurações sociais do trabalho hoje, encontram-se resquícios das formas laborais da escravidão. A compreensão

das relações de trabalho contemporâneas exige um olhar que remonte ao surgimento e à evolução dos modos de produção no Brasil, desde o regime escravocrata, passando pelo colonialismo e outras formas de servidão, em constante tensão com os conflitos sociais e os condicionantes político-econômicos (TOMI; TOMI, 2023, p. 333). Nesse contexto, o trabalho doméstico no Brasil guarda uma particularidade profundamente enraizada no processo de formação nacional: trata-se de um dos principais “legados deixados pela escravidão, presente como símbolo de uma cultura marcada fortemente pelo racismo, sexismo e incapacitação, ainda que por vezes de forma - nem tão - velada” (TOMI; TOMI, 2023, p. 333). A história, entendida como processo e não como sucessão de fatos isolados, permite identificar a permanência da senzala no ambiente doméstico moderno. O trabalho doméstico carrega reminiscências diretas do período colonial.

Metodologia

Tomaremos de Clóvis Moura (1984), sociólogo marxista, as definições teórico-metodológicas para uma abordagem do Brasil enquanto totalidade histórica. Ao analisar o período escravista no Brasil sob a perspectiva teórico-metodológica do materialismo histórico em seu artigo *Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo*, compreendeu essas categorias como totalidades históricas em constante desenvolvimento, afirmando que é impossível estudar profundamente as relações de trabalho atuais sem uma compreensão crítica do escravismo e do desenvolvimento dos modos de produção no Brasil:

[...] os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmação do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente (MOURA, 1984, p. 124).

A escravidão legal no Brasil foi formalmente abolida em 1888, em consonância com as transformações históricas associadas à transição global para o capitalismo e à crescente demanda por trabalho assalariado no contexto da expansão mercantil. Contudo, tal abolição não implicou uma ruptura estrutural com as bases que sustentavam o regime escravista. Diferentemente dos Estados Unidos, onde a abolição ocorreu no bojo da Guerra de Secessão (1861–1865), no Brasil o processo se deu de maneira formal, desprovido de

políticas efetivas de integração social e garantia de direitos à população liberta. Como resultado, perpetuaram-se estruturas materiais e simbólicas herdadas da escravidão.

A superestrutura social de caráter discriminatório foi reconfigurada e incorporada à lógica do modo de produção capitalista, conformando um ethos cultural que reproduz desigualdades raciais. A opressão racial, assim, consolidou-se como construção ideológica funcional à manutenção de uma ordem social e econômica excludente. Ademais, a chamada “escravização ilegal”, embora juridicamente distinta, emerge das mesmas determinações histórico-concretas que sustentaram, por séculos, o sistema escravista.

Maria José Rigotti, juíza do trabalho, em entrevista ao Tribunal Superior do Trabalho (2022), afirma:

O trabalho doméstico como se apresenta hoje, de precarização, invisibilização, desvalorização e que tem na ponta extrema o crime do trabalho doméstico análogo à escravidão, remonta ao período colonial escravocrata. Para parte das mulheres negras nesse período, eram destinados os espaços de servidão na Casa Grande, com todas as violências cruéis e desumanizadoras por elas vivenciadas, e as condições precárias de trabalho hoje vivenciadas por muitas domésticas escancaram essa posição de sub-humanidade em que são colocadas e revelam aquilo que os historiadores falam de uma “abolição inconclusa”, de um “arcaico residual” na pós-abolição, na permanência na sociedade de um ideário colonial (...) que acabam estruturando desigualdades na nossa sociedade (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2022, [s.p.]).

A população negra, especialmente as mulheres que exerciam trabalho servil nos lares senhoriais, permanece como a maioria do contingente do trabalho doméstico. Hoje, cerca de 65% das trabalhadoras domésticas no Brasil são mulheres negras (VILELA, 2022)², revelando a persistência histórica da racialização da função.

Casos emblemáticos evidenciam essa permanência estrutural. Em 2022, uma mulher negra foi resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio de Janeiro, sem jamais receber salário, tendo servido três gerações da mesma família³ (SAKAMOTO; CAMARGOS, 2022). Em 2020, o caso de Madalena Gordiano (GÓRTAZAR, 2021) ganhou

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>

VILELA, P. R. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. **Agência Brasil**, Brasília, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 31 jul. 2024.

³ <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>

SAKAMOTO, L.; CAMARGOS, D. Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio. **Repórter Brasil**, São Paulo, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

notoriedade: mantida em regime de escravidão doméstica por 38 anos, desde os oito anos de idade, sem salário ou direitos trabalhistas.

Esse caso provocou comoção social e abriu espaço para o debate público e acadêmico sobre o tema. Revela como o processo de desumanização das mulheres negras ainda opera socialmente. Trata-se não apenas de uma inferiorização cultural, mas de uma funcionalidade estrutural do sistema:

[...] frutos dessa sociabilidade sistêmica que busca, por meio da subordinação, a internalização exacerbada da diferença, com o intuito de abarcar interesses alheios aos dos seres humanos corporificados a partir das relações sociais de opressão [...] é útil que a trabalhadora doméstica labore de graça, pois isso produz uma fonte de riqueza incomensurável – portanto, a importância de sua invisibilidade (ANDRADE et al., 2023, p. 159).

A expansão do exército industrial de reserva, composto por desempregados e miseráveis, cria as condições materiais para a reprodução do trabalho escravo contemporâneo. Essas massas, historicamente despossuídas, foram lançadas ao mercado de trabalho capitalista mantendo, contudo, formas de dominação e desigualdade herdadas do passado.

A condição análoga à escravidão no trabalho doméstico é intrínseca à lógica de reprodução do capital no Brasil. Não se trata de uma anomalia externa ao sistema, mas de um de seus pilares (ANDRADE; ANDRADE; MOURA, 2023).

O trabalho reprodutivo, essencial para a continuidade da força de trabalho, é sistematicamente negligenciado pelo capitalismo e recai sobre as próprias trabalhadoras, sobretudo mulheres negras. Como destacam Correia e Biondi (2011), os empregadores buscam se eximir dos custos da reprodução da força de trabalho, conferindo ao trabalho doméstico uma função sistêmica invisibilizada. Embora central na reprodução do capital, segundo Tomi e Tomi (2023), esse trabalho é desvalorizado por não gerar valor de troca direto, sendo socialmente tratado como inferior.

Essa lógica de invisibilização estrutura a articulação entre as opressões de classe, gênero e raça, favorecendo a superexploração e a precariedade, especialmente em um contexto de alta informalidade, que atinge 71,4% do setor (MENDES; MONTEIRO, 2023).

A vulnerabilidade dessas trabalhadoras é intensificada pela informalidade, pelo desemprego e pela pobreza, muitas vezes desde a infância, como aponta Pereira (2023), perpetuando a desigualdade. Conforti (2023) ressalta que essas condições favorecem o aliciamento, o trabalho forçado e jornadas exaustivas, e que a relação entre trabalho

infantil e escravidão moderna retroalimenta um ciclo de pobreza. A auditora Liane Durão (TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, 2022), escrutina o perfil dominante no setor ser de mulheres negras, com baixa escolaridade e em situação de alta vulnerabilidade. Essa realidade revela o caráter estrutural da escravidão contemporânea no Brasil, herdeiro direto de um passado colonial e escravista, cuja lógica de exploração permanece ativa no capitalismo dependente e submisso ao imperialismo.

Dilemas brasileiros contemporâneos do trabalho doméstico

A Constituição Brasileira de 1988, de feição progressista, define que:

O trabalho escravo contemporâneo ou a condição análoga à escravidão é crime tipificado no art. 149 do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848/1940 e Lei nº 10.803, de 11 de dezembro de 2003), caracterizado pela presença de quatro situações (sozinhas ou combinadas) de exploração: a) trabalho forçado, b) jornada exaustiva, c) servidão por dívidas e d) condições degradantes. (Ministério da Cidadania, [s.d.], p. 7).

Apesar do caráter progressista da Constituição, a realidade concreta é marcada pela exploração violenta do trabalho, que preserva privilégios por meio de ataques à dignidade humana. O trabalho escravo contemporâneo deve ser compreendido por uma análise social ampla que permita seu enfrentamento e superação.

Leonardo Sakamoto, cientista político e jornalista especializado no tema, em entrevista (Conselho Nacional de Justiça, 2022), observa:

É preciso lembrar por que as pessoas utilizam o trabalho escravo. Muitas pessoas acreditam que se trata de uma questão de bondade ou maldade, pessoas ruins... e, na verdade, não. O trabalho escravo é um instrumento para garantir ganhos econômicos. É um instrumento de poder, claro, mas as pessoas o utilizam para aumentar sua competitividade, melhorar suas capacidades de competição, economizar recursos e não gastar dinheiro. Para ganhar em cima de outro ser humano, reduzido a um instrumento descartável de trabalho. (Conselho Nacional de Justiça, 2022, [s.p.]).

A persistência do trabalho escravo contemporâneo no Brasil revela a continuidade histórica das condições que o sustentam, especialmente no trabalho doméstico, que é majoritariamente reprodutivo, invisibilizado e desvalorizado, apesar de sua importância na reprodução da força de trabalho dentro do capitalismo (ANDRADE et al., 2023). Segundo o DIEESE (s.d.), o país conta com cerca de 5,8 milhões de trabalhadores domésticos, dos quais 67,3% são mulheres negras, cuja precarização e individualização

dificultam a luta coletiva, embora sindicatos tenham avançado em demandas, como a aprovação da PEC das Domésticas em 2013, que equiparou seus direitos aos demais trabalhadores urbanos e rurais, garantindo direitos como limitação da jornada, adicional noturno e FGTS (LIAZIBRA, 2023).

Segundo o juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª região, Jonatas dos Santos Andrade, em entrevista ao veículo de comunicação do Tribunal Superior do Trabalho (2022), ao comentar sobre a equiparação dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas com os de outros trabalhadores, ele afirma:

Os trabalhadores inicialmente protegidos pela Legislação Trabalhista foram os urbanos industriais na Era Vargas, só na década de 60 que os rurais começaram a ser contemplados, e na Constituição de 1988, rurais e urbanos foram equiparados. Mas o doméstico só foi contemplado em 2015, com a PEC de 2015, que lhes promoveu direitos — embora menores que os de um trabalhador comum, como se o trabalho doméstico não fosse digno o suficiente. (Tribunal Superior do Trabalho, 2022, [n.p.]).

A PEC de 2015 representou um avanço ao igualar os direitos das trabalhadoras domésticas aos de outras categorias, mas a Reforma Trabalhista de 2017 gerou retrocessos, agravando a informalidade e a exploração. Entre 2017 e 2022, 54 pessoas foram resgatadas de situações de trabalho escravo doméstico. Já em 2023, o Brasil contabilizou 3.151 resgates de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão em diversos setores da economia, mesmo diante da drástica redução do número de auditores fiscais do trabalho. Desde 1995, mais de 63 mil trabalhadores foram resgatados no país, mas a fiscalização do trabalho doméstico enfrenta barreiras legais, como a inviolabilidade do domicílio, exigindo denúncia e autorização judicial, o que dificulta o combate a essa forma de exploração.

Essa é uma das razões pelas quais o primeiro resgate no serviço doméstico ocorreu apenas em 2017. Brito Filho (2017, p. 24), expõe que a “invisibilidade” do trabalho escravo contemporâneo no Brasil só foi desvelada na zona rural em 1994, após uma denúncia internacional da OEA no caso José Pereira, e no serviço doméstico, a invisibilidade persistiu desde a vigência da Lei Áurea até 2017, quando ocorreu o primeiro resgate de uma trabalhadora doméstica em condições análogas à escravidão.

Como observado, há menos de uma década, o primeiro caso de resgate ocorreu, e ainda estamos em um processo lento e gradual de compreensão dos meandros do trabalho escravo contemporâneo e de intervenção consciente para sua resolução. Recentemente, o trabalho doméstico tornou-se a atividade com o maior número de novos empregadores

na “lista suja” do trabalho escravo, com 43 dos 248 novos nomes inseridos, representando a maior inclusão desde a criação da base de dados, em 2003 (Harari et al., 2024).

Esse crescimento alarmante torna ainda mais urgente o estudo aprofundado e científico do tema, a fim de iluminar uma prática capaz de intervir nesse processo nefasto.

Considerações finais

Este artigo denuncia que o Brasil não rompeu com seus principais legados coloniais e escravistas, que continuam a estruturar a vida de milhões de trabalhadores, especialmente mulheres negras no trabalho doméstico. Apesar de avanços legais, a precarização e a invisibilidade dessas trabalhadoras expõem uma desigualdade estrutural naturalizada e sustentada por uma lógica reatualizada no capitalismo brasileiro, que explora trabalhadoras para preservar a ordem social. O trabalho doméstico, marcadas pela convergência entre as opressões de raça e gênero sob a forma da exploração de classe, são um pilar essencial para a reprodução da força de trabalho, ainda que permaneçam marginalizados e subvalorizados.

O trabalho escravo contemporâneo não é uma exceção ou aberração, mas uma engrenagem estrutural do sistema capitalista subordinado no Brasil, que se alimenta da opressão racial e de gênero para sua reprodução. Enfrentar essa realidade exige ir além de reformas pontuais, impondo uma transformação radical das relações sociais e a construção de uma consciência política crítica que combata as raízes da exploração. A erradicação do trabalho escravo e a dignificação do trabalho doméstico são partes indissociáveis da luta por justiça social e emancipação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Shirley Silveira; ANDRADE, Sayonara Hallin Martins; MOURA, Mayra Santos. A degradância no trabalho doméstico escravizado: um olhar a partir da teoria da reprodução social. *Diké (Uesc)*, [s. l.], v. 22, n. 23, p. 319-343, jan./jun. 2023.

ANDRADE, S. S. et al. Acúmulo de funções no trabalho doméstico remunerado: escravização contemporânea e jornada exaustiva. In: FIGUEIRA, R. R. et al. (Org.). *Trabalho escravo contemporâneo: fenômeno global, perspectivas acadêmicas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023. p. 155-168.

BBC News Brasil. O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo. *Portal G1*, [s. l.], 26 fev. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/o-que-faz-o-brasil-ter-a-maior-populacao-de-domesticas-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CARDOSO, E. M. A invisibilidade do trabalho análogo ao escravo no emprego doméstico feminino brasileiro: uma questão estrutural irresoluta em vias de progresso. In: ANABUKI, L.; CARDOSO, L. (Orgs.). *Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2023. p. 307-332.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Link CNJ - Trabalho escravo doméstico. [S. l.], 2022. 1 vídeo (29:43). Publicado pelo canal do Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ajoepP1WApE&t=540s>. Acesso em: 31 jul. 2024.

CONFORTI, L. P. Trabalho escravo contemporâneo e gênero: quem são as escravizadas em nível mundial e no Brasil?. In: ANABUKI, L.; CARDOSO, L. (Orgs.). *Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2023. p. 39-54.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; BIONDI, Pablo. Uma leitura marxista do trabalho doméstico. *Revista Ltr: Legislação do Trabalho*, São Paulo, v. 75, n. 3, p. 311-317, mar. 2011.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). Brasil 2023 - Trabalho doméstico. [S. l.; s. d.]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/trabalhoDomestico2023.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GONÇALVES, J. C. G. Trabalho doméstico no Brasil: entenda como a prática ainda é ligada à escravidão. *Politize*, [S. l.], 02 dez. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/trabalho-domestico-no-brasil/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GORTÁZAR, N. G. Caso de Madalena, escrava desde os oito anos, expõe legado vivo da escravidão no Brasil. *El País*, São Paulo, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-01-14/madalena-escrava-desde-os-oito-anos-expoe-caso-extremo-de-racismo-no-brasil-do-seculo-xxi.html>. Acesso em: 31 jul. 2024.

HARARI, I. et al. Trabalho doméstico infla crescimento da nova 'lista suja' da escravidão. *Repórter Brasil*, São Paulo, 05 abr. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/04/escravidao-domesticas-lista-suja/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

LIAZIBRA, L. F. Especial: 10 anos depois da PEC, domésticas têm reconhecimento, mas novos desafios se apresentam. *Rádio Senado*, Brasília, 30 mar. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/03/30/pec-das-domesticas-10-anos-de-lei-80-anos-de-luta>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MÁXIMO, W. Brasil resgatou 3,1 mil trabalhadores escravizados em 2023. *Agência Brasil*, Brasília, 03 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-01/brasil-resgatou-31-mil-trabalhadores-escravizados-em-2023#:~:text=O%20Brasil%20resgatou%2C%20em%202023,menor%20nível%20em%2030%20anos..> Acesso em: 31 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Trabalho Escravo Doméstico: pontos de atenção para profissionais do SUAS e do SUS. Brasília, [s. n.; s. d.]. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Principal/Capa/Marcha%20dos%20Prefeitos/Cartilha Trabalho-Escravo SUAS-e-SUS.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/Principal/Capa/Marcha%20dos%20Prefeitos/Cartilha%20Trabalho-Escravo%20SUAS-e-SUS.pdf). Acesso em: 31 jul. 2024.

MOURA, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. *Revista Afro Ásia*, Salvador, n. 14, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PEREIRA, M. R. A invisibilidade do trabalho escravo doméstico no Brasil: reflexões sobre o papel do afeto. In: ANABUKI, L.; CARDOSO, L. (Orgs.). *Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2023. p. 229-255.

SAKAMOTO, L.; CAMARGOS, D. Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio. *Repórter Brasil*, São Paulo, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>. Acesso em: 31 jul. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Trabalho doméstico escravo (Jornada). [S. l.], 2022. 1 vídeo (21:58). Publicado pelo canal do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qu05n46USXc&t=366s>. Acesso em: 31 jul. 2024.

TOMI, E.; TOMI, K. Trabalho doméstico e a mulher negra: o legado da escravidão e a função social do trabalho. In: ANABUKI, L.; CARDOSO, L. (Orgs.). *Escravidão na interseccionalidade de gênero e raça: um enfrentamento necessário*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2023. p. 333-353.

VILELA, P. R. Mulheres negras são 65% das trabalhadoras domésticas no país. *Agência Brasil*, Brasília, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-04/mulheres-negras-sao-65-das-trabalhadoras-domesticas-no-pais>. Acesso em: 31 jul. 2024.

Capítulo 8
**CHINA: ABERTURA ECONÔMICA E INTERAÇÕES GLOBAIS-
LOCAIS. O fluxo de commodities do Porto do Itaqui - MA**

Igor Ferreira Fóscolo
Zulene Muniz Barbosa



**CHINA: ABERTURA ECONÔMICA E INTERAÇÕES GLOBAIS-LOCAIS. O
fluxo de *commodities* do Porto do Itaqui - MA**

Igor Ferreira Fóscolo

*Universidade Estadual do Maranhão; Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em
Economia Política Mundial – UFABC-SP); igorfoscolo1@gmail.com*

Zulene Muniz Barbosa

*Universidade Estadual do Maranhão; Doutora em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo – PUC-SP); zulene.mb@uol.com.br*

RESUMO

Neste artigo analisamos o fluxo comercial de *commodities* entre Brasil e China via Complexo Portuário do Itaqui, no Maranhão e a relação entre o global e o local expressa pela dinâmica de reorganização mundial dos espaços produtivos influenciada pela presença da China no comércio internacional contemporaneamente. Concluímos que essa interação reforça a posição do Brasil como país exportador, sem, no entanto, significar desenvolvimento social no Maranhão.

Palavra-chave: Desenvolvimento Regional. Comércio Internacional. China. Porto do Itaqui.

ABSTRACT

In this article we analyse the flow of commodities between Brazil and China via the Itaqui Harbor Complex in Maranhão and the relationship between the global and the local expressed by the dynamics of the global reorganization of productive spaces influenced by China's presence in international trade at the same time. We conclude that this interaction reinforces Brazil's position as an exporting country, without, however, signifying social development in Maranhão.

Keywords: Regional Development; International Trade; China; Itaqui's harbour.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo analisa o fluxo comercial de *commodities* entre Brasil e China por meio do Complexo Portuário do Itaqui (MA). O objetivo é examinar a relação entre o global e o local expressa pela dinâmica de reorganização mundial dos espaços produtivos influenciada pela presença cada vez maior do gigante asiático no comércio internacional. Na primeira década do século XXI, o Brasil experimentou o *boom das commodities*, período com forte alta dos preços de matérias primas como alimentos, petróleo e recursos energéticos, somado à crescente demanda de economias emergentes, conectadas a uma mudança na conjuntura econômica global, impulsionada pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001.

Em 2013, as importações chinesas cresceram 7%, somando US\$ 1,95 trilhão, que representou 10,3% de todas as importações realizadas globalmente no período (OMC, 2014). Essa relevância cada vez maior no comércio internacional, produziu impactos para o sistema econômico global deslocando os Estados Unidos e Europa, redirecionando-o para o continente asiático. Conforme analisa Jabbour (2021), a capacidade da China em produzir respostas rápidas frente às principais questões globais a posiciona como um dos principais atores da geopolítica internacional. Por outro lado, um dos aspectos centrais dessa projeção foi o aumento de suas relações comerciais, principalmente com economias exportadoras de produtos primários.

É consenso que a entrada da China na OMC, em 2001, contribuiu para ampliar a força política e econômica do Sul global com a expansão dos mercados de países emergentes em especial o conjunto formado pelo Brasil, Rússia, China e África do Sul, o chamado BRICS. No início dos anos 2000, países da América Latina como Argentina, Venezuela, Bolívia e Equador rompem com a programática neoliberal, elegendo líderes progressistas a partir de um giro a esquerda e centro esquerda. Esses governos fortaleceram relações políticas e econômicas orientadas para a integração regional. Blocos de cooperação como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), se consolidaram na região contribuindo para o aumento da participação da América

Latina na economia global. Cabe mencionar que nesse período, o protagonismo do Brasil no processo de integração regional, sob o governo Lula, ultrapassou o contexto do Cone Sul e passou a abranger todo o subcontinente (FUSER, ABRÃO, 2020. p. 243).

No rastro deste processo, o Estado Chinês aproximou-se de países latino-americanos, estabelecendo relações de cooperação bilateral e investimentos em projetos de infraestrutura, fortalecendo a interconexão e fomento comercial como estratégia de atuação externa. Como um dos exemplos, podemos citar o Fórum China-CELAC, criado em 2014 com o objetivo de promover a cooperação entre a China e países latino-americanos. No caso brasileiro, o aumento da relação comercial com a China produziu uma demanda interna pela ampliação da produção de matérias primas para atender ao mercado externo, mas também, investimentos visando o aumento da eficácia do transporte e escoamento de mercadorias.

No estado do Maranhão, *commodities*⁴ agrícolas e minério de ferro movimentam um acentuado fluxo de mercadorias via Complexo Portuário do Itaqui. Em 2023, o estado exportou 5,1 bilhões de dólares no qual a soja somou US\$ 2,1 bilhões (IMESC, 2023). Atualmente, o Complexo Portuário do Itaqui é referência estratégica para a logística de escoamento e exportação de produtos brasileiros, principalmente *commodities* como minério de ferro e soja, o que lhe confere relevância no atendimento da crescente demanda por exportação de matérias primas, incidindo por meio de sua hinterlândia, regiões para além de seu entorno imediato como, por exemplo, as regiões centro-oeste e sudeste. Além disso, oferece condições infra estruturais para que o Brasil se mantenha entre os principais exportadores de produtos primários da região latino-americana.

2. A INSERÇÃO DA CHINA NA AMÉRICA LATINA

Na análise do fluxo comercial entre China e Brasil (Maranhão incluso) é possível identificar aspectos amplamente discutidos por Ruy Mauro Marini (2000) na sua obra já clássica “A dialética da Dependência”, análise com a qual estabelecemos pontos de contato com o método do materialismo histórico como caminho explicativo teórico-prático para o entendimento da realidade em permanente processo de transformação.

⁴ A balança comercial do Maranhão se caracteriza pela exportação de *commodities*, notadamente a Soja, Alumínio, Celulose e Minério de Ferro estão entre os produtos mais exportados. Sobre as importações, a pauta concentra-se em combustíveis e lubrificantes, Álcool/Etanol e Fertilizantes (IMESC, 2023).

Assim, para compreender a influência da China no continente latino-americano na contemporaneidade, é imprescindível contextualizar o cenário da experiência neoliberal durante a década de 1990. Andersom (1995) analisa a profunda recessão do capitalismo nos anos 1970 e destaca a crise da dívida pública de países ocidentais com dimensões alarmantes, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos. A partir de 1991, esses índices econômicos tornaram-se sombrios nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) haja vista a produção de 38 milhões de desempregados. Petras (1999) vai destacar a reestruturação neoliberal como elemento chave na mobilidade do capital de uma região geográfica a outro, de um setor da economia a outro. O reformismo neoliberal adotou uma perspectiva puramente mercantil, tendo como horizonte uma economia globalizada (SALLUN. JR. p.264, 2011). Essa noção de globalização neoliberal, conforme analisa Boito Jr (1999), apresenta o espaço econômico internacional como um grande mercado homogêneo e livre da intervenção estatal; espaço este que seria produzido pela existência e atuação das multinacionais.

A partir dessa premissa, os economistas estadunidenses elaboram o receituário político-econômico neoliberal, traduzido no consenso de Consenso de Washington consubstanciado em um conjunto de medidas de austeridade econômica/fiscais e controle cambial direcionada aos governos latino-americanos. A experiência neoliberal nos anos 1990, provocou um aberto processo de desindustrialização nas economias da América Latina, diminuindo o peso do Produto Interno Bruto. A própria abertura comercial desorganizou a cadeia produtiva de determinados setores industriais, diminuindo a competitividade das empresas e ao mesmo tempo, causando um quadro de déficit nas trocas com o mercado externo. No Brasil, o agronegócio se beneficiaria desse processo de desindustrialização.

Associado ao processo de abertura comercial e financeira combinada com uma taxa de câmbio estabilizada, o Agro concentra a produção de uma monocultura direcionada para a exportação, ao mesmo tempo, que auxilia o aumento do fluxo de chegada de dólares na economia brasileira, gerando divisas para remuneração do capital financeiro nacional e internacional.

Ao longo dos anos 1990, devido aos efeitos catastróficos do Consenso de Washington perdeu força com a emergência de lideranças progressistas na Venezuela, Brasil, Uruguai e Equador. Esses governos eleitos pelo voto popular transitaram para uma agenda desenvolvimentista. A eleição de Hugo Chávez, em 1998, marca o início do

fenômeno que ficou conhecido como “Onda Rosa. A agenda política era a projeção dessas economias e o fortalecimento do Sul Global (América Latina, África e Ásia), posição que ganhou força dentro dos fóruns políticos regionais tendo como desdobramento o aumento das relações comerciais entre países latino-americanos e China ocorre na esteira deste processo. Esse aspecto é importante para a análise da estratégia chinesa e o aumento da sua presença no continente.

A ascensão econômica e política da República Democrática da China (RDC), no século XXI, configurou-se como um importante processo de transformação da economia e na política internacional contemporânea. A China em duas décadas salta de uma condição periférica para o centro do sistema econômico global, (VADELL et al. 2016). A relação entre China e o Sul Global, se movimenta pelo aumento do fluxo comercial de *commodities* no setor de energia e produtos manufaturados. Neste novo cenário, (VADELL et al. 2016) elucidam para uma nova “*network power*”, uma lógica de relacionamento entre centro-periferia atrelada às relações de troca e fluxos de investimentos, sob o chamado “Consenso Asiático”. Este novo consenso se coloca como uma alternativa ao modelo de desenvolvimento neoliberal baseado em três condições: 1) inovação e experimentação constante; 2) ênfase dada pela China para a qualidade de vida, principalmente equidade e sustentabilidade, em questões de desenvolvimento; 3) o princípio de “autodeterminação”, que deixa de lado os ditames, as condicionalidades e as orientações do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

O Consenso Asiático seria um modelo de desenvolvimento particular (chinês) cuja estratégia poderia ser imitada por outros países em desenvolvimento, a partir de uma nova perspectiva de crescimento econômico. Ou seja, o Consenso Asiático, enquanto uma *network power* entre a China e regiões em desenvolvimento se relaciona, muito mais, a uma alternativa comercial para as economias da América Latina compensando, de certa maneira, a relação Norte-Sul pós Consenso de Washington.

Nesse novo contexto, o Maranhão se torna potencialmente estratégico para a manutenção da parceria comercial entre Brasil e China por oferecer condições de infraestrutura. Somente no intervalo entre janeiro e novembro de 2023, o estado movimentou 5,1 bilhões de dólares em exportação, dentre os quais a soja foi o produto mais exportado em termos de valor, US\$ 2,1 bilhões (IMESC, 2023). Deste total, 74,6% da soja produzida no estado foi vendida para a China, correspondendo US\$ 1,9 bilhão do produto exportado. A dinâmica entre o global e o local, neste contexto, pode ser

vislumbrada a partir das relações entre o fluxo de comércio entre dois países. A contrapartida social e ambiental deste processo de modernização, porém, tem impactado negativamente no desenvolvimento socioeconômico de populações inseridas na “rota de exportação”, particularmente, aquele contingente residente em áreas próximas à Linha de Ferro Carajás.

2.1 O Maranhão, o Porto do Itaqui e os fluxos comerciais: Interações entre o global e o local

O Complexo Portuário do Itaqui iniciou suas atividades em julho de 1974, sendo administrado pela Empresa Maranhense de Administração Portuária⁵ (Emap) desde 2001. A Baía de São Marcos é a maior da costa norte do Brasil, e oferece acesso aquaviário ao porto com canais de grande profundidade, costa baixa, além disso, possui naturalmente a maior variação de maré do mundo, o que permite o atracamento excepcional de navios de grande porte (EMAP, 2018). Podemos considerar, também, o aspecto multimodal (ferrovia, rodovia e hidrovia) do Complexo Portuário do Itaqui, que possui acesso terrestre pelas rodovias BR-135, BR-402 e BR-222, Ferrovia Norte-Sul e a já citada Estrada de Ferro Carajás.

Do ponto de vista infraestrutural, o Complexo Portuário do Itaqui representa um ponto estratégico devido à localização privilegiada próximo de grandes centros consumidores (Europa, Ásia e Estados Unidos), reforçando ao mesmo tempo, a posição do Brasil como um dos principais produtores de matérias-primas. O Itaqui é a referência para a logística de escoamento e exportação de produtos brasileiros, principalmente *commodities*., fato que lhe confere uma posição estratégica para atender à crescente demanda por exportação de matérias-primas. Entretanto, os reflexos deste modelo de desenvolvimento escancaram, também, as assimetrias entre o aumento do fluxo comercial de *commodities* e os índices de desenvolvimento humano (IDH) no estado.

No que diz respeito à dinâmica das operações, percebe-se a correlação entre a ampliação, modernização e diversificação das operações portuárias e o aumento da relação comercial entre Brasil e China. Conforme o Plano Mestre do Complexo Portuário

⁵ O Governo do estado do Maranhão, por intermédio da Empresa Maranhense de Administração Portuária – Emap, recebeu da União a incumbência de explorar e administrar o Porto Organizado do Itaqui, através do Convênio de Delegação Nº 016/2000 de 1º de fevereiro de 2001, em sucessão à Codomar - Companhia das Docas do Maranhão (EMAP, 2023).

do Itaqui, a projeção da demanda de cargas se baseia, numa metodologia que caracteriza o contexto econômico e concorrencial no qual está inserido. Em relação à projeção de demanda de exportação de soja, a China figura, hoje, como maior importador da *commoditie*, além do aumento expressivo da exportação de minério de ferro. Isso produz um efeito significativo na dinâmica das operações portuárias do Itaqui. Portanto, a dinâmica entre o global e o local é marcada cada vez mais por determinações de caráter transnacional (BARBOSA 2006).

Essa interdependência traz vantagens pontuais para o estado em relação à modernização de infraestruturas necessárias para realização dessa pauta exportadora, embora a contrapartida social e ambiental desse processo de modernização impacta negativamente no desenvolvimento social de populações inseridas na “rota de exportação”, principalmente aquelas residentes em áreas próximas à Linha de Ferro Carajás que, embora não participem diretamente do processo, sofrem os efeitos do “chamado desenvolvimento”

Para ilustrar este cenário, o gráfico (gráfico 01) a seguir demonstra o fluxo comercial de exportação do Maranhão para a China, feito por meio do fluxo marítimo, no qual o Complexo Portuário do Itaqui representa o ponto de partida para todas as exportações. Pode ser observada, no gráfico, a série histórica das exportações, compreendendo o período entre 2000 e 2015.

O fluxo de exportação do Maranhão para a China apresentou crescimento durante os primeiros anos do século XXI, nomeadamente até a crise de 2008, período em que as exportações sofrem uma queda abrupta em função das consequências geradas pela grande crise financeira global de 2008. Embora entre 2008-2009 o fluxo de valores exportados tenha sofrido uma queda de cerca de 50%, a partir de 2010 o comércio retorna à sua tendência de crescimento.

Gráfico 01: Exportações do Maranhão para a China (série histórica)



Exportações para a China a partir do estado do Maranhão (série histórica) / Fonte: Comex Stat -
Elaboração própria

O que se observa é uma forte influência chinesa na economia regional e os efeitos que o aumento dessa influência gera nas cadeias produtivas da soja, eucalipto e mineração no estado. Além do setor agrícola, outras atividades econômicas como indústria e serviços também se beneficiam do aumento da influência chinesa no Maranhão. É importante sublinhar que os governos do Maranhão possuem importante papel na estruturação desse planejamento estratégico voltado para realização dessas mudanças estruturantes. Cabe considerar os efeitos (negativo e positivo) que essa dinâmica comercial produz para efeito de desenvolvimento regional do Maranhão e de que modo pode gerar benefícios para o estado.

3. CONCLUSÃO

Na medida em que a China vem se consolidando como potência regional hegemônica com forte influência no contexto geopolítico do sistema internacional, percebemos um processo de reorientação do epicentro econômico global se deslocando para a Ásia.

A presença da China por meio do fluxo de *commodities* gera efeitos significativos, entre eles o processo de ampliação e modernização do Complexo Portuário do Itaqui para atender à crescente demanda do mercado externo, em particular, a demanda por produtos primários brasileiros. Deve ser considerado que, embora o comércio internacional realizado, por meio do Itaqui, seja relevante para o Brasil, como país produtor de matéria-prima, reitera -se aqui a condição histórica do Maranhão como estado agroexportador incapaz de oferecer uma perspectiva de desenvolvimento regional efetivo no âmbito de um modelo de desenvolvimento excludente materializado na subordinação da máquina estatal aos interesses das oligarquias regionais (BARBOSA, 2003). Certamente, as soluções vão requerer medidas de curto e longo prazo, orientadas por metas que incluam mudanças estruturais que ultrapasse os limites da necessidade de expansão dos mercados e possa produzir novas condições históricas. Nesse sentido, é imperativo retomarmos as proposições de Ruy Mauro Marini.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Z. (2004). **As “temporalidades” da Política no Maranhão**. Lutas Sociais, (9/10), 19–26. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18970>;

BARBOSA, Z. M.; PEREIRA, J. J.; MOTA, Célia Maria da; FERREIRA, Nilce Cardoso. MESQUITA, B. A. **Formação socioeconômica do Maranhão**. In: Edna Ramos de Castro; Índio Campos. (Org.). *Formação Socioeconômica da Amazônia*. 1ed. Belém: Biblioteca do NAEA/UFPA, 2015, v. 2, p. 1-640;

BARBOSA, Z. M. **A rota dos grandes projetos no Maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional**. In: Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina? Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro?, 2013, Londrina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina/2013. Londrina, 2013. v. 1. p. 38-46. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf;

BRASIL. Ministério dos Transportes, Portos e Viação Civil. **Plano Mestre do Complexo Portuário do Itaqui**. Brasília: MTPA/SNP; UFSC/LabTrans, abril de 2018;

BOITO JR., Armando. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, p. 271-296, 2006;

BOITO JR., Armando. **A política neoliberal é sindicalismo no Brasil**. Xamã. São Paulo. 1999;

CARIELLO, Tulio. **"Investimentos chineses no Brasil: Histórico, tendências e desafios globais (2007-2020)"**. Rio de Janeiro: Conselho Empresarial Brasil-China (2021). Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>;

CONTINI, E; et.all. **Complexo Soja – Caracterização e Desafios Tecnológicos**. Série Desafios do Agronegócio Brasileiro (NT1), 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/0/COMPLEXO+SOJA++Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+e+Desafios+Tecnol%C3%B3gicos/709e1453-e409-4ef7-374c-4743ab3bdcd6> Acesso em: janeiro de 2024;

COMEXSTAT (2016). Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/municipio> Acesso em: 20/11/23;

COUTINHO, N. C. **O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas**. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Fiocruz, p.173-200, 2007;
DA SILVA, Fabricio Pereira. O fim da onda rosa e o neogolpismo na América Latina. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, p. 165-178, 2018;

EMAP. Disponível em: <https://www.portodoitaqui.com/porto-do-itaqui/planejamento-portuario>, 2023;

FERREIRA, A. J. de A. (2021). **O complexo portuário de São Luís do Maranhão na economia contemporânea**: indicações para debate. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, 7(20), e202135. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2446-6549.e202135>. Acesso em: 8 jan. 2023;

FUSER, I; ABRÃO, R. **Integração energética na América do Sul: perspectivas, impasses e obstáculos**. *Brazilian Journal of Latin American Studies*, (2020). 19(37), Disponível em: 240-267. <https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2020.171246>. Acesso em: 8 jan. 2023;

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis **China contemporânea: seis interpretações**. Cap 02: Apontamentos sobre a geopolítica da China. Belo Horizonte: Autêntica, 2021;

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. **A (nova) Economia do Projeto como estágio superior do socialismo chinês**. *Revista Desenvolvimento e Civilização*, 2021;

JABBOUR, Elias; GABRIELE, Alberto. **China: o socialismo do século XXI**. Boitempo Editorial, 2021;

MARINI, R.M. **Dialética da dependência / uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**; organização e apresentação de Emir Sader. Petrópolis, RJ; Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000;

PINHEIRO, J. S. **Investimento em infraestrutura portuária: Uma análise da exportação de soja no Terminal de Grãos do Maranhão**. 2018. 100f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico/CCSO) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís. Disponível em: <https://tede2.ufma.br/jspui/handle/tede/2186> Acesso em: janeiro de 2024. SALLUM, JR. B. Governo Collor: **O reformismo Liberal e a Nova Orientação da Política Externa Brasileira**. *Revista de Ciências Sociais*, vol 54, nº 2, p.259-288, 2011;

WTO. **Modest trade growth anticipated for 2014 and 2015 following two Years slump**. Press releases (abril/2014), 2014. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/pres14_e/pr721_e.htm;

_____. **Boletim de Conjuntura Econômica Maranhense**. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC). -Vol. 11, no. 3 (jul./set.) 2023. – São Luís, 2019. Disponível em: <https://imesc.ma.gov.br/src/upload/publicacoes/46f67328d6889caa56b8b1d3eacad0d6.pdf> Acesso em: janeiro de 2024;

Capítulo 9
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE
CRÍTICA: para além da técnica, um compromisso com a
transformação social

Deysianne Myrelle dos Santos Baier

Cryslaine Pinheiro da Silva

Ana Cristina Brito Arcoverde

Segislane Moésia Pereira da Silva

Vanessa Karla Souza Pessoa



**AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE CRÍTICA: para
além da técnica, um compromisso com a transformação social**

Deysianne Myrelle dos Santos Baier

*Especialista em Projetos e Políticas Sociais pela União Brasileira de Faculdades (UniBF),
Graduada em Serviço Social. E-mail: deyseebaier@gmail.com*

Cryslaine Pinheiro da Silva

*Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: pinheirocryslaine@gmail.com*

Ana Cristina Brito Arcoverde

*Professora Doutora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE). E-mail: ana.arcoverde@gmail.com*

Segislane Moésia Pereira da Silva

*Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: segislane15@gmail.com*

Vanessa Karla Souza Pessoa

*Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: vanessapessoa@estudante.ufscar.br*

RESUMO

O artigo propõe uma abordagem crítica da avaliação de políticas públicas, questionando o predomínio de critérios técnico-gerenciais como eficiência, eficácia e efetividade, frequentemente dissociados das determinações históricas e sociais. Parte-se do entendimento de que a avaliação é uma prática política e socialmente situada, que deve considerar a totalidade das contradições do capitalismo dependente. A partir do materialismo histórico-dialético, destaca-se a qualidade como categoria central e ainda marginalizada nos processos avaliativos, compreendida em suas dimensões objetivas, subjetivas e ético-políticas. O Serviço Social é apresentado como campo estratégico para tensionar a lógica tecnocrática e contribuir com práticas avaliativas comprometidas com a transformação social, os direitos coletivos e a emancipação humana. Assim, o artigo defende que avaliar é também um ato de resistência diante das desigualdades e das disputas por projetos societários em curso.

Palavras-chaves: Avaliação crítica de políticas públicas; Qualidade como categoria política; Serviço Social.

ABSTRACT

The article proposes a discussion, based on the historical and dialectical materialist method, according to the reality of adolescents in the Brazilian socio-educational system who use psychoactive substances and the interface with the structural racism characteristic of class society. The exploitation of labor sustains the capitalist system, and the impacts of this relationship directly interfere with the possibilities for social and political organization of the working class. It starts from the understanding that every class struggle is a political struggle. Attempts at the organization of the global working class will be briefly explored and related to the national reality with observations that address the challenge of constituting political subjects who effectively propose human emancipation.

Keywords: socio-educational system; political subjects; human emancipation.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação de políticas públicas tem ganhado destaque nas ciências sociais aplicadas, diante da demanda por transparência, controle social e efetividade das ações estatais. No entanto, tratá-la como um exercício técnico e neutro é um equívoco. Como destaca Arcoverde (2019), mesmo baseada em técnicas, a avaliação é uma prática política, pois envolve escolhas sobre o que, como e para quem avaliar. Abordagens focadas apenas

em indicadores e metas gerenciais tendem a ignorar contradições e disputas presentes nas políticas públicas.

Partimos da ideia de que a avaliação é uma produção de conhecimento socialmente situada e que a política pública expressa interesses de classe em disputa (Arcoverde; Albuquerque, 2019). Assim, a avaliação vai além da eficiência, eficácia e efetividade, podendo contribuir para a equidade nas respostas estatais às demandas sociais. Ainda que úteis, os critérios técnico-gerenciais precisam ser problematizados, sobretudo quando desconsideram as estruturas do capitalismo dependente. Uma política pode ser eficaz em números, mas inefetiva em transformar vidas se não enfrentar os mecanismos que perpetuam a desigualdade.

O Serviço Social, com sua leitura crítica da realidade, contribui para tensionar essa lógica, defendendo uma avaliação comprometida com a transformação social. Este artigo busca ampliar o debate sobre os critérios de avaliação, destacando a qualidade — conceito valorizado por Arcoverde — como categoria crítica ainda marginalizada. A qualidade, nesse sentido, é relacional, histórica e política, refletindo as mediações entre política pública, condições de vida e projetos societários.

Nosso objetivo é contribuir para uma abordagem crítica da avaliação das políticas públicas, tendo a qualidade como categoria central articulada à totalidade das determinações sociais. Entendemos que a avaliação, quando ancorada na crítica social, torna-se instrumento de leitura do real e intervenção política, apreendendo as respostas estatais em sua materialidade e historicidade.

Adotamos o materialismo histórico-dialético como método, por sua capacidade de articular a questão social à totalidade da sociabilidade capitalista (Netto, 2011). A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica crítica, com ênfase na tradição teórico-metodológica da avaliação de políticas e programas sociais.

O artigo se organiza em quatro seções: a primeira discute a avaliação como prática política que traz a crítica de sua função meramente técnica; a segunda conceitua os critérios de eficiência, eficácia e efetividade à luz da crítica marxista; a terceira aprofunda a qualidade como valor crítico em suas múltiplas dimensões; e a quarta apresenta as contribuições do Serviço Social para uma avaliação comprometida com os direitos sociais e a transformação das condições de vida da classe trabalhadora. Finalizamos com nossas considerações.

2. A AVALIAÇÃO PARA ALÉM DA TECNOCRACIA E NOS RUMOS DA ANÁLISE CRÍTICA

A instituição do Decreto Federal nº 5233 de 06/10/2004 e do art. 8º, §9º da Lei Federal nº 10.933/2004 foi um importante marco para a garantia do reconhecimento e importância da avaliação compulsória, enquanto instrumento de planejamento do Estado Brasileiro, sendo incorporadas em unidades de monitoramento, vinculadas às Secretarias de Estado nos três níveis de gestão. Essa mudança de paradigma foi instituída a partir do processo de redemocratização brasileira com o avanço do neoliberalismo e atravessou um cenário também de retrocessos, no momento pós golpe, no período recente em que as políticas públicas a partir da Emenda Constitucional (EC) 95 (PEC 251, PEC do teto) tiveram desfinanciamento público abrupto o que tem causado impactos negativos no acesso e ampliação dos direitos sociais até os dias atuais.

De acordo com as características da política pública brasileira, com recorte mínimo para as demandas sociais e privilégio máximo de investimentos para o capital financeiro, o processo de avaliação tende a possuir uma dimensão tecnocrática em detrimento de uma dimensão política, que de fato possa alterar os cenários de desigualdades a que estamos submersos.

De acordo com Behring e Boschetti (2008), os direitos sociais no Brasil emergem da luta de classes a partir da reivindicação dos direitos trabalhistas a fim de se ampliarem os direitos políticos e civis no período da ditadura militar, ou seja, a instituição e objetivos da política social brasileira têm total relação com a luta de classes.

Conforme Arcoverde (2012, p.18), política pública é tomada de decisão, é ação do Estado, refere-se às políticas realizadas pelas instituições públicas, cuja razão de ser consiste em responder às demandas sociais na qualidade de bem público [...]. Para isso há uma aposta na indicação de critérios que possam intervir no alcance das questões públicas para além da eficácia e da eficiência das políticas, muita das vezes desarticuladas da avaliação dos princípios e fundamentos que as orientam. Sugere-se que as questões sociais merecem ser enfrentadas e assim superar as desigualdades sociais e a ampliação de direitos a partir da compreensão do papel do Estado.

O processo avaliativo das políticas públicas, não se faz no campo da neutralidade, o que indica a necessidade de discutir, qual o método e perspectivas se baseiam: ora numa lógica positivista, compreensiva ou materialista, conforme cita Arcoverde (2021).

A avaliação descritiva de cunho positivista e fenomenológica (compreensiva) se detém nas análises de cunho mais quantitativo a partir de uma lógica gerencialista, focada na produtividade e nos resultados, já a perspectiva materialista numa concepção de avaliação crítica, dialética, comprometida com as lutas sociais dos sujeitos a quem interessam os resultados dos estudos. Os espaços de controle social, que de fato traduzem as necessidades da população, precisam ser incorporados na relação dialética entre Estado e Sociedade, a fim de serem traduzidas as reais necessidades da população na incorporação das agendas estatais, a fim de se garantir governança e governabilidade.

Determinadas áreas são priorizadas em um processo avaliativo que outra, sendo estas escolhas mediadas por interesses políticos, mesmo apoiada por técnicas e instrumentos bem elaborados. Segundo Figueiredo (1996), a avaliação é considerada um fator importante para se mudar o rumo de uma política, mesmo que não se configure como uma avaliação de política pública no sentido restrito, mas considera importante que se garanta avaliações políticas.

Contudo os caminhos que se esperam de um processo avaliativo de políticas públicas é que se rompa a mera realização de análises descritivas de caráter superficiais para garantir mediações que incluam as origens das problemáticas, seus principais desafios e estratégias de gestão de cunho participativo que sirva diretamente para enfrentar as demandas da classe trabalhadora.

A perspectiva é de enaltecer as pautas de caráter coletivo e tão caras para o povo brasileiro que ainda se mantém invisibilizadas e não priorizadas, a exemplos de discussões e questões fundamentais relacionadas às populações mais vulnerabilizadas e estigmatizadas de nossa sociedade. Por isso, é necessário problematizar os critérios clássicos da avaliação, como eficiência, eficácia e efetividade, à luz das contradições sociais que atravessam as políticas públicas.

3. EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE: LIMITES E POSSIBILIDADES NA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Os critérios de eficiência, eficácia e efetividade são amplamente utilizados na avaliação de políticas públicas, especialmente sob abordagens técnico-gerenciais que privilegiam a mensuração de resultados quantitativos e o alcance de metas previamente estipuladas. No entanto, sob uma perspectiva crítica, como a defendida pelo Serviço

Social, esses critérios precisam ser problematizados à luz das determinações estruturais do capitalismo e das mediações concretas que atravessam a formulação e implementação das políticas sociais.

Eficiência diz respeito ao uso otimizado dos recursos disponíveis, buscando realizar determinada ação com o menor custo possível. Avaliar uma política sob esse critério implica verificar se ela realiza suas ações com o menor custo possível, no menor tempo e com o mínimo de desperdício. Em termos administrativos, trata-se de uma relação entre insumos e produtos (inputs e outputs) (Arcoverde, 2019).

Enquanto que a eficácia refere-se à capacidade da política de alcançar os objetivos propostos. Uma política é eficaz quando atinge os resultados esperados. É, portanto, uma medida de cumprimento de propósitos formais (Arcoverde, 2019).

A efetividade, por sua vez, envolve a análise do impacto concreto da política sobre as condições de vida dos sujeitos, extrapolando os resultados imediatos e mensuráveis (Arcoverde, 2019). Trata-se de saber se as ações estatais, além de eficientes e eficazes, promovem mudanças significativas e duradouras nas situações de vulnerabilidade, exclusão ou injustiça social. Contudo, como destaca Arcoverde (2012, p. 18), políticas públicas devem ser pensadas “com excelência, e claro com eficiência, eficácia e efetividade no sentido da democracia e da reversão das desigualdades sociais”.

Apesar de sua utilidade técnica, esses critérios podem ser insuficientes ou até mesmo enganosos quando descontextualizados das contradições sociais e políticas que permeiam a realidade brasileira. Como afirmam Arcoverde e Albuquerque (2019), “é possível que uma política pública atinja eficácia em termos quantitativos e, ainda assim, permaneça inefetiva quanto à sua capacidade de transformar as condições de vida dos sujeitos”, especialmente quando não enfrenta os mecanismos estruturais de produção da desigualdade.

Nesse sentido, o Serviço Social propõe uma leitura crítica desses critérios. A avaliação não deve se restringir ao cumprimento de metas numéricas ou à produtividade técnica, mas considerar as mediações histórico-sociais, os sujeitos envolvidos e os projetos societários em disputa. Avaliar, portanto, é compreender a política pública como uma síntese contraditória das lutas sociais, sendo necessário verificar para quem ela funciona e com que efeitos sociais, como ressalta Albuquerque (2019).

Portanto, uma política pode ser eficiente em termos de custos e eficaz em seus indicadores formais, mas ainda assim inefetiva se não promover mudanças significativas

na vida da população usuária, sobretudo da classe trabalhadora. Assim, como argumenta Arcoverde (2019), “quando tomados como fins em si mesmos, esses critérios esvaziam a análise de conteúdo político e de compromisso social”, reforçando uma racionalidade instrumental que ignora as múltiplas dimensões da realidade concreta. Diante desses limites, a categoria qualidade surge como uma alternativa teórico-política fundamental para qualificar o processo avaliativo de forma crítica.

4. QUALIDADE COMO ELEMENTO TEÓRICO E POLÍTICO NA AVALIAÇÃO: BREVE APONTAMENTOS

Embora os estudos sobre avaliação de políticas públicas tenham avançado, Arcoverde (2019) aponta uma lacuna teórico-metodológica importante: a ausência da qualidade como valor crítico central. Predominam abordagens técnico-gerenciais focadas em eficiência, eficácia e efetividade, frequentemente descoladas das determinações históricas e sociais que moldam a política pública. Contra essa lógica, Arcoverde (2019) propõe uma ampliação que insere a qualidade na perspectiva da totalidade histórica e política, indo além da métrica e da quantificação.

Sem pretender esgotar o tema, este texto busca evidenciar a centralidade da qualidade na avaliação crítica das políticas públicas. Avaliar, assim, não é apenas mensurar metas e resultados, mas compreender como as políticas são formuladas, implementadas e apropriadas nas contradições da sociedade capitalista. A qualidade é entendida como expressão das relações sociais, mediações institucionais e disputas materiais que atravessam o campo das políticas públicas.

Reconhecendo a política pública como resultado de correlações de forças entre classes sociais, torna-se essencial adotar a qualidade como critério avaliativo comprometido com a transformação das condições de vida dos sujeitos, valorizando suas vivências e lutas por direitos. Essa abordagem exige metodologias qualitativas e dialéticas, que articulem experiências singulares às determinações estruturais, considerando dimensões objetivas, subjetivas e substantivas.

A qualidade desafia a neutralidade das abordagens tradicionais, reafirmando a política como campo de disputa. Na proposta de Arcoverde (2019), ela permite construir sínteses críticas que contextualizam tanto as universalidades quanto às particularidades

das políticas sociais, transformando a avaliação em instrumento estratégico de intervenção e posicionamento diante de projetos societários em confronto.

Nesse horizonte, destacam-se cinco aspectos conceituais da qualidade na avaliação:

1. *Qualidade como expressão da totalidade social:* A partir do materialismo histórico-dialético, conforme Netto (2011), a qualidade deve ser compreendida como expressão das determinações sociais amplas que estruturam a realidade. Isso demanda metodologias críticas que superem a quantificação e resgatem os sentidos, contradições e experiências dos sujeitos. Avaliar com base na qualidade implica reconhecer a avaliação como prática político-pedagógica e geradora de conhecimento socialmente situado.

2. *Qualidade como valor de excelência:* A qualidade é medida historicamente pelos efeitos concretos das políticas sobre a vida dos sujeitos. Uma política não é “boa” ou “má” em termos abstratos, mas conforme sua capacidade de garantir direitos, ampliar a autonomia e promover mudanças estruturais. Um programa pode ser eficaz quantitativamente, mas de baixa qualidade crítica se não rompe com as raízes da desigualdade.

3. *Qualidade como propriedade essencial da política:* A qualidade revela o conteúdo de classe e o projeto societário de uma política. Avaliá-la é entender se ela amplia cidadania e direitos ou reforça mecanismos de controle, fragmentação e mercantilização. Dois programas habitacionais podem gerar casas, mas apenas um pode afirmar a moradia como direito e não como mercadoria.

4. *Qualidade como vivência concreta dos sujeitos:* A experiência dos usuários deve ser central. Avaliar a qualidade implica considerar acolhimento, escuta, continuidade e respeito. Mesmo com acesso formal, a ausência desses elementos pode comprometer a percepção da política. A subjetividade é uma categoria mediada pela objetividade e expressa nas relações sociais.

5. *Qualidade como dimensão ético-política:* Toda avaliação envolve posicionamento ético. A qualidade está relacionada ao compromisso com a emancipação, ampliação de direitos e democratização. Por exemplo, uma política educacional voltada apenas para desempenho padronizado pode ignorar a formação crítica e cidadã. A avaliação precisa, então, refletir sobre o projeto de sociedade que orienta a política analisada.

Nesse contexto, é no exercício profissional do Serviço Social que a concepção crítica de qualidade encontra expressão prática. A seguir, destacam-se as contribuições dessa profissão para uma avaliação comprometida com os direitos sociais e a transformação das condições de vida da população.

5. CONTRIBUIÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL PARA UMA AVALIAÇÃO CRÍTICA

O Serviço Social, por sua natureza comprometida com a transformação social e a defesa dos direitos, tem um papel essencial na construção de uma avaliação crítica das políticas públicas. Diferente das abordagens meramente técnicas e quantitativas, a profissão propõe uma leitura que considera os sentidos, limites e impactos dessas políticas na vida concreta da população, especialmente dos mais vulneráveis.

Segundo Arcoverde (2019), um dos principais equívocos das abordagens tradicionais é tratar a avaliação como algo neutro e exclusivamente técnico. Avaliar, na verdade, é tomar posição diante de projetos de sociedade em disputa. Por isso, a avaliação deve ser compreendida como uma prática política, atravessada por escolhas e interesses.

Essa perspectiva crítica está alinhada à tradição do Serviço Social, que articula as expressões da questão social às estruturas mais amplas da sociedade. Para além de metas e indicadores, a profissão busca compreender como as políticas afetam, de fato, as condições de vida dos sujeitos. A qualidade, nesse sentido, é entendida como categoria histórica, relacional e política — refletindo se há ou não transformação social (Arcoverde, 2019).

A prática profissional também evidencia que a avaliação precisa incorporar os sujeitos e suas experiências, rompendo com a lógica tecnocrática. Como destaca Arcoverde (2016), trata-se de um processo dialético, que articula vivências individuais às determinações sociais mais amplas.

Essa leitura encontra respaldo em autores como Iamamoto (2008), ao defender que o exercício profissional deve estar inserido em um projeto ético-político de enfrentamento às desigualdades. Avaliar, nessa ótica, significa perguntar: a quem essa política serve? Que impactos ela gera? Quais necessidades são (ou não) atendidas?

O cotidiano do assistente social oferece, assim, elementos valiosos para compreender a efetividade concreta das políticas públicas. Como destaca Guerra (2009),

é necessário ir além da descrição dos fenômenos e propor caminhos que ampliem direitos e fortaleçam a cidadania.

Nesse processo, a escuta dos usuários e o diálogo com os territórios se tornam centrais. A avaliação ganha potência quando se torna participativa, valorizando os saberes populares e revelando as contradições muitas vezes invisíveis nas análises quantitativas. Como afirma Albuquerque (2019), não basta saber se uma política funciona — é preciso saber para quem ela funciona e com quais efeitos.

Por isso, o Serviço Social propõe uma avaliação ética e emancipadora, que contribua para a denúncia das desigualdades, a valorização das resistências e a construção de alternativas mais justas e democráticas (Arcoverde, 2019).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De longe foi nossa pretensão esgotar a discussão sobre a importância da qualidade como valor crítico neste texto, mas contribuir para uma abordagem crítica que reconheça a avaliação como processo político e ideológico, marcado por projetos societários em disputa. Romper com o reducionismo dos critérios tradicionais — eficiência, eficácia e efetividade — é essencial para superar a lógica gerencialista e neoliberal predominante.

Ao propor a qualidade como valor central, ampliamos o campo avaliativo para além de métricas quantitativas, incorporando suas dimensões substantiva, subjetiva e totalizante, o que possibilita captar os sentidos, experiências e contradições vividas pelos sujeitos das políticas públicas. Avaliar criticamente é, portanto, compreender o que as políticas realizam, para quem e a serviço de quais interesses.

Nessa perspectiva, que articula o materialismo histórico-dialético à tradição crítica do Serviço Social, a avaliação revela as formas pelas quais o Estado atua ora garantindo direitos, ora reproduzindo desigualdades e contenção social. O Serviço Social desempenha papel estratégico ao oferecer instrumentos que tensionam leituras tecnicistas e promovem avaliações socialmente situadas e ético-politicamente comprometidas.

Conclui-se que resgatar a qualidade como critério crítico de avaliação é um imperativo teórico, metodológico e ético diante dos desafios da crise capitalista, das desproteções sociais e das desigualdades crescentes. Avaliar criticamente, hoje, é também um ato de resistência com compromisso social e horizonte emancipatório.

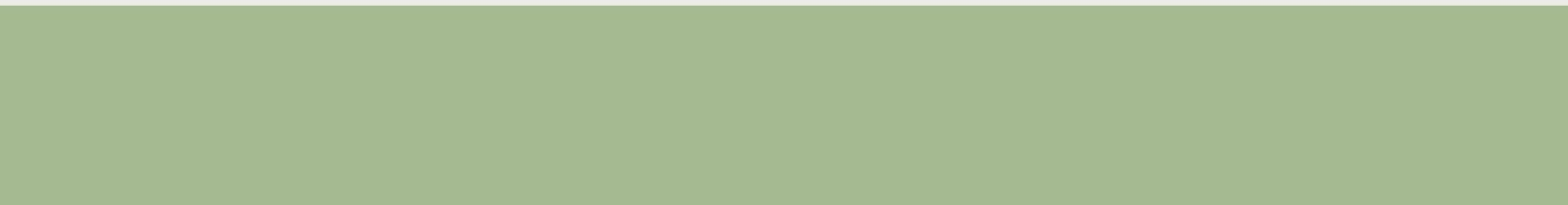
REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, E. C. T. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2019.
- ARCOVERDE, A. C. B. Avaliação de políticas sociais: desafios à construção de uma abordagem crítica. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 125, p. 77–92, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/8MHLFtQfFkXGp3RpTrWVqXL/>. Acesso em: 11 jun. 2025.
- ARCOVERDE, A. C. B. (Org.). Avaliação de políticas públicas em tempos de crise e desafios. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2019. ARCOVERDE, A. C. B.
- Avaliação de políticas públicas. *Anais ENAMPUR*. Disponível em: <file:///C:/Users/segis/Downloads/553-Texto%20do%20artigo-2149-1-10-20181019.pdf>. Acesso em: 3 maio 2025.
- ARCOVERDE, A. K. M. Avaliação de políticas e programas sociais: fundamentos críticos para uma prática democrática. São Paulo: Cortez, 2019.
- ARCOVERDE, A. C. B.; ALBUQUERQUE, C. M. P. Contributo à construção de indicadores qualitativos para a avaliação comparativa de políticas públicas em diferentes blocos geopolíticos. *Revista AVAL*, v. 2, n. 16, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/49870/1/2019_art_acbarcoverdecmalbuquerque.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.
- ARCOVERDE, A. C. B. Uma visão institucional para avaliação de políticas públicas. In: MACHADO, Nelson et al. (Org.). *GBRSP – Gestão baseada em resultados no setor público: uma abordagem didática para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2012. v. 1, p. 18–33.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FIGUEIREDO, M. F.; FIGUEIREDO, A. M. C. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, set./dez. 1986.
- GUERRA, Y. A instrumentalidade do Serviço Social na contemporaneidade: formação e exercício profissional. In: CFESS; ABEPSS. *Projeto ético-político do Serviço Social: formação e exercício profissional*. Brasília: CFESS, 2009. p. 75–96.
- IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 106, p. 87–115, abr./jun. 2011.

NETTO, J. P. Introdução ao estudo do método de Marx. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2011.



AUTORES



Ádria Jordania Costa Ibiapina

Mestranda do curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - (PPGS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: <adriacostaibiapina@gmail.com>. ID Lattes: <0022408065625770>.

Ana Cristina Brito Arcoverde

Professora Doutora Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: ana.arcoverde@gmail.com

André Sousa Silva Moreno

Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: andre.moreno@discente.ufma.br

Ane Danielle da Silva Costa

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); Universidade Federal do Maranhão/UFMA, campus Bacabal-MA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação-PPGPP/UFMA. E-mail: ane.daniele@discente.ufma.br

Cryslaine Pinheiro da Silva

Mestranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: pinheirocryslaine@gmail.com

Dayse Andrade Pestana Maciel

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão e monitora da Disciplina de Direito Constitucional III; sophyamaciel123@gmail.com

Deysianne Myrelle dos Santos Baier

Especialista em Projetos e Políticas Sociais pela União Brasileira de Faculdades (UniBF), Graduada em Serviço Social. E-mail: deyseebaier@gmail.com

Diana Costa Diniz

Doutora em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática (REAMEC). Professora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - CCBa/UFMA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: dc.diniz@ufma.br .

Erica dos Santos Barros

Graduanda do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências da Natureza e Matemática, bolsista do Programa de Educação tutorial (PET)- Universidade Federal do Maranhão/UFMA campus Bacabal-MA. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: profa.erica.barros@gmail.com

Igor Ferreira Fóscolo

Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Maranhão; mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional.

Kalil Drayton Bahury Moraes

Graduando de Direito pela Universidade Federal do Maranhão.

Maria Luísa Lopes Santos Silva

Graduanda em Direito pela Universidade Estadual do Maranhão e bolsista PIBIC/UEMA; maluisa.mlss01@gmail.com

Segislane Moésia Pereira da Silva

Doutoranda em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: segislane15@gmail.com

Sophia Beatriz Matos Salomão

Graduanda de Relações Internacionais pela Universidade Estadual do Maranhão.

Thalissa Cristina Mendes Silva

Professora de Educação Infantil na rede municipal de São Luís, graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA)- Campus de São Luís. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas de Educação- PPGPP/UFMA. E-mail: r2017thalissasilva@gmail.com

Thalles Henrique Coutinho Alves

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-1839-9868>. Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa - IJEP. Email: thalles.alvespsi@gmail.com

Vanessa Karla Souza Pessoa

Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). E-mail: vanessapessoa@estudante.ufscar.br

Vitória Camila da Silva Araújo Fonseca

Assistente Social, bacharel em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Pós-graduada em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais pela Faculdade Líbano. E-mail: vitoriacfsc@gmail.com

Zulene Muniz Barbosa

Universidade Estadual do Maranhão; Doutora em Ciências Sociais (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP); zulene.mb@uol.com.br

POLÍTICAS PÚBLICAS *e* CIÊNCIAS SOCIAIS

em

PERSPECTIVA CRÍTICA

“Não basta interpretar o mundo; é preciso transformá-lo.”

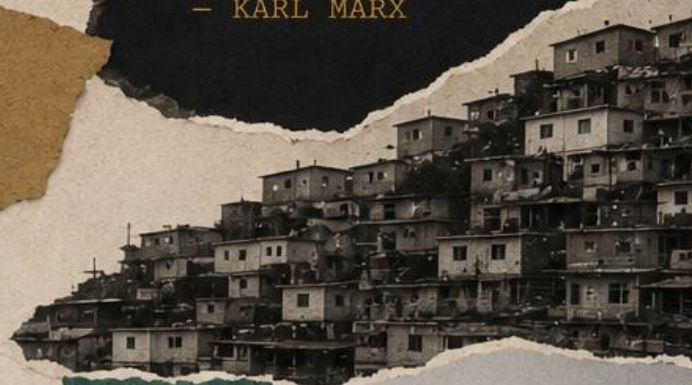
— KARL MARX

Este livro convida leitoras e leitores a uma reflexão profunda e necessária sobre as Políticas Públicas a partir do olhar crítico das Ciências Sociais.

Reunindo análises, debates e pesquisas comprometidas com a justiça social, a obra problematiza as estruturas de poder, as desigualdades e os desafios contemporâneos na formulação, implementação e avaliação de políticas que impactam diretamente a vida da população.

Com uma abordagem interdisciplinar e comprometida com a transformação social, o livro evidencia como o conhecimento crítico pode iluminar caminhos para a construção de políticas públicas democráticas, inclusivas e emancipatórias.

Uma leitura essencial para estudantes, pesquisadoras(es), profissionais e todas as pessoas que acreditam no poder do conhecimento para transformar realidades e construir um mundo mais justo.



Editora
UNIESMERO

ISBN 978-656009267-9



9

786560

092679

